

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FABIANA MACHADO LEAL

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: SER-NO-MUNDO

SÃO PAULO
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: SER-NO-MUNDO

Versão Revisada

FABIANA MACHADO LEAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins

SÃO PAULO
2010

*Ando à procura de espaço
para o desenho da vida.
Em números me embaraço
e perco sempre a medida.*

(Cecília Meireles)

Agradecimentos

Esse trabalho só se tornou possível com a presença de pessoas especiais que esbarraram em meu caminho ao longo destes anos. Graças a elas este mesmo caminho, sempre complicado, se tornou menos tortuoso e mais proveitoso.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Antonio e Sueli, pelo esforço e comprometimento com a minha formação. O investimento e a preocupação, nem de longe podem ser traduzidos nestas folhas aqui escritas. Estendo aqui o agradecimento pelo apoio nestes anos de Geografia a toda minha família, sempre participativa. Em especial, agradeço a minha irmã, Renata, pelas conversas e, sobretudo, pela confiança depositada em meu trabalho.

Agradecer a Elvio Rodrigues Martins pela orientação nesta dissertação seria o protocolo esperado. Reservo-me aqui ao dever de agradecê-lo por esses quase seis anos em que fui sua aluna e orientanda. Agradeço pelas suas aulas, na graduação e pós-graduação, pelas reuniões, pelos encontros e pelas muitas conversas. Agradeço também pela dedicação e cuidado com a minha formação. (Certamente não posso deixar de agradecê-lo pela página 410).

Agradeço às professoras Amelia Luisa Damiani e Fernanda Padovesi Fonseca pelas sugestões, orientações e encaminhamentos no momento do exame de qualificação. À professora Fernanda, aproveito também para agradecer formalmente pela dedicação em nossos encontros, por me apresentar novos textos e discussões para esse trabalho.

A Geografia e, em especial este período da pós-graduação, me permitiu criar e estreitar vínculos de amizades, tornando os momentos de reflexão, também momentos de descontração. Neste sentido, agradeço a

peças tão especiais que encontrei no Núcleo de Pesquisas das Geografias do Contemporâneo (LERGeo – USP), companheiros das horas de descontração e também das horas difíceis que me deparei nestes três anos: Carlos, Marina, André, Yanci, Guilherme, Everaldo, Edilson e Rita. Ouvi-los foi fundamental nestes três anos.

Não posso deixar de destacar o apoio que encontrei no Colégio Floresta e na Escola Técnica Walter Belian. Dentre alunos, professores, coordenação e direção, reservo um agradecimento especial ao professor Zuyder pela sensibilidade ao compreender minhas ausências, pelo valor e pelo crédito dado ao meu trabalho como professora.

Não posso deixar de mencionar o privilégio de conviver com amigos tão especiais e que há muito compartilham minhas expectativas. Cada um ao seu modo, alguns mesmo de longe, são pessoas fundamentais para o meu crescimento profissional, intelectual e pessoal. De maneira notável destaco e agradeço à Sarah, Mariana, Cassiana, Thaís, Edson, Guilherme, Cintia Lopes, Cintia Santos e Bruno.

Por fim, agradeço à Daniela, que para além da dedicação incondicional como amiga, foi uma pessoa que sempre fez parte da minha vida acadêmica nos períodos da graduação e da pós-graduação, dentro e fora dos muros da faculdade. Dani, esse trabalho é nosso.

Resumo

A pesquisa refletiu sobre a questão da localização na Geografia, buscando compreendê-la enquanto um princípio fundamental para esta ciência. Partiu-se assim, de seu entendimento como o ponto de partida para se iniciar uma discussão encabeçada pela Geografia quando se faz a pergunta cardinal *onde?*

Sendo assim, a partir da análise de alguns dos principais autores clássicos do pensamento geográfico, pretendeu compreender a maneira como eles se debruçaram sobre a questão, atentando para a importância que tal princípio assumiu, sobretudo, no contexto de consolidação e sistematização da ciência geográfica.

Visando tal intento, a pesquisa dedicou-se então a compreender a importância da corografia e da corologia enquanto elementos definidores de uma epistemologia e de um método para a ciência, principalmente nas vozes de Alfred Hettner e Richard Hartshorne.

Assim, da constatação dos autores clássicos, e na contramão do que foi apresentado por eles, foi possível ponderar sobre a possibilidade de se compreender a localização para além do viés quantitativo já consagrado na Geografia, sob influência, especialmente, da Matemática e da Física.

Para além da mera constatação de um dado da superfície terrestre, o esforço deste trabalho, caminhou na tentativa de se compreender a localização no discurso geográfico mediante a ideia de que esta é capaz de evidenciar a existência do indivíduo, ordenando seu pensamento, bem como a constituição das representações que ele faz do mundo. Neste sentido, estabeleceu-se um diálogo, por exemplo, com Fredric Jameson e Martin Heidegger, a fim de se assumir definitivamente

a localização a partir do que foi apresentado por Elvio Rodrigues Martins (2007). E desta forma, buscou-se fazer, antes de tudo, um resgate da localização como um fundamento da ciência geográfica, pretendendo, pois, dar uma contribuição para a discussão epistemológica desta.

Palavras-chave: Geografia, corografia, corologia, localização, epistemologia

Abstract

The objective of this study is the location in geography, trying to understand it as a main point for science. The understanding of this location would be the main point to start a discussion led by the geography when the cardinal question *where?* is asked.

In this way, from the analysis of some of the main classic authors who studied the geographic thought, this study intended to understand how they considered this question, focusing on the importance that this principle has taken, above all, in the context of consolidation and systemization in geography.

Aiming at this intent, this study was dedicated to understand the importance of chorography and chorology as defining elements of epistemology and method for science, according to Alfred Hettner and Richard Hartshorne.

Therefore, from the verification of classic authors, and opposite to what was presented by them, it was possible to consider the possibility of location beyond the quantitative direction already established in geography, under the influence of mathematics and physics.

The main focus of this study, beyond the mere verification of data from the earth surface, was the attempt to understand the location in the geographic speech through the idea that it was able to show the existence of the individual, organizing one's thought, as well as the constitution of the world representations one has. In this way, a dialogue was established, for example, with Fredric Jameson and Martin Heidegger, in order to definitely assume location from what was presented by Elvio Rodrigues Martins (2007). And, this way, before anything else, the

intention was to rescue the location as a fundament of the geographic science, and to contribute to this epistemological discussion.

Keywords: geography, chorography, chorology, location, epistemology

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| Capítulo I | |
| A LOCALIZAÇÃO E OS ESTUDOS COROGRÁFICOS E COROLÓGICOS NA GEOGRAFIA | 17 |
| 1.1. Corografia e Corologia: princípio epistemológico e de método da Geografia? | 21 |
| 1.2. A Geografia: a ciência da descrição de áreas | 46 |
| Capítulo II | |
| A QUESTÃO ESPACIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE KANT E HEIDEGGER | 51 |
| 2.1. A Geografia: a ciência do espaço | 63 |
| 2.2. As contribuições de Immanuel Kant e a Geografia Física | 76 |
| 2.3. O Dasein de Heidegger enquanto ser espacial | 90 |
| Capítulo III | |
| GEOGRAFIA E O SENTIDO DE LOCALIZAÇÃO | 102 |
| 3.1. O sentido de localização e os mapas mentais | 113 |
| Considerações Finais | |
| UM SENTIDO PARA A LOCALIZAÇÃO | 130 |
| BIBLIOGRAFIA | 134 |

INTRODUÇÃO

Inspirado em Kevin Lynch, com a obra A Imagem da Cidade, Fredric Jameson em Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio constatou que a “alienação urbana é diretamente proporcional à impossibilidade do mapeamento mental das paisagens urbanas”. (2004, p.410). De acordo com autor, em um mundo que não passa de um simulacro de si próprio, os indivíduos “são incapazes de mapear (mentalmente) sua própria posição ou a totalidade urbana na qual se encontram”. (*Op. cit.*, p.76).

Com estas palavras, Fredric Jameson lançou as bases para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que acreditamos que as breves frases citadas possuem um forte apelo e denso desdobramento para as reflexões da nossa realidade. Certamente, este é um livro provocativo, no qual o autor não desenvolve (propositadamente, ou não) de forma plena estas instigantes colocações.

Ao longo de sua reflexão, Jameson aponta que a vida cotidiana na cidade envolveria uma série de novos problemas, dentre eles, uma confusão social e espacial que não permitiria aos sujeitos possuir um sentido e uma representação sobre o seu lugar no sistema global, perdendo com isto, a capacidade de certas ações, tais quais agir e lutar. Tal constatação denotaria, para Jameson, uma questão de ordem espacial. A possibilidade de enfrentamento desta constatação estaria naquilo que ele chamou de *estética do mapeamento cognitivo*. Assim, a função deste mapeamento era justamente permitir a representação situacional do sujeito em relação à totalidade em que ele está inserido. Para ele,

A desalienação na cidade tradicional envolve, então, a reconquista prática de um sentido de localização e de reconstrução de um conjunto articulado que pode ser retido na memória e que o sujeito individual pode mapear e remapear, a cada momento das trajetórias variáveis e opcionais. (*Op. cit.*, p. 77, grifo nosso).

Diante desta constatação, Jameson deixa claro que não apreenderíamos a estética do mapeamento cognitivo no desvelar de uma cartografia tradicional – àquela de representação da realidade em um plano e que buscava precisão na aplicação de latitudes e longitudes. Para além desses dados, este mapeamento em um sentido mais amplo, exigiria, segundo ele, “a coordenação de dados da existência (a posição empírica do sujeito) com concepções não vividas, abstratas, da totalidade geográfica”. (*Op. cit.*, p.78). Para nós, Jameson deixa claro que existe uma questão mal colocada e mal resolvida sobre a reconquista de um sentido de localização, porém, o autor não a explicita. Fomos encontrar em Elvio Rodrigues Martins, em artigo publicado na *Revista GEOUSP*, a possibilidade de iniciar-se um rico diálogo com os registros de Jameson.

Para Elvio Martins, o sentido de localização é um fundamento existencial do ente. Ou seja, é na localização que podemos ver a Geografia como categoria da existência do ser. Assim, vale ressaltar, logo de início que nenhum dos dois autores fala de uma localização propriamente ligada a uma ideia que nos retoma a concepção das coordenadas geográficas.

A localização não deve aqui ser entendida estritamente a partir das coordenadas geográficas, nos termos de uma cartografia cartográfica propriamente dita. Temos que somar conteúdo, e o conteúdo que perseguimos vai na direção de consubstanciar a ideia de uma cartografia geográfica, na qual a Geografia disposta nessa linguagem se firma fundamentalmente por sua natureza qualitativa. É nessa Geografia que o conteúdo da Localização remete a posição do homem dentro de uma estrutura relacional, dentro de uma estrutura de co-habitações, na qual a distância não é tomada em termos métrico-quantitativos, mas sim em termos da intensidade qualitativa da relação. (MARTINS, 2007, p. 48).

O ponto de partida de nossas reflexões diz respeito à constatação de que *estamos no mundo*; e desta, a indagação de qual o significado e a real importância de se estar localizado? Para nós, *estar no mundo* evoca-nos uma discussão que vai além de uma localização no plano cartesiano, colocando-nos diante de uma trama de relações entre localizações, ou seja, uma distribuição. Assim, justamente por remeter a posição do homem dentro de uma estrutura relacional, é que tomamos a localização enquanto o elemento que garante ao indivíduo a tomada daquilo que Elvio Martins chamou de *consciência geográfica* e, que nestes termos, diz respeito também a uma reflexão acerca da tomada de consciência de sua própria existência.

Neste sentido, a consciência de minha Geografia e de sua representação aponta para a ideia da própria inserção do homem no mundo, localizado em uma rede de distribuições, em uma trama localizações específicas, extrapolando seus limites quantitativos. Ter para si uma consciência geográfica é ter consciência do lugar do indivíduo na trama de relações, e assim, saber a qual Geografia ele pertence e está envolvido.

A possibilidade de futuramente se estabelecer um diálogo entre as proposições iniciais de Fredric Jameson com aquelas apresentadas por Elvio Martins levou-nos a acreditar que definitivamente a Geografia não deveria se furtar de realizar tal tarefa. Para nós, a discussão que Jameson incita, e não conclui, pode então ser inserida no debate sobre o sentido da localização, bem como sua extensão.

Acreditamos assim, que este autor lança bases para reflexões que, apesar de sua relevância no tocante à Geografia, ainda estão longe de estarem consolidadas. Deste modo, é que nos propomos enveredar por estas afirmações e, assim, buscar meios para esclarecer alguns posicionamentos ainda muito incipientes.

Jameson acena em suas explanações a relevância do sentido de localização e, nossos estudos se iniciam justamente na possibilidade de afirmar, baseado nas colocações de Elvio Martins, que por ser a

localização um fundamento da Geografia, esta possui condições de contribuir veementemente com este debate que se frutifica.

A partir das problematizações surgidas das inquietações de Fredric Jameson, cuidaremos, portanto de resgatar a localização como um fundamento da Geografia, procurando compreender de que forma esta foi tratada ao longo do pensamento geográfico. Assim, esta dissertação apresenta-se enquanto um esforço de entendimento das respostas, suas qualidades e limites que a Geografia, e também outras áreas do saber, deram a estas proposições.

Sabemos que durante muito tempo, envolver-se com o saber geográfico significava, antes de qualquer outro esforço, dar conta da localização de fenômenos na superfície terrestre e, por esta razão, acreditamos, que este debate, em muito diz respeito a uma discussão de natureza epistemológica da própria ciência geográfica.

Vários autores atribuíram aos estudos geográficos, antes mesmo de sua sistematização e configuração no rol das ciências modernas, a incumbência de localizar e descrever as diferentes partes da superfície terrestre e, por este motivo, iniciaremos nosso trabalho investigando tais autores. Desta forma, o primeiro capítulo intitulado "*A localização e os estudos corográficos e corológicos na Geografia*", cuidará de buscar referências e, dentre diversos autores clássicos do pensamento geográfico, aqueles que trataram os princípios da corografia e da corologia enquanto ponto de partida para suas reflexões, tomando a elaboração de um pensamento que responda pela constituição de um olhar geográfico da realidade, a partir da localização. Assim, o objetivo de resgatar essas posições está na preocupação de tomar estes como fundamentos essenciais para a Geografia e, portanto, elementares para a epistemologia da ciência que dela deriva.

Dar conta dessas questões envolve, num primeiro momento, a leitura de alguns clássicos do pensamento geográfico. Assim, os nomes de Bernard Varenius, Paul Vidal de La Blache, Pierre George, Jan Broek, Karl Ritter, Alexander Von Humboldt, Olivier Dolfuss, Paul Claval, Jean

Brunhes, Alfred Hettner e Richard Hartshorne merecem destaque. Além destes, destacamos os nomes de Sandra Lencioni, Ruy Moreira, Thiago Brito, entre outros geógrafos contemporâneos que se dedicam a estas reflexões.

Vale, entretanto ressaltar que este trabalho não tem unicamente a intenção de se constituir enquanto um levantamento, ou mesmo um relato, do pensamento geográfico. Trazer à tona o caminho trilhado por esses autores envolve uma discussão daquilo que foi posto a luz de uma Geografia que se pretende contemporânea. Ou seja, visando à consolidação de um debate contemporâneo é que olharemos para as contribuições passadas.

Compreender a localização enquanto fundamento da Geografia envolve um exercício de entendimento e, em certos momentos, de superação daquilo que foi dito por esses autores consagrados. Não nos atreveríamos em desconsiderar suas formulações, todavia, consideramos válido e importante o constante esforço da busca de novos elementos que podem subsidiar esta discussão nos dias atuais, enriquecendo, portanto, o debate epistemológico da ciência geográfica.

No segundo capítulo, "*A questão espacial e as contribuições de Kant e Heidegger*", trataremos dos desdobramentos apresentados no primeiro capítulo, ou seja, nele discutiremos o entendimento da questão espacial na Geografia, destacando as contribuições de dois importantes filósofos: Immanuel Kant e Martin Heidegger. Buscando compreender as explicações encontradas nas colocações expostas no capítulo anterior, nossa preocupação se voltará para o entendimento da constituição e consolidação da influência das concepções matemáticas do espaço absoluto na Geografia. Assim, neste capítulo trataremos de buscar bases para revelar que a postura que ciência geográfica assumiu diante do seu consagrado objeto, foi também responsável por arraigar as concepções de localização que a atrelam a um sentido quase que inteiramente cartesiano.

Tal relação entre a Geografia e o espaço, remete-nos a um diálogo

com Immanuel Kant, especialmente quando relembramos as aulas de Geografia Física por ele ministradas ao longo de quarenta anos, na Universidade de Königsberg, na Alemanha. Para nós, Kant é um dos filósofos que mais deixa marcas no pensamento geográfico, consagrando suas noções acerca da definição do espaço. Contudo, olharemos para uma fase ainda pouco explorada do filósofo, mas que deixou um legado para aqueles estudos geográficos que definitivamente partiam da localização e dos princípios corográficos e corológicos como o elemento chave da discussão.

Por fim, buscando elementos para garantir o entendimento da localização a partir de uma apreensão que extrapole as noções consagradas pela ciência geográfica, realizaremos um diálogo com o filósofo Martin Heidegger, especialmente quando trata da definição do ser enquanto um *ser-aí* (Dasein). Heidegger aponta que *o ser é espacial* e, nestes termos, acreditamos que suas colocações aparecem como um ponto crucial para a compreensão que se estabelece em torno do sentido de localização e, sobretudo, que não a limite as amarras das coordenadas geográficas.

Alcançamos então, ao terceiro e último capítulo deste trabalho. Em "*Geografia e o sentido de localização*", pretendemos analisar as questões que envolvem a discussão do sentido de localização e seus desdobramentos para a Geografia. Retomaremos, pois, aquilo que foi exposto nesta breve introdução, sobretudo no que diz respeito às ideias de Elvio Martins, buscando com isso, alcançar meios para compreender a localização enquanto um princípio fundamental para a Geografia. Neste sentido, o entendimento de outra concepção de espaço torna-se essencial e, por esta razão, nos dedicaremos a expor também a concepção de espaço relativo de Gottfried Leibniz.

Certamente, dialogaremos com Fredric Jameson e Kevin Lynch, dado que são eles a origem de nossas indagações.

Assim, chegamos à explanação do primeiro capítulo.

Capítulo I

A LOCALIZAÇÃO E OS ESTUDOS COROGRÁFICOS E COROLÓGICOS NA GEOGRAFIA

Em 1913 o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache publicou *Des caracteres distinctifs de la Géographie*, e nele afirmava ser a Geografia “a ciência dos lugares e não dos homens”. Estava claro nesta controversa proposição o objetivo da Geografia à época de sua declaração.

Contudo, basta um pequeno levantamento em seus antecessores para percebermos que esta não se constituía como uma posição visionária dentro do pensamento geográfico. Vários geógrafos, cada um a sua época e em contextos distintos do desenrolar deste saber, atribuiu à Geografia a responsabilidade de estudar as diferentes partes da superfície terrestre.

A Geografia nasce como ciência no século XIX, devendo cuidar das variações dos diferentes “cantos” do mundo, ora abrindo horizontes ao desconhecido, ora ampliando o conhecimento das áreas já habitadas. O trabalho era árduo e, nos termos expostos até agora, ainda muito vago. Apresentar que caberia ao geógrafo a preocupação de estudar a superfície terrestre pode acenar para a importância e extensão de seu trabalho, todavia, pouco revela sobre o significado real desta tarefa.

A tradição dos estudos geográficos se constituiu e pode ser rapidamente explicada na própria etimologia da palavra *geografia* (do grego, *GEO* = Terra, *GRAPHIA* = descrever), ou seja, a descrição da superfície terrestre era o mote dessa ciência. Porém é preciso ir além. Sabe-se que ao longo desta tradição – de construção e afirmação de suas justificativas e objetivos – nem sempre o objeto de estudo da Geografia se manteve o mesmo para alguns autores: superfície terrestre, espaço

geográfico, região, paisagem são apenas alguns exemplos dos vários objetos atribuídos a esta ciência em suas diferentes correntes, e que concorreram para afirmá-la no rol privilegiado das chamadas ciências modernas.

Entretanto, estas colocações ainda superficiais, já seriam relevantes para notarmos de antemão que o pensamento extraído do texto de La Blache seguia uma tradição: a de olhar para a Geografia a partir do seu objeto, estudando-o exaustivamente.

Sendo um fim em si mesmo, ou apenas um meio necessário para se analisar a realidade, os estudos de caráter descritivo de um determinado lugar ganharam sustentação e para muitos, em certa medida, justificaram por muito tempo a existência da Geografia.

O ponto de partida desta ciência deu-se no século XIX com sua institucionalização, todavia, o saber geográfico é mais antigo e envolvia um processo de apreensão do mundo realizado por diversas civilizações, justificado pela mera curiosidade ou até mesmo por projetos de expansão territorial. Viajantes, exploradores, historiadores, curiosos; todos esses homens se propunham a explorar o desconhecido e, sobretudo, observar e descrever o mundo conhecido, fazendo assim a Geografia de então. Independente dos propósitos anunciados, era desta forma que, a rigor, ampliava-se o horizonte geográfico de uma civilização. (LENCIONI, 2003, p. 23).

Vários povos da antiguidade, como os sumerianos, egípcios e fenícios, ao enxergarem a necessidade de conhecer novos lugares, deixaram de herança seus legados que hoje denominamos de *geográfico*. No entanto, atribuímos aos gregos às primeiras tentativas de “escrever sobre a Terra”. A própria palavra Geografia, como já foi dito, é de origem grega e diz respeito, antes de qualquer coisa, ao reconhecimento, à descrição e às primeiras tentativas de representação dos lugares. (NOGUEIRA, 1994, p. 18).

Aos gregos pode ser creditada a primeira regionalização, por ter sido concebida com algum método. As descrições passaram a ter forma ordenada, sugerindo comparações. Sínteses e explicações foram elaboradas acerca dos lugares e itinerários [...] Concebiam uma Geografia em que cada ponto era considerado em relação ao mundo habitado e denominavam de corografia as descrições das diferenças e contrastes da Terra. (LENCIONI, 2003, p. 35).

A estas descrições das partes da superfície terrestre denominavam-se *corografia* e, a partir deste princípio, iniciavam-se de forma sistematizada os estudos geográficos. Tales, Anaximandro e Hecateu, todos da cidade grega Mileto, são nomes conhecidos que realizaram estes estudos descritivos da Terra. Este último foi responsável por realizar levantamentos de áreas habitadas usando bases regionais. Além deles Aristóteles, Pitágoras, Heródoto, Hipócrates, Eratóstenes contribuíram para o desenvolvimento da Geografia do mundo habitado da época. Inclusive, é de Pitágoras o termo ecúmeno (*oekumeno*), criado para designar a parte da Terra habitada pelo homem. Termo este, ainda hoje, amplamente difundido nas histórias do pensamento geográfico.

Pode-se dizer que romanos e árabes com finalidades díspares – militar e estratégica no primeiro caso, e fins religiosos, no segundo – também se propuseram a desvendar o mundo. Em dois contextos distintos, o conhecimento geográfico se ampliava e com ele também, a Cartografia.

Todos esses pensadores contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento do mundo, sempre preocupados com as descrições dos lugares e suas representações. Não é coincidência que neste período também a Cartografia tenha se desenvolvido, fazendo com que a imagem da Terra aos poucos fosse revelada, sob diferentes formas, nos diferentes mapas.

Neste cenário de desenvolvimento de um novo saber, ganham destaque as figuras de Estrabão (63 a.C.? – 24 a.C.?) e Ptolomeu (87 – 151); o primeiro fazendo uso de um modelo de estudo que ficou conhecido como histórico-descritivo, e o segundo, dedicando-se

principalmente aos consagrados princípios gerais cosmográficos. Princípios estes que davam conta dos estudos astronômicos, ou seja, estudos que se dedicavam a análise do formato da Terra e sua posição em relação aos outros astros e corpos celestes, do cálculo das latitudes e longitudes e das definições das coordenadas geográficas.

A primeira e principal obra de Ptolomeu ficou conhecida como Almagesto¹, onde o astrônomo e matemático propunha a teoria do geocentrismo na qual a Terra se localizaria no centro do universo, com os outros planetas e o Sol girando ao redor de sua órbita. Este pensamento que influenciou gerações e estudiosos perdurou até a teoria heliocêntrica de Copérnico, quase mil e quinhentos anos mais tarde. Em sua obra Introdução à Geografia (impressa pela primeira vez em 1515 em Veneza), o astrônomo se preocupou em localizar dados de coordenadas geográficas de diferentes partes do mundo conhecido até então.

Assim sendo, os princípios cosmográficos adotados por Ptolomeu eram influenciados por uma tradição da matemática, sobretudo da geometria, já enraizada na Astronomia, que em muito influenciou o desenvolvimento da Geografia e, por consequência, da Cartografia. Vale ressaltar que foi Ptolomeu o primeiro “geógrafo” a adotar um sistema de meridianos para a localização no globo. Neste sentido, vale ressaltar que em seus estudos, Ptolomeu distinguia a *Cosmografia*, *Geografia* e *Corografia*, responsáveis pelos estudos do Universo, da Terra e das partes da Terra, respectivamente.

Da civilização árabe, a Geografia sofreu influência, sobretudo de Al-Idrisi (1099 – 1180), com seu impulso descritivo de regiões do mundo. Os árabes, conhecidos por suas peregrinações, descreviam os lugares pelo qual passavam, influenciando tacitamente a produção geográfica da época. Podemos dizer, assim, que a tradição descritiva ganha fôlego nesta época, quando Al-Idrisi e outros descreviam minuciosamente as partes do mundo árabe.

¹ O título original, em grego, da obra de Ptolomeu é Hè Megalè Syntaxis, Almagesto é o nome que derivou da língua árabe.

Até sua sistematização, um longo percurso foi desenvolvido por estes e outros estudiosos. O que fica claro aqui é que mesmo antes de se tornar uma disciplina acadêmica a Geografia se desenrolava norteada por um duplo olhar: o dos princípios gerais que norteavam o estudo do universo, especialmente com as grandes descobertas astronômicas e, sobretudo, o do ímpeto descritivo que uma parte considerável dos estudiosos possuía. Era preciso conhecer o mundo e, neste momento, podíamos dizer que conhecer era antes de qualquer coisa descrevê-lo. À Geografia cabia o papel de amparar este conhecimento e, como o mundo era extenso, nada mais claro do que começar a dividi-lo em partes menores.

Neste contexto, será a extensão destes desdobramentos distintos, a saber, os princípios gerais e a divisão e descrição das partes da superfície, que se originaram no trilhar do pensamento, que estudaremos a partir de agora.

1.1. Corografia e Corologia: princípio epistemológico e de método da Geografia?

Esta pequena retomada do pensamento geográfico é elucidativa para mostrar os propósitos da Geografia, antes mesmo de sua sistematização. Até aqui, os estudos denominados geográficos tomaram para si a dupla tarefa de precisar sobre fenômenos matemáticos e astronômicos passíveis de aplicações de leis e generalizações e fenômenos específicos de um determinado lugar. Estes olhares distintos, resultantes de diversas formas de apreensão da realidade, logo culminaram em duas vertentes opostas do ponto de vista da ciência que surgia: de um lado tínhamos a Geografia Geral e de outro a Geografia Regional – vertentes diversas, mas, em um primeiro momento, interdependentes e não excludentes.

Muitos autores nessa época, inspirados em Ptolomeu, fragmentaram esses estudos em cosmológicos, geográficos e corográficos.

Vários deles poderiam ser citados para ilustrarmos tais distinções, constituindo-se assim como referências para o projeto de ciência que buscava abarcar tanto princípios gerais como descrições de ordem particular. Neste cenário, Bernard Varenius (1622 – 1650) ganha importância uma vez que logo se torna o responsável por conduzir este debate.

Para ele a Geografia surgia da possibilidade de interlocução entre esses dois caracteres, que ele vai chamar de *geral* e *especial*. Assim sendo, a relação entre ambos estava garantida uma vez que à Geografia era dada a responsabilidade de estudar tanto a Terra como suas partes, revelando-se aqui sua característica ímpar. Em sua obra mais célebre Geographia Generalis (1650), Varenius apresenta a Geografia como uma “ciência matemática mista, que explica as propriedades da Terra e suas partes”. (VARENIUS, 1974, p. 134).

A Geografia Geral, ou Universal, permitia a construção de conceitos ou propriedades gerais da Terra, considerando-a um conjunto, explicando tais propriedades sem dar conta de particularidades de cada região. Por outro lado, a Geografia Especial, Regional, ou ainda Particular, estudaria a constituição de cada região, subdividindo-se em Corografia e Topografia. A primeira responsável por descrever regiões de maiores extensões, e a segunda, cuidando com detalhes de pequenas extensões da Terra. (*Op. cit*, p. 134-135).

Em outras palavras, a Geografia Geral cuidaria do princípio da Geografia, utilizando para tanto a matemática e a astronomia como referências. Tais estudos serviam de base para a análise das regiões particulares, tarefa da Geografia Especial.

Essas observações, contudo, não são válidas se cada uma for vista isoladamente, porque o estudo dos casos específicos, empíricos, é veículo necessário para as abstrações gerais e vice-versa. O mesmo pode-se dizer das abstrações gerais, fundamentais para o êxito dos estudos dos casos específicos. Ambas dependem uma da outra, para o êxito da reflexão e da análise do mundo. (BRITO, 2007, p. 22).

Nestes termos, essa dualidade não configuraria uma dicotomia, mas antes uma relação de interdependência. De um lado, tínhamos a observação de fenômenos redutíveis a leis gerais; do outro, estudos de lugares particulares, suas localizações, divisões e descrições, dependentes, portanto, das formulações anteriores. Existia então, uma distinção coerente, uma vez que era do desenvolvimento teórico da primeira que dependia a realização dos estudos empíricos da segunda.

Desta forma, podemos considerar que as primeiras tentativas de sistematização, ou pelo menos de organização do saber geográfico, tinham como pressuposto os princípios corográficos. Estas primeiras produções denominadas geográficas, ainda que apresentassem o esforço de buscar generalizações e leis, se constituíam como obras puramente descritivas. Era então a descrição que amarrava a Geografia enquanto um saber relevante e necessário, ou seja, poderíamos considerar aqui, a descrição como um princípio elementar que por muito tempo justificou a existência da Geografia.

Somente mais tarde essas colocações alimentariam o debate sobre a cisão da Geografia Geral e Geografia Regional, apontando para o surgimento de uma dicotomia que dizia respeito ao posicionamento da Geografia enquanto uma ciência capaz de formular leis gerais ou uma ciência que estudaria, majoritariamente, fatos únicos e individuais e, portanto, particulares de um determinado lugar.

Na Alemanha, Johann Rheinhold Forster e Johann George Forster – pai e filho – transformaram a tradição descritiva produzida até então na Geografia. Com eles, este modelo de produção geográfica ganha um novo status e a *descrição*, juntamente com a *observação*, *classificação* e *comparação* de fenômenos passaram a ser conduzidas como um método de estudo. J.R. Forster pretendia observar as relações causais entre os fenômenos. Ou seja, para ele, interessava o contato com as variações destes mesmos fenômenos na superfície terrestre, daí sua preocupação em explicá-los. Seu filho, J.G. Forster segue suas preocupações, ocupando-se em desenvolver este método empregado.

Novamente encontramos aqui a descrição assumindo a qualidade de ser ela elemento fundamental para os estudos geográficos. Os métodos para se fazer Geografia, com raras exceções, partiam sempre da localização de fenômenos na superfície e sua posterior descrição. Aos poucos, ela deixa de ser um fim em si mesmo, como já podíamos ver em J.R. Forster e J.G. Forster, e se torna um princípio essencial para aqueles que pretendiam buscar causas, relações e explicações para os fatos.

Neste processo de consolidação do pensamento geográfico, aparece a figura de Immanuel Kant² (1724 – 1804), filósofo alemão que se dedica, ao longo de quarenta anos (1756 – 1796), a dar aulas de Geografia Física. Para ele, era necessário encontrar uma reflexão conjunta do homem e da natureza e, dessa necessidade, surge sua aproximação com a Geografia. (MOREIRA, 2008, p. 14).

Kant em suas aulas pretendia, assim, definir a natureza da Geografia e, sobretudo, relacioná-la com as ciências naturais.

A dita definição, feita na introdução de suas aulas, descreveu tão cabalmente o âmbito da geografia, que influenciou direta ou indiretamente nas subseqüentes discussões sobre a metodologia. Pode-se ir ainda mais longe e afirmar que a desordem sobre a finalidade e o conteúdo da geografia apenas existiu quando a análise de Kant era ignorada. (TATHAM, 1960, p. 558).

Sendo assim, temos a ideia de que este filósofo de certa forma resolve a “confusão” persistente no pensamento geográfico, ao relacioná-la no âmbito das ciências naturais. Para ele todo conhecimento era obtido pela razão pura, ou pela experiência, através dos sentidos, sendo que este último alcançando somente o mundo atual. Temos, pois, um sentido duplo – um externo e outro interno – que fornecem o conjunto do conhecimento empírico do homem em relação ao mundo. *O mundo, como objeto do*

² As contribuições de Immanuel Kant para a Geografia serão desenvolvidas no Capítulo II.

*sentido externo, é a natureza, mas como objeto do sentido interno, alma ou homem*³.

Segundo ele, o conhecimento do mundo era dado pelo conjunto das experiências da natureza e do homem. Nestes termos a História (que alguns autores traduzem como Psicologia, ou mesmo Antropologia) daria conta do conhecimento do homem, cabendo então à Geografia Física ou *descrição da Terra*, o conhecimento da natureza. De acordo com seus apontamentos esta descrição seria a primeira parte do conhecimento do mundo – este visto enquanto cenário e substrato onde se desenrolam as habilidades do homem.

Poderíamos pensar então se não foi Kant que, de certa forma, resolveu e, sobretudo, validou o modo como se fazia Geografia até então. Para este filósofo era ela que forneceria um sistema para o estudo da natureza, uma vez que esta não se constituía como um conjunto de coisas aleatórias. Kant, ao definir os propósitos da Geografia, e ao afirmá-la como o campo do saber responsável pelo conhecimento da natureza, embasou aqueles que já a tomavam enquanto a ciência que, ao localizar e descrever fenômenos daria ordem, e sugeriria certas explicações aos eventos da superfície terrestre.

Segundo o filósofo, a descrição geográfica constituía-se como uma classificação física das coisas encontradas na Terra; tratava-se então, de ordenar as coisas de acordo com a região onde elas eram efetivamente encontradas.

A história, bem como a geografia, podem ser designadas como descrições, porém a história é o registro dos acontecimentos que se sucedem no tempo, (*nacheinander*), a geografia é o relatório de fenômenos que se sucedem no espaço (*nebeneinander*). Juntas, representam o todo de nossa percepção (isto é, o Conhecimento Empírico). (TATHAM, 1960, p. 559).

³ Cf. KANT, Immanuel. *Descrição Física da Terra*, s/d. (Introdução às Aulas de Geografia Física).

Com esta passagem, observamos que é Kant o responsável por inaugurar o debate espacial na Geografia. Até então, não se falava em espaço, mas sim, superfície terrestre. Observando os estudos que vieram depois deste filósofo, podemos cogitar que a confusão de atribuir à História o estudo do tempo e à Geografia o estudo do espaço tenha raiz na interpretação deste pensamento. Não nos cabe, neste momento discutir estas colocações, uma vez que a extensão do debate fugiria aos propósitos deste capítulo. Todavia, vale a ressalva que é nas interpretações de Kant que encontramos a notória tradição de dividir o estudo do tempo e do espaço entre a História e a Geografia, respectivamente, posição esta que não compartilhamos.

Kant dividia as ciências entre sistemáticas, cronológicas e corológicas. Do ponto de vista de seus ordenamentos, História e Geografia constituíam-se como ciências descritivas, sendo a primeira cronológica (uma descrição no *tempo*) e a segunda, corológica (uma descrição no *espaço*).

Olhando para o pensamento de Kant torna-se acessível associar que a tarefa da Geografia se constituía a partir da localização, da descrição e classificação dos fenômenos neste espaço, confundido aqui com a superfície terrestre. Desta forma, podemos pensar que a influência de seu pensamento fez perdurar na Geografia esta tradição. Ainda que aos poucos se deixasse de lado a produção de exaustivos inventários descritivos de partes do mundo, a tarefa da Geografia era claramente a de ordenar e descrever as coisas da Terra, buscando-se, ou não, relações explicativas ou causais para as diferenciações daquilo que era estudado.

O princípio geográfico sob influência de Kant continuaria desta forma a ser o da localização e da descrição dos fenômenos na superfície terrestre, tomada pelos seus sucessores como espaço. Sendo assim, o todo – o espaço – para ser compreendido deveria tornar-se um grande mosaico de partes menores. A influência de Kant foi ampla, contudo hoje pouco explorada; desta forma, ressaltamos que este pensamento e seus

desdobramentos na Geografia serão melhores explorados no capítulo subsequente.

A Geografia kantiana foi amplamente difundida, e sem dúvidas influenciou o pensamento de dois importantes geógrafos alemães do século XIX, Alexander Von Humboldt (1769 – 1859) e Karl Ritter (1779 – 1859). De modo geral, não há contestação quando se fala que esses geógrafos são os responsáveis pela sistematização do pensamento geográfico, em um período caracterizado pela necessidade de afirmação do caráter científico dos campos disciplinares. Assim, Humboldt e Ritter, deram os primeiros passos em direção à sua institucionalização no âmbito acadêmico, fazendo da Geografia uma ciência moderna.

Talvez de forma precipitada⁴ Humboldt teve seu nome ligado à Geografia Geral, dado sua busca à formulação de generalizações e leis, sobretudo com sua obra póstuma, *Cosmos*. Com ela, o geógrafo pretendia mostrar a importância de não limitar os estudos à superfície terrestre. Para ele, a ciência da distribuição espacial deveria tratar de uma descrição do mundo e não da superfície terrestre, daí ponderar sobre uma ciência do Cosmos⁵. Todavia, parte de seus estudos fazia uso da intuição e da descrição das paisagens, em um método que ficou conhecido como *empirismo raciocinado*, ou seja, um estudo que baseado na intuição a partir da observação.

Ritter, por sua vez, logo foi associado à Geografia Regional. Para ele era necessário dotar a Geografia de um arcabouço teórico, que ele pretendia encontrar na análise da relação de dependência do homem e da natureza. Com preocupações semelhantes à de Humboldt, Ritter propõe um método comparativo que explicaria a Terra a partir da comparação de suas partes, ultrapassando à mera descrição, daí sua ligação à Geografia Regional.

⁴ Dizemos que esses autores tiveram seus nomes precipitadamente ligados à Geografia Geral e Regional, uma vez que em nenhum momento esses autores se intitularam deste modo. Assim como fica claro em estudos mais criteriosos que estes jamais eliminaram “a outra face” da Geografia.

⁵ Cf. TATHAM, G., 1960, p. 568.

Seu objetivo era familiarizar o homem com o cenário de suas atividades, sendo por conseguinte, não a descrição desse cenário, mas o da sua relação com o homem. (TATHAM, 1960. p. 563).

Os posicionamentos desses dois geógrafos aos poucos foram sendo assimilados como o conhecimento geográfico moderno. Nunca se desconsiderou a importância dos estudos descritivos para essa ciência, prova disso são os estudos realizados, sobretudo na França que, por um longo período restringiam-se ainda aos inventários e manuais descritivos. (LENCIONI, 2003, p. 99).

É neste contexto que a Geografia começa a definir seu arcabouço teórico; contudo, defini-la ainda era uma tarefa delicada. Sobretudo quando surgem, no campo científico, tendências em separar as ciências da natureza das ciências humanas. Começava então a “consagrada dicotomia” entre a Geografia Humana e Geografia Física, que perdura até os dias atuais. Nesse momento de debate e, mesmo de cisão, dentro da própria ciência, coube a Geografia Regional, num primeiro momento, resolver o impasse.

Esta tendência de separar ciências dos homens e da natureza de certa forma atrapalhava as pretensões da Geografia de se afirmar como um saber científico. A alternativa para garantir seu status científico estava na síntese dos fenômenos naturais e humanos dados em uma determinada região (ou área, como alguns apontavam).

Este impasse metodológico seria então resolvido a partir do momento em que a Geografia assumisse como seu objetivo o estudo de fenômenos diversos em uma determinada unidade espacial, que se configurava como ideal para se compreender a totalidade dos fenômenos, ou ainda, a pluralidade das coisas. Desta forma, a Geografia garantia seu status de “ciência do singular” e a perspectiva corológica tornava-se o método ideal para tal finalidade, pois dava unidade à diversidade dos fenômenos estudados pela Geografia. Assim, a esta ciência caberia o

papel de localizar, definir, descrever e comparar lugares, abarcando fenômenos de origens distintas.

Usamos, neste trabalho, até o momento os termos *corografia* e *corologia* sem defini-los e sem realizarmos qualquer diferenciação. Ainda que a mera distinção não seja a principal motivação deste trabalho, consideramos necessária uma vez que apesar de ambos terem sido amplamente difundidos ao longo da história do pensamento geográfico, poucos são os que se lembram destes princípios nas discussões epistemológicas da ciência geográfica.

Pudemos perceber que a Geografia, de diferentes formas, tentou responder especialmente sobre *onde estavam* os fenômenos que lhes interessava. Feita esta primeira constatação, partia-se para o método da observação e descrição, e mais tarde para a comparação. O fundamento que ordenava esse pensamento foi chamado, num primeiro momento de *corografia*.

A Geografia se formava, essencialmente, como a ciência da distribuição, ou então, como àquela que garantia *o lugar das coisas*, provavelmente influenciada pelo pensamento de Kant. Salvo exceções, o ponto de partida dos estudos era, quase sempre, uma área restrita.

O termo *corografia*, que pode ser entendido como a *descrição de regiões* ou ainda *escrita das regiões*, foi amplamente utilizado entre os séculos XVII e XVIII, tendo em Varenius um dos principais responsáveis por sua divulgação. Ao usar este termo, Varenius pretendia reforçar, sobretudo, a característica de delimitar e descrever regiões individuais da Terra. Em oposição à corografia, que também vai chamar de Geografia Regional ou Especial, tínhamos a Geografia Geral ou Sistemática. Conforme já apontamos, Ptolomeu também utilizava o termo para designar os estudos que davam conta das partes da Terra.

O termo *corologia* foi retomado na Geografia por Ferdinand Von Richthofen em 1883. Desta forma, embora seus estudos fossem voltados à Geografia Política, reconhecia que o princípio relativo à área era indispensável à Geografia, dada a natureza heterogênea dos fenômenos

da superfície terrestre. (TATHAM, 1960, p. 578). Outros autores também utilizaram amplamente este termo, inclusive àqueles ligados à Biologia e Ecologia, sempre se remetendo a ele quando da necessidade de distribuir ou classificar unidades taxonômicas.

Notamos aqui que não há uma preocupação por parte desses primeiros geógrafos em definir de fato o que significava cada um destes termos, diferenciando-os. Notamos por vezes, que em certas obras eles aparecem inclusive como sinônimos. Claramente não há também uma distinção entre o uso das palavras região ou área. O termo *chòros*, de origem grega, é usado por estes geógrafos como sinônimo de área, lugar, região, ou seja, uma unidade espacial qualquer.

Assim, podemos notar que aquilo que interessava para eles não era a conceituação do princípio, mas o seu papel no contexto da definição da epistemologia do pensamento geográfico e, neste sentido, importava-lhes a descrição, o estudo, ou a análise de partes da superfície terrestre, que eles denominavam de diferentes formas. Na verdade, todas essas partes concorriam para a constituição do todo (a superfície terrestre, como queria alguns; ou o espaço, como apontava outros).

Ruy Moreira em obra recente, O Pensamento Geográfico Brasileiro (2008) enxerga uma distinção entre os termos e mesmo um momento de conversão da *corografia* à *corologia*, recorrendo à Ritter pra explicá-la. Segundo ele, corografia fazia referência a um estágio taxonômico e descritivo da Geografia, que Ritter vai sepultar com seu método comparativo. Para este último, como já foi apontado, toda Geografia que ultrapassava a mera descrição tornava-se comparativa.

Para Ruy Moreira, neste momento tratava-se de dar a essa arrumação da superfície uma explicação metódica, baseada, sobretudo na comparação de paisagens.

A comparação sucessiva, recorte a recorte, até o limite da superfície terrestre, completa o mapa das individualidades, ao final do qual a corografia converte-se numa corologia,

um olhar sobre o mosaico das paisagens da superfície terrestre arrumado na teoria. (MOREIRA, 2008, p. 15).

Há ainda aqueles que usam o termo *corologia* pra lembrar as relações existentes dentro de uma região individual. Mais tarde, veremos como este termo ganha força, especialmente com Alfred Hettner e Richard Hartshorne.

Para nós, neste momento fica a sensação de que para esses geógrafos, sobretudo os mais antigos, essa distinção era quase imperceptível. Olhando para as colocações de Ruy Moreira conseguimos compartilhar e mesmo apontar algumas hipóteses iniciais do que esses termos podem significar para a ciência geográfica. Partimos do pressuposto de que ambos se configuram, de fato, como princípios elementares para o estudo da Geografia. Analisando o que esses e outros geógrafos pretendiam, podemos supor que a *corografia* buscava responder a pergunta *onde estão as coisas?* Sendo, portanto, um fundamento que pretendia dar ordem ao pensamento, ou seja, responderia pela localização e pela distribuição dos fenômenos. Assim, por ser um fundamento de ordenamento, ou primar pela maneira a qual a Geografia alcançaria o conhecimento, a corografia responderia por um princípio epistemológico da Geografia.

A *corologia*, a nosso ver, daria uma consistência a estes estudos, ao buscar responder pelo *como são essas coisas que estão em determinados lugares?* E, sendo assim, buscaria não só descrever, mas especialmente diferenciar os lugares. Com ela, a Geografia buscaria alcançar um objetivo, o de diferenciar as áreas, garantindo a esta ciência um princípio de método.

Todas essas colocações ainda caminham no âmbito das hipóteses, uma vez que ainda não se encontrou uma diferenciação clara destes termos, tampouco uma definição precisa de cada um deles. Ainda assim, acreditamos que apesar da falta de clareza dada aos termos, ambos se constituíram enquanto fundamentos elementares do pensamento

geográfico e, portanto, não podem ser descartados das agendas de discussão desta ciência.

Apesar da falta de clareza que persiste na definição destes princípios, consideramos que ambos se constituíram como um meio de superação dos impasses da Geografia, especialmente para que não lhe fosse tirada a qualidade de ciência moderna. Esta solução ganhou força, sobretudo na França, onde a região passou a ser o objeto de estudo da Geografia.

Paul Vidal de La Blache foi sem dúvida um dos maiores expoentes dessa corrente, influenciando mais de uma geração de geógrafos, franceses ou não, a produzir inúmeros trabalhos que ficaram consagrados como monografias regionais. Estas, a partir da descrição levando-nos à explicação, eram responsáveis por revelar o caráter único de cada lugar em seus diversos aspectos.

Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região. (LENCIONI, 2003, p. 105).

Foi este movimento que se configurou, e por muito tempo justificou os estudos geográficos, e que levou La Blache a apontar a Geografia como a *ciência dos lugares e não dos homens*. Esta afirmação era justificada pelo fato de que aquilo que distinguia esta ciência das outras era justamente sua capacidade de lidar com fenômenos distintos, a partir do estudo exaustivo de um determinado lugar. Ou seja, era no estudo de uma região, para La Blache, que estava a garantia da Geografia como uma ciência moderna.

Até o momento, vimos de que forma a Geografia, sobretudo no momento de conformação de sua sistematização, amparou-se nas

perspectivas corográficas e corológicas para guiar-se dentro dos limites desta ciência, bem como os impasses criados nestes caminhos trilhados. Levando-se em consideração os rumos tomados e os posicionamentos assumidos, poderíamos sem grandes contestações adotar em nossas falas que as colocações assumidas pela maioria dos geógrafos partiam do pressuposto de que os fenômenos precisavam antes de tudo ser localizados, distribuídos, descritos e por vezes comparados. Ou seja, via-se a Geografia a partir da apreensão e da organização dos fenômenos ocorridos.

Assim, o objetivo dos estudos geográficos daria conta de precisar com exatidão a localização, distribuição e explicação dos fenômenos que ocorriam na superfície terrestre. Ou seja, as propostas de análises que se estabeleciam dentro do saber geográfico foram elaboradas e definidas com o intuito de mostrar que qualquer ponto da superfície terrestre era passível de estudos criteriosos, ainda que fosse necessário, em alguns casos, recortar essa superfície em “pedaços” menores.

Poderíamos então sugerir a ideia de que a ciência geográfica foi validada mediante o estudo de seu objeto. Assim, o elemento mais importante para a análise desta ciência estaria no revelar do objeto geográfico, ainda que este apresentasse distinções entre os próprios geógrafos. Pensar o espaço, em suas diferentes escalas, enquanto morada da sociedade, superfície ou mesmo palco das relações humanas, significava pensar geograficamente.

Buscamos até o momento analisar e refletir sobre a forma como o pensamento geográfico norteou em seus estudos a importância dada aos princípios de localização, que aqui chamamos de corográfico e corológico. Dito isso, uma constatação pode ser feita para ajudar-nos a compreender como tal ciência dimensionou o sentido da localização ao longo da organização de seus postulados, a saber, a noção que a própria ciência geográfica deu para o que nós chamamos hoje de *espaço*, confundindo-o muitas vezes com superfície terrestre. Sem entrar no detalhamento que

tal consideração necessita, acreditamos ser válido mencionar que a lógica⁶ de ordenação de pensamento que se teve ao longo desta tradição, revela o entendimento de um espaço em seus termos absolutos, ou seja, metrificável e quantificável.

Ali a lógica formal é expressamente assumida e o sistema, agrupamento e classificação são propostos na compreensão do espaço. A coerência é plena e sólida. Da mesma forma quanto ao que é sugerido para a definição de regiões. Figuras geométricas, como pentágonos e hexágonos são convidados a definir perfis regionais. E aqui é absolutamente transparente entre a lógica e o espaço. (MARTINS, 2009, p. 29).

O espaço geográfico, nestes termos, foi inserido pela Geografia, em um sistema de ordenamento que nos permite relacioná-lo à superfície terrestre. Ou seja, um todo sólido e coerente que pode ser dividido em partes menores para melhor identificação e classificação. Nestes termos, corografia e corologia funcionariam enquanto o meio necessário para se alcançar tais objetivos. Ou seja, a localização, observação, descrição e comparação das partes seriam as ferramentas utilizadas pelos geógrafos para alcançarem a consolidação da definição de seu objeto: o espaço.

O espaço do geógrafo para Maximilian Sorre (1880 – 1962), num primeiro momento, era justamente o espaço geodésico, o espaço de referências mensuráveis da superfície terrestre. Certamente, ele não se constituía unicamente por essas dimensões, todavia, era o espaço elementar ao geógrafo e, fazia sua atividade repousar, em primeiro lugar, nas técnicas cartográficas. Este espaço geodésico era o espaço das localizações, da geometria de Descartes e Euclides, ou seja, o espaço do plano cartesiano. Trata-se, portanto, de uma concepção de espaço tomada da Física e da Matemática (mais precisamente da Geometria) e que representaria, de certa forma, uma entidade existente em si mesmo. Ou, conforme aponta Tonino Bettanini (1982), uma “caixa” de extensão ilimitada e que contém todos os objetos materiais.

⁶ Cf. LEFÈVRE, 1975.

O espaço (o todo), desta forma, era concebido como a soma de todos os lugares (as partes). Ou seja, um espaço absoluto passivo de recortes, que se mostraria enquanto o “maior lugar possível⁷”, para usar as palavras de Armando Corrêa da Silva e que, portanto, apareceria como categoria privilegiada da análise. Assim, ele se dividiria em regiões, áreas e territórios a serem minuciosamente analisados. Daí a necessidade da descrição enquanto método.

Neste espaço, os aspectos fundamentalmente quantitativos da realidade são definidos. É o espaço da descrição, das medidas quantitativas dividido em áreas, estabelecido em projeções cônicas ou cilíndricas. Elementos, enfim, da geometria plana, espacial e analítica. (MARTINS, 2009, p. 28).

O papel elementar da Geografia estava em revelar o “onde” dos fenômenos e, sendo assim, ela se constituía primordialmente a partir posição que um dado objeto ocupava no espaço. Dito de outra forma, as indagações da Geografia partiram da pergunta *onde as coisas estão?* e de suas respostas derivaram as noções de localização consagradas neste contexto.

Levando-se em consideração a noção de espaço consagrada dentro da Geografia, o critério utilizado para a referência à localização dos lugares foi o das coordenadas geográficas, ou seja, se partíamos do princípio de que a noção de espaço era cartesiana, também a noção da localização deveria dar conta dessa concepção. Assim, a relação mais convencional era a de alinhar a localização aos critérios da representação do sistema cartesiano, que parte da lógica da instituição da métrica das coordenadas x e y no plano. Ou seja, no tocante à Geografia, os princípios da Geometria só fortaleceram os estudos cartográficos como instrumentos de representação no mapa desta distribuição de fenômenos.

Desta noção de espaço derivaram todos os princípios que a Geografia fez valer em seus estudos, sendo a localização, a observação e

⁷ SILVA, 1979, p. 68.

a descrição os principais deles. Nestes termos, com um apelo majoritariamente matemático e quantificável tais noções eram somente equivalentes àquela que se tinha do espaço.

Ou seja, se a descrição que se candidata a ser elemento do método está no plano fundamentalmente da quantificação e, com isso, apela para uma noção equivalente de espaço, como fica a entrada em cena da qualidade, ou seja, de quando as essências do conteúdo se apresentam? "*Algo é o que é, por sua qualidade; e, ao perder sua qualidade, deixa de ser o que é*"⁸. (Op. cit., p. 29).

Não queremos aqui descartar estas noções, porém, mais tarde tentaremos mostrar possibilidades que ultrapassam essa ideia de localização, e mesmo da descrição, pura e matemática que a Geografia abraçou. Tentaremos, pois ultrapassar a barreira da quantificação nesta discussão, revelando que, justamente por ser a localização um princípio próprio da Geografia, que ela deve ir além de uma noção que a enquadra na definição das coordenadas geográficas. Ou seja, conforme já citamos,

Temos que somar conteúdo, e o conteúdo que perseguimos vai na direção de consubstanciar a ideia de uma cartografia geográfica, na qual a Geografia disposta nessa linguagem se firma fundamentalmente por sua natureza qualitativa. É nessa Geografia que o conteúdo da *Localização* remete à posição do homem dentro de uma estrutura relacional [...] (MARTINS, 2007, p. 48).

Apesar de não compartilharmos com as noções apresentadas nas linhas anteriores e acreditarmos que exista a possibilidade de superação destas colocações, há de se frisar que estes geógrafos tinham em mente estes princípios definidos de uma forma coerente. Para dar conta de seus objetivos, a Geografia deveria obedecer a seus princípios lógicos (MOREIRA, 2007), partindo da localização como pressuposto preliminar.

⁸ Citando HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das ciências filosóficas: a ciência da lógica*, 1995. p. 186.

Os antigos compreenderiam a importância preliminar e central desses princípios lógicos na formação da personalidade e do discurso da representação geográfica. Organizar e estruturar geograficamente significava, simultaneamente, para eles, localizar, distribuir, conectar, distar, delimitar, escalarizar as relações na paisagem e transportá-las para o mapa. (MOREIRA, 2007, p. 116).

Tudo se iniciava em Geografia com estes princípios lógicos⁹. Influenciado por La Blache, o geógrafo holandês Jan Otto Marius Broek (1904 – 1974) vai se preocupar, sobretudo, com os lugares e suas relações. Para ele, os princípios que norteavam os estudos geográficos eram a *localização, posição, situação, local, distribuição e disposição*, todos eles fornecendo bases para a compreensão da Terra como o mundo do homem. Para ele, esses princípios eram responsáveis pelo ordenamento e colocação das coisas na superfície terrestre.

O geógrafo deveria sempre se perguntar “onde fica?”. E com o intuito de entender a realidade, deveria tomar a localização não como uma mera posição, mas ao contrário, a partir de sua relação com outras localidades.

A primeira pergunta que um geógrafo sempre faz sobre alguma coisa é: ‘Onde fica?’ Projetando a localização de coisas ou pessoas no mapa, ele está revelando os padrões de sua distribuição. Não pode haver dúvida de que se trata de um modo muito eficiente de descobrir as relações de área entre duas ou mais variáveis [...] A localização de um objeto é um atributo do próprio objeto e, portanto, uma parte legítima da preocupação das ciências que o estudam. (BROEK, 1967, p. 107).

Sendo a localização um atributo do próprio objeto, vemos em Broek a ideia de que era impossível pensar nos objetos sem levar em conta sua localização, permitindo-nos, então, pensá-la enquanto um elemento fundante (e fundamental) de sua própria existência. Assim, poderíamos acenar que Jan Broek pretendia (ao considerar a localização

⁹ Segundo Ruy Moreira, são eles: *localização, distribuição, extensão, distância, posição e escala*.

como o ponto de partida de seus estudos) encontrar as relações entre as diferentes áreas. E, desta forma, produziu um estudo semelhante ao que Kant propunha, embora não saibamos o quanto de fato o filósofo o influenciou. Sabemos que para Kant, a Geografia daria conta do ordenamento das coisas em seus devidos lugares e que essas se distinguiriam justamente por estarem em lugares diferentes. A localização era também aqui um atributo essencial do objeto que o distinguiu dos demais, como pretendia Jan Broek.

Semelhante às posições de sua época, o geógrafo francês Olivier Dolfuss (1931 – 2005) encarava a Geografia como um saber que estudava as modalidades de organização do espaço, bem como a distribuição das formas e das populações sobre a epiderme da Terra¹⁰. Para ele, existiam três perguntas que o geógrafo deveria estar atento: *onde, como e por quê?*

De posse delas, o pesquisador deveria adotar um procedimento que partia primeiro da localização e situação do objeto de sua pesquisa, para em seguida, descrever, analisar, classificar e ordenar de maneira lógica esse objeto. Baseando-se em Haggett, também assume que a Geografia cuidaria de cinco temas principais: 1) a diferenciação espacial; 2) a paisagem; 3) a relação entre o homem e meio ambiente; 4) as distribuições no espaço e 5) o tema geométrico, expresso nas técnicas cartográficas. (1973, p. 09). Para ele,

No vasto domínio do espaço terrestre, explorado e iluminado pelos feixes luminosos de outras disciplinas, o geógrafo atribui o primeiro lugar em sua pesquisa às relações entre a localização, a organização e a diferenciação espaciais. (*Op. cit.*, p. 10).

Localizar, para Dolfuss, era dar conta da indicação das coordenadas geográficas, mas também da definição do sítio e da posição. Para além da mera identificação de lugares e, justificando a frase controversa de La Blache, este geógrafo assumia que o estudo da localização feito a partir

¹⁰ DOLFUSS, 1973, p. 07.

do sítio (o receptáculo territorial de um elemento do espaço) e da posição (o sistema de relações que envolvem esta localização), levaria o geógrafo ao reconhecimento das estruturas dos sistemas que organizam o espaço.

Ou seja, cada estrutura que pode ser regida por um ou mais sistemas, continua Dolfuss, é própria de uma parte homogênea do espaço geográfico. Sendo esta variedade das estruturas o elemento que garantia a diversidade do espaço. A próxima etapa do estudo do geógrafo diria respeito à classificação de elementos de propriedades comuns em unidades espaciais, que ele vai chamar de *coros*.

A *corologia* – termo que ele utiliza – estudo descritivo de uma distribuição (*Op. cit.*, p. 38), constituiria-se como o próximo procedimento. A comparação e toda a investigação posterior dessas estruturas geográficas forneceria subsídios ao geógrafo para a construção e compreensão do quebra-cabeça do espaço¹¹.

Novamente aqui a ideia de quebra-cabeça reforça aquilo que expomos em linhas anteriores sobre a concepção de espaço tomada pela Geografia, justificando o uso de modelos matemáticos, do plano cartesiano e da localização das coordenadas geográficas. Todavia, independente do juízo que possamos fazer acerca da extensão da noção que esses geógrafos tinham de localização, vemos neles, a preocupação fundamental de dar conta da distribuição espacial das coisas do mundo. Ruy Moreira (2008, p. 30), considerando duas grandes obras do pensamento geográfico, Geografia Humana de Jean Brunhes e Princípios de Geografia Humana de Vidal de La Blache, reafirma o fato de que ambas tomam os princípios de localização e distribuição como ponto de partida do estudo geográfico.

¹¹ À medida que se desenvolviam, estes estudos passaram a ultrapassar os limites da descrição e dos inventários e começaram a servir como instrumentos para a organização e o planejamento de certas atividades. Mais tarde, por influência do neopositivismo iriam se desenvolver teorias baseadas em modelos matemáticos que expressariam como precisão esse caráter quantitativo da localização dos fenômenos. Esta corrente levou o nome de Geografia Teorética ou Nova Geografia, que levava ao extremo às teorias, técnicas e os modelos quantitativos.

Em Geografia Humana, Jean Brunhes (1869 – 1940) define o campo dos estudos geográficos como sendo “a zona inferior do envoltório atmosférico de nosso planeta e a zona superficial da crosta sólida” (1962, p.25). Seria nesta zona de contato que se inscreveriam todos os fatos essenciais da vida humana e, onde o homem subordinava-se aos mais diversos, fenômenos de superfície e, portanto, *fatos geográficos*, que poderia ser um pântano, uma bacia de irrigação, ou mesmo uma cidade.

Todos esses fatos se transformam ao redor do homem, no que ele chama de *princípio geográfico da atividade*, e estão intimamente ligados entre si. Por este motivo se posicionava contra a simples observação de fenômenos. Para ele, existiria também um *princípio geográfico de conexão*, onde homens, vegetais e animais estariam ligados a um determinado número de fenômenos. Os fatos geográficos, sejam eles físicos ou humanos, estavam em transformação contínua, e deveriam ser estudados como tal. Não se podia, portanto, se contentar com a observação de um fato isolado em si.

Donde se segue que nunca devemos limitar nossa visão a uma só ordem de fenômenos. Assim, então, o menor estudo geográfico – se pretende ser completo – não se pode restringir a observar fatos isolados; não há sobre a crosta terrestre compartimentos estanques; pode haver divisões, mas não há cercas. (BRUNHES, 1962, p. 38).

Sendo assim, os fatos geográficos não estavam jamais isolados e o geógrafo não poderia se limitar a tais observações, uma vez que a relação existente entre eles, na mesma medida, também era responsável por suas definições. Baseando-se em Vidal de La Blache, chega então a definição de unidade terrestre, ou todo terrestre, onde os fenômenos sofrem e exercem ações recíprocas, sendo que o homem não escapa à essas relações. Desta forma, por conta do princípio de conexão dos fatos, a Geografia moderna ultrapassaria os limites da descrição da Terra, e se tornaria essencialmente uma ciência da Terra.

A Geografia moderna tem por objetivo a comparação e a classificação dos fenômenos e tende a ser uma explicação destes, no sendo mais amplo da palavra. A Geografia antiga se definia como *descrição da terra*; a nova Geografia é, verdadeiramente, a *ciência da terra*. Não se contenta com a descrição de fenômenos; pretende explicá-los. (*Op. cit.*, p. 42).

Reforçamos assim que para este geógrafo, a Geografia não limitaria a mera descrição de fatos e fenômenos, tendo como mote, todavia, a explicação dos fenômenos. Brunhes, então, mesmo sem citar nesta passagem, mostra como o geógrafo ultrapassaria o limite da corografia e alcançaria o princípio corológico, ou seja, o da descrição mediante a explicação.

O homem não escaparia a esses princípios expostos por Brunhes, e justamente por isso, os geógrafos eram sempre conduzidos a estudar a ação do homem sobre a natureza. Para ele, o homem a fim de satisfazer suas necessidades vitais básicas (alimentar-se, vestir-se e habitar), ajudaria a organizar a complexidade do espaço geográfico¹². Dando destaque à habitação, tendo em vista sua não necessidade de renovação constante, o autor a classifica como um fenômeno localizado e fixo em um ponto preciso do espaço e, portanto, um fenômeno geográfico por excelência.

Assim, o ato de morar ganha para Jean Brunhes uma significância geográfica essencial. Ou seja, fixar-se seja em casas isoladas, vilas ou cidades, conduziria toda a organização e satisfação das necessidades dos homens. Além disso, atrelar-se-ia a ela, outro fato essencial, o da circulação.

Habitação (casa) e circulação (caminho) formam, em sua distribuição recíproca, um movimento combinado de troca dos cheios e vazios de localização no espaço, em que ora o cheio se torna vazio e ora o vazio se torna cheio através da

¹² Além da ação do homem, Brunhes destaca a ação da atmosfera, da radiação, da gravidade e do interior da Terra para explicar a integração dos fenômenos da superfície terrestre.

constante redistribuição das localizações. (MOREIRA, 2008, p. 77).

Não temos por intenção aqui esgotar a obra de Jean Brunhes, porém nosso objetivo com esta obra é mostrar de que forma o autor assume o princípio da localização como elemento essencial para o estudo dos fatos geográficos. Para ele, a localização, tornava-se o primeiro passo para se compreender os diferentes tipos de organização do homem em sociedade. Desta forma, localização e distribuição eram pontos de partida para a complexidade da organização espacial.

Apesar de reforçar que esta não se constitui como um fim em si mesmo, Brunhes, atribuía uma importância muito grande à descrição dos seus fatos essenciais. Todos eles eram classificados por ordem de complexidade crescente, daí sua importância metodológica. Assim, é inegável que sua *Geografia das necessidades vitais* tinha como pressuposto básico a localização e a distribuição.

Da mesma forma, a obra Princípios de Geografia Humana de Paul Vidal de La Blache, publicada postumamente por Emmanuel de Martonne, especialmente em sua primeira parte, direcionava-se à descrição da distribuição dos homens na superfície terrestre. Afirmava também ser a região a unidade responsável em integrar fenômenos humanos e naturais. Neste caso a localização – que assim como em Brunhes relacionava-se com a noção de fixação – e a (co)habitação tornam-se elementos essenciais para a compreensão das formas de organização e rearranjos da superfície terrestre, naquilo que o autor vai chamar de sítio, ou repartição territorial.

Como já apresentamos, La Blache influenciou inúmeros geógrafos com suas monografias regionais. Contudo vale, pois, ressaltar, que estas nunca foram caracterizadas como o seu método de estudo¹³, mas foram tomadas como parâmetros de estudo a fim de se compreender a

¹³ Este foi explicitado em seu texto *Les caracteres distinctifs de la géographie*, de 1913, onde apontava que este deveria ser indutivo, devendo incorporar a história. “As interrelações entre os fenômenos devem ser estabelecidas, sem deixar de ter como referência a totalidade desses na superfície terrestre. (LENCIONI, 2003, p. 107).

singularidade dos lugares, a partir, principalmente das descrições, ou seja, tais monografias nos levariam, segundo ele, ao conhecimento e compreensão do caráter único de cada lugar. Assim, ainda que não estejamos falando propriamente de um método para a Geografia, podemos observar o princípio da localização e da descrição como ponto de partida para se atingir a singularidade destes lugares.

Pierre George (1920 - 2005) preocupava-se, sobretudo com a organização do espaço geográfico pela sociedade, sendo ela de base agrícola ou industrial. Ao longo deste esforço estabelecia uma relação intrínseca entre o desenvolvimento desta, principalmente a industrial, e a questão da localização. Toda sua análise sobre a organização do espaço remete à localização de recursos minerais, de concentrações populacionais ou de grandes cidades. De acordo com Ruy Moreira, para Pierre George:

A alteração nos termos da localização tem importância capital, de vez que na era industrial, é a localização que orienta as arrumações do espaço. Seja na forma fixa da fase da primeira ou na forma mais livre da segunda Revolução Industrial, a lógica da localização sempre vem das leis de funcionamento da economia de mercado industrial, afeiçoando os arranjos espaciais ao funcionamento delas. (*Op. cit.*, p. 114).

Ainda que existam certas nuances em seus pensamentos, esses geógrafos entendiam o espaço enquanto a superfície terrestre que passou a sofrer constantes transformações provenientes das ações humanas. Torna-se claro que, buscando compreender as diferentes organizações, ou arranjos deste espaço, estes autores tenham recorrido à noção da localização - enquanto pontos desta mesma superfície - para iniciar suas análises. Era preciso responder, antes de qualquer coisa, *onde estavam* os fatos geográficos (para usar a influência de Jean Brunhes) determinantes destas transformações.

A rigor para esses autores, a leitura e a compreensão geográfica de fenômenos estudados partiam sempre do princípio da localização. E se localizar era o primeiro passo, distribuir essas localizações, cartografá-las,

descrevê-las e interpretá-las certamente era tão relevante quanto. Daí a corografia e a corologia se fazerem presentes.

Poucas pessoas contestariam o fato de que a Geografia sempre teve por trás de suas preocupações a inquietação de entender a relação que se estabelecia entre a sociedade e a natureza. Ao entender esta como a ciência responsável por captar as transformações que ocorriam no mundo e aquela que responderia pelo conhecimento da natureza, como já apontava Kant, o homem – e a sociedade – tornava-se, a princípio, mais um agente modificador da superfície terrestre. Para a Geografia, interessava olhar para seu objeto, e analisar a relação sociedade e natureza significava em seus primórdios olhar para o mundo e compreendê-lo, sob a ótica das transformações que nele ocorriam.

Para se entender *como* e *por que* essas transformações ocorriam, era necessário compreender *onde* elas aconteciam. Eis os princípios da localização e da descrição – como a própria palavra *geografia* pressupunha – prestando contas ao trabalho do geógrafo. Desta forma, é extremamente válido assumirmos que estes princípios, que são complementares, inaugurem a discussão metodológica e epistemológica da ciência geográfica.

Concordamos com Elvio Martins quando aponta que a descrição “demanda um procedimento cognitivo em que, de antemão, as coisas necessitam ser percebidas em sua localização e, por conseguinte, em sua distribuição”. (2007, p. 39). A descrição, em sua contribuição mais elementar, dá conta das coisas que estão localizadas e ordenadas e, desta forma, não pode ser abandonada a gosto de sua exaustão.

Para nós, toda compreensão do mundo faz emergir o princípio da localização e da descrição, contudo o trabalho não se encerra na constatação desses dois princípios, como muitos autores clássicos assim fizeram. Dar conta do saber geográfico, certamente diz respeito a outras tarefas; todavia, corografia e corologia, seguindo a conversão estabelecida por Ruy Moreira, são inescapáveis à Geografia. Estes princípios não se constituem enquanto um fim, mas a eles recorrer é imprescindível ao

trabalho do geógrafo, dado os desdobramentos de sua pergunta elementar: *onde?*

A geografia ou o geográfico enquanto fundamento [da realidade], é algo que se estabelece a partir da relação sociedade/natureza. Ou seja, tanto no sujeito, como no objeto, a relação entre sociedade e natureza se traduz numa ordem espaço-temporal dos elementos que resultam da relação. Sendo mais direto: quando a relação ocorre, uma determinação fundamental da existência ganha sentido em ato e potência. E esta determinação se explicita quando fazemos a pergunta cardinal: Onde? O que significa afirmar que, a partir daí a localização das coisas em geral não serão aleatórias, obedecerão a um motivo. E quando se localiza, o faz em relação a outros [...] (MARTINS, 2009, p. 16-17, itálico do autor).

Muito provavelmente poucas pessoas se posicionariam contra a afirmação de que a História pressupõe uma cronologia. Todavia, afirmar, hoje, da mesma forma que a Geografia nos remete a uma corologia, possivelmente soaria estranho para muitos. O que se pretende aqui é justamente refletir sobre tal constatação. Contudo, enquadrando tais propostas em um limite que supera as proposições de cunho quantitativo que permearam as agendas dos geógrafos de até então.

De fato, acreditamos não ser possível pensarmos o conteúdo geográfico sem os princípios corográficos e corológicos; da mesma forma, acreditamos que não podemos falar em Geografia sem a noção de localização. Porém, entendê-los como fizeram estes estudiosos, sobretudo ao tomar a localização em sua noção quantitativa – ou seja, aquela noção que envolve o localizar as coordenadas geográficas de um determinado lugar e então descrevê-lo, pouco avança nas nossas intenções e não nos garante amarras para refletirmos sobre as ideias expostas por Fredric Jameson.

Por fim, antes de encerrarmos o capítulo reservamos um momento para nos aproximar das reflexões de dois geógrafos que também contribuíram para o pensamento exposto até aqui. Consideramos que o geógrafo alemão Alfred Hettner e o norte americano Richard Hartshorne

deram, de fato, o status e sustentação metodológica para o princípio que eles denominaram como corológico.

1.2. A Geografia: a ciência da descrição de áreas

Até o momento vimos que a tradição do pensamento geográfico, dentre outros aspectos, ocupou-se durante um longo período com estudos que foram definidos ora como corográficos, ora corológicos. Um dos grandes representantes desta tradição foi o geógrafo americano Carl Sauer (1889 – 1975), com a obra The Morphology of Landscape publicada em 1925. Nela, o autor apontava a Geografia como a ciência da “diferenciação de áreas”, parafraseando proposições de Alfred Hettner.

Para ele, caberia a Geografia tratar da diferenciação das partes da superfície terrestre. Em outras palavras, esta ciência analisaria a distribuição espacial de fenômenos, e diferenciações e especificidades subsequentes em suas diferentes localizações. Nestas especificidades a Geografia revelaria sua importância, enquanto estudo descritivo e analítico. Neste sentido a corologia¹⁴ apareceria como fundamento dessa ciência.

Sem dúvidas os grandes nomes deste momento são Alfred Hettner (1859 – 1942) e Richard Hartshorne (1899 – 1992). Com eles definitivamente os estudos corológicos ganham notoriedade como uma questão de método e, por este motivo resolvemos analisá-los separadamente, como já assinalamos. Em A Geografia, sua História, Essência e Método, publicado em 1927, Hettner retoma o pensamento de Kant e Ritter e reafirma ser a Geografia uma ciência essencialmente corológica, e que, portanto, “tem como objetivo conhecer o caráter dos países ou regiões, mediante a coexistência dos diversos reinos da

¹⁴ Os autores citados a partir deste momento, pelo menos nas traduções analisadas, utilizam o termo corologia, por isso, para ser fiel as suas colocações optaremos também por este termo. De antemão fica a ressalva que, se fossemos levar em consideração as ponderações apresentadas, em algumas passagens estudadas poderíamos também pensar no princípio da corografia.

natureza nas suas diferentes formas". (HETTNER, 1927 apud FERREIRA e SIMÕES, 1986, p. 78).

Influenciado por autores como Ratzel, Humboldt e Ritter, este geógrafo alemão tomou para si o debate da Geografia Geral e Regional, acreditando que esta última – que ele também nomeia de corológica – tinha como princípio eliminar a possível cisão entre Geografia Física e Geografia Humana, definindo, descrevendo, comparando e, sobretudo, interpretando simultaneamente fenômenos distintos em uma mesma unidade espacial. Assim a Geografia era conduzida ao seu principal objetivo, as diferenciações localizadas na superfície terrestre, compreendidas à luz de suas particularidades. Sua ideia não era só descrever, mas diferenciar os lugares da superfície terrestre. Talvez aqui esteja para Hettner o momento da conversão da corografia à corologia, justificando, pois, o porquê de sua preferência pelo último termo.

Assim, para ele a unidade espacial privilegiada, diferentemente de La Blache, era a área que se tornava, então, foco dos estudos geográficos; enquanto a diferenciação da superfície terrestre, seu principal objetivo. O método regional em Geografia ganhava forma, ao passo que atribuía a esta ciência a incumbência de identificar, descrever e comparar as unidades espaciais. Foi a ideia de descrever e interpretar o caráter variável da superfície terrestre que, segundo ele, afirmou o fundamento corológico da disciplina, constituindo-se desta forma enquanto sua essência. (LENCIONI, 2003, p. 123).

Hettner entende a corologia como a essência da Geografia, e busca dar validade epistemológica¹⁵ para os seus estudos de diferenciações e descrições das unidades espaciais, sem que com isso elimine o entendimento da Geografia a partir das relações da sociedade e da natureza. Neste sentido, para ele, tais relações derivariam da própria diferenciação dos lugares.

Nos Estados Unidos coube a Richard Hartshorne retomar e desenvolver o pensamento de Hettner. Em seus escritos, vai definir a

¹⁵ Cf. CAPEL, 1988.

Geografia também como o estudo da diferenciação de áreas, ou então, o estudo das diferenças regionais. A corologia fazia a Geografia olhar para elementos heterogêneos, e responder como eles se vinculariam e se relacionariam nas diferentes áreas da superfície terrestre.

Hartshorne foi o principal responsável em dar ao ponto de vista corológico às características metodológicas da Geografia que ele produzia. Assim, esta ciência buscava, sob a ótica da corologia e de um método comparativo, a "unidade da heterogeneidade". Eram estes critérios que garantiam a ela sua peculiaridade dentro dos saberes científicos. Ou seja, era a originalidade do método que distinguiria a Geografia das outras ciências. Segundo Gomes (1996),

Há outros campos que estudam os mesmos fenômenos, a geologia, a climatologia, a botânica, a demografia, a economia, a sociologia etc., mas só a geografia, segundo Hartshorne, tem esta preocupação primordial com a distribuição e a localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave na definição de um campo epistemológico próprio à geografia. (GOMES, 1996, p. 59).

Desta forma, era o viés da distribuição e localização, e especialmente, da comparação entre as áreas que diferenciaria a Geografia das outras ciências e lhe garantiria uma natureza epistemológica distinta. Assim, a região era a forma localizada das manifestações e, sobretudo, das relações de fenômenos humanos e da natureza.

Para Hartshorne, as unidades ou regiões analisadas seriam uma construção do pesquisador, interessando o estabelecimento de relações entre os fenômenos, com vistas a explicar a superfície terrestre. A Geografia cuidaria de fenômenos de caráter heterogêneo, sendo a região o elemento capaz de dar conta destas distinções. Deste modo, a região seria "uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance essa distinção". (HARTSHORNE, 1978, p. 138). Unidas, formariam a totalidade do mundo.

Em Propósitos e Natureza da Geografia, no primeiro capítulo

intitulado “O que se entende por Geografia como o estudo da diferenciação de áreas”, Hartshorne baseia-se em elementos utilizados por alguns autores clássicos da Geografia como Hettner, Cholley, Vidal de La Blache, dentre outros. Neste capítulo, com vistas a apresentar o objetivo da corologia, enuncia que a Geografia *“tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da Terra”*. (Op. cit., p. 22, itálico do autor).

As ideias de Hartshorne apresentam questionamentos que ele jamais esclarece e, sendo assim, juntamente com seu método regional chegaram algumas críticas ao seu trabalho. Dentre elas a mais conhecida é sem dúvidas o excepcionalismo de Fred Schaefer, que dentre outros aspectos, apontava que esta perspectiva de descrição do único jamais alcançaria um caráter científico. Fato é que a Geografia Regional pouco avançou em suas pretensões nesses últimos anos. Distante das agendas de discussão deixa-se de lado um rico debate, deixando-a entregue ao esgotamento da descrição sem o esforço de seu entendimento enquanto uma questão de método da própria ciência.

Hartshorne e Hettner assumem a corologia como sendo o método essencial e diferenciador da Geografia. São os elementos implícitos no estudo da diferenciação de área que garantem o caráter único dessa ciência. E, por assumir esta como um princípio de método da Geografia é que destacamos esses autores.

Não se tratava somente de descrever as áreas, era necessário diferenciá-las, uma vez que as especificidades do homem e do meio estariam nelas inseridas. Todavia, neles também encontramos as mesmas noções de espaço, próximas àquela de superfície terrestre, ou seja, noções cartesianas e geométricas que perduram ao longo do pensamento geográfico. Assim, fica registrado, que apesar das ressalvas, não há como descartar o pensamento desses autores estudados quando nos propomos a tomar a localização como um fundamento essencial da Geografia.

Os desdobramentos desta afirmação certamente não se encerram neste primeiro capítulo. Ao longo de todo o trabalho, pretendemos

reafirmar e fornecer outras colocações que subsidiam nossas reflexões. Desta forma, o capítulo seguinte pretende, antes de tudo, mostrar-nos possibilidades para seguirmos nosso intento de resgatarmos a localização como fundamento da Geografia. Nele, todavia, sairemos dos clássicos do pensamento geográfico e abordaremos inclusive autores que operam fora do âmbito disciplinar da Geografia. Neste capítulo destacaremos as figuras de dois grandes filósofos alemães que influenciaram de forma decisiva o pensamento dos últimos séculos: Immanuel Kant e Martin Heidegger.

Assim, não se elimina o que foi encaminhado até o momento, mas sem dúvida as preocupações deste segundo capítulo enriquecem e por vezes esclarecem o caminho trilhado até aqui. Para além de uma mera localização e interpretação das partes da superfície terrestre, encaminhamos a discussão para o entendimento daquilo que Elvio Martins (2007) chamou de **sentido de localização**.

Capítulo II

A QUESTÃO ESPACIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE KANT E HEIDEGGER

Aponta Marcel Merleau-Ponty que o sujeito é inseparável do mundo (1999); seus seguidores iriam adiante e colocariam que a presença do homem é imprescindível para tratarmos e entendermos o espaço. Deste modo, ainda que de forma bastante simplificada, poderíamos atentar para o fato de que, nesta linha de pensamento a existência de um homem capaz de perceber e falar sobre o mundo em que vive seria imprescindível.

Em Fenomenologia da Percepção (1999) o autor supracitado enxerga no espaço, para além de um sustentáculo de objetos reais, o meio que possibilita a posição destes objetos, tornando-as possíveis.

O espaço não é ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível. Quer dizer, em lugar de imaginá-lo como uma espécie de éter no qual todas as coisas mergulham, ou de concebê-lo abstratamente com um caráter que lhes seja comum, devemos pensá-lo como a potência universal de suas conexões. Portanto, ou eu não reflito, vivo nas coisas e considero vagamente o espaço ora como o ambiente das coisas, ora como seu atributo comum, ou então eu reflito, retomo o espaço em sua fonte, penso atualmente as relações que estão sob essa palavra, e percebo então que elas só vivem por um sujeito que as trace e as suporte, passo do espaço espacializado ao espaço espacializante. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 328).

O espaço é, assim, potência para as relações do mundo e, deste modo, os sujeitos só percebem as coisas através do espaço. Cada

experiência do sujeito com seu espaço é ímpar e, por isso, segundo Merleau-Ponty não teríamos o direito de nivelar todas as nossas experiências em um único mundo, e ainda, todas as modalidades da existência em uma só consciência. O mundo é, então, revelado ao homem através de suas experiências e de sua existência – que é primordialmente espacial, uma vez que, segundo o autor, ser é *ser situado* (*Op. cit.*, p. 339).

Estamos falando aqui de um mundo que, para ser compreendido, é imprescindível a presença de um homem, que viva, fale e reflita sobre ele. O mundo, ora entendido como espaço, ora entendido como o lugar deste homem seria revelado a partir de uma relação pessoal dotada de significações e sentimentos. Desta forma, a preocupação com a relação nos permite enxergar um homem não apenas enquanto dado e um espaço apenas enquanto localização, o que possibilitaria dizer que a relação existente entre eles é mais importante que a mera constatação de um sujeito e de um objeto¹⁶, dado que este mesmo sujeito é inseparável de seu mundo.

Sendo uma ciência humana por excelência, a Geografia não teve em sua essência essa projeção. Seus princípios e fundamentos, bem como suas orientações, fizeram dela uma ciência preocupada mais com o objeto do que com o sujeito. O homem capaz de transformar, falar e refletir sobre o seu mundo, por muito tempo ficou limitado a mais um fator geográfico transformador do espaço em questão. Fazer ciência geográfica e, antes disso, olhar para o mundo com as lentes da Geografia era sinônimo de dar conta do estudo dos diferentes lugares. O mundo e suas diferenças sobressaiam-se aos homens nos domínios desta ciência.

Neste caso, não podemos dizer que a Geografia nasce como uma ciência sem homens, porém, a relevância dada à reflexão e ao ímpeto de se definir o espaço geográfico enquanto seu objeto colocou o homem, por muito tempo, no segundo plano da análise. Só mais tarde é que a

¹⁶ Seguimos aqui as definições de *sujeito* o *objeto* conforme as colocações de Henri Lefèbvre em Lógica Forma, Lógica Dialética, 1991.

Geografia passou a se preocupar com a conhecida relação sociedade e natureza, que deixada à simplicidade da expressão, pouco diz sobre seu real conteúdo.

Ainda que se aventurasse em propostas que escapassem à tradição deste saber, o fundamento que deu guarida à ciência foi justamente o desvelar do significado das localizações. E, mediante este propósito, a redução do sujeito, por um longo período, a um mero espectador dos fenômenos geográficos. Neste sentido, a história deste campo do saber demonstrou um engajamento contínuo, e por vezes excessivo, em revelar o mundo a partir de manifestações ditas e apreendidas enquanto geográficas.

A localização e a descrição dos fenômenos culminariam na elaboração do conhecimento de um dado lugar, e assim teríamos o conhecimento geográfico, ou ainda o conhecimento da geografia deste lugar. A história da ciência fez incorporar novos elementos neste trabalho, chegando ao ponto de, em determinados momentos, atingirmos os limites da descrição dos lugares, e em outros, o da quantificação no processo de construção do saber geográfico. O certo é que para a maioria, estes procedimentos mostravam-se quase sempre satisfatórios para as respostas em meio às indefinições de um método e de um objeto efetivamente geográfico.

De certa forma, descrever, localizar e mesmo quantificar a superfície terrestre enquadrou a Geografia dentro dos parâmetros de uma ciência que nós aqui associamos à perspectiva corológica (conforme os termos expostos no capítulo anterior), cabendo posteriormente às reflexões dos geógrafos uma procura incessante pela consolidação de seu status acadêmico, que se deu basicamente via o estudo de seu objeto. O espaço geográfico tornou-se assim o elemento privilegiado para dar sentido à ciência nesta discussão, ao passo que lançou a Geografia em uma encruzilhada epistemológica que não raras às vezes transformou-se em crise.

A cada momento a Geografia e os geógrafos buscaram novos rumos para definir sua epistemologia, quase sempre tendo no espaço (ou antes, na superfície terrestre) seu elo elementar. Arranjar, planejar e organizar o palco das ações humanas foi a fórmula encontrada por esta ciência para fazê-la compreender a organização de uma determinada sociedade. Em certos momentos, o planejamento e a ordenação deste espaço, atrelado à presença maciça do Estado fez dos profissionais da Geografia verdadeiros técnicos de operações matemáticas.

Nasce, assim, o perfil do geógrafo ainda hoje existente, identificado com a tarefa da demarcação dos espaços diferenciados a partir da arma teórica e cartográfica da teoria da região, substituída hoje pela teoria do espaço em rede. (MOREIRA, 2007, p. 16).

Os registros cartográficos da Antiguidade, bem como as modernas técnicas de geoprocessamento, que ganharam força nas últimas décadas, permitiram à Geografia a construção para si de uma imagem de ciência capaz de articular os diferentes pedaços do espaço. Independentemente se tratávamos das regiões de La Blache ou das áreas de Hettner e Hartshorne, esta repartição do espaço permitia ao geógrafo uma sistematização e um esforço de análise de seu objeto.

No Brasil, este cenário pode ser identificado no momento de transição de uma Geografia dita tradicional ao seu processo de renovação, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970. Neste momento, percebemos no país, e no meio geográfico de maneira geral, a busca por novos rumos metodológicos para esta ciência, enxergando agora um novo momento de reflexão, onde o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização ditariam às novas regras dessa disciplina.

No limiar da produção desta nova face da Geografia, percebia-se que localização e a descrição precisa dos lugares deveriam adequar-se a estes novos parâmetros. A mera pontuação de dados, atrelado ao saber enciclopédico, eram insuficientes para explicar as mudanças ocorridas no mundo de então. Todavia, o pensamento tradicional da ciência geográfica

conservou-se arraigado a este saber, pois o seu pensamento estanque, ou seja, aquele de associar o mundo como localização, permaneceu; mesmo em seu processo de renovação.

Estamos falando aqui do processo de uma renovação da ciência geográfica que teve por base a consolidação da então Geografia de cunho quantitativo ou teórico, que se estruturou tendo como pressuposto a criação e a aplicação de modelos matemáticos capazes de embasar novas formas de intervenção do homem na realidade. Dentro deste aparato criou-se uma verdadeira revolução estatística, e por assim dizer, quantitativa, na Geografia, o que, de certa forma, limitava o homem a uma gama de opções restritas ou impostas pela natureza.

Deste modo, a Geografia dos modelos e dos dados matemáticos pouco avançou em discussões epistemológicas para a ciência, uma vez que com novas teorias e, sobretudo, novas técnicas, foi mantida toda a discussão voltada para a análise da observação dos arranjos espaciais expressos primordialmente em seus termos numéricos. Ou ainda, como aponta Antonio Carlos Robert Moraes em seu introdutório Geografia: Pequena História Crítica (1981), uma "mudança de forma sem alteração do conteúdo social. Uma atualização técnica e lingüística". (1981 p. 101).

Neste contexto, pudemos observar, então, a transição de uma Geografia dita positivista e porque não dizer conservadora, para uma ciência enquadrada nos modelos do neopositivismo. Ou seja, deixavam-se aos poucos as observações e descrições diretas e passava-se a tratar de dados mais sofisticados e abstratos, ganhando destaque, neste contexto, os modelos estatísticos e as técnicas apuradas. Como bem aponta o autor, o discurso geográfico sofisticava-se em seu caráter técnico, todavia, permanece empobrecido em seu cunho epistemológico.

Na consolidação deste pensamento podemos ainda apresentar outro conceito hoje pouco utilizado na Geografia, especialmente na terminologia brasileira, porém capaz de nos revelar a amplitude e a extensão dada à noção de localização por esta ciência. Trata-se do

conceito de *corometría*¹⁷ – termo hispânico retirado do Diccionario de Términos Geográficos¹⁸ – que diz respeito ao estudo quantitativo ou estatístico das distribuições espaciais¹⁹. Tendo em vista esta definição, verificamos que a Geografia não perde, mesmo em seu processo pós-revolução, sua característica fundamental de ciência corológica que trata sobremaneira das distribuições de áreas, conforme exposto no capítulo anterior. Para além da descrição e da definição dos lugares (sejam áreas ou regiões), tínhamos neste momento claramente a necessidade que esta ciência impôs por cuidar da definição e da análise precisa dos lugares, ou das distribuições espaciais.

Podemos assim compreender este cenário dentro de um contexto em que prevaleciam os pressupostos matemáticos e quantitativos, e sendo assim, fazendo prevalecer uma proposta de estudos geográficos elaborada permeada pelo conceito de *corometría*. Era essencial à Geografia direcionar seus esforços de análise no revelar de seus processos a partir da ótica da distribuição dos fenômenos; todavia, existia agora a necessidade de fazer da Geografia uma ciência, sobretudo, empírica, dotada de conhecimento quantitativo ou estatístico. Desta forma, os princípios básicos da Geografia – os de localização e distribuição dos fenômenos – são mantidos, alterando-se simplesmente o olhar do geógrafo, e com isso, a forma de apreensão do objeto.

A superfície terrestre – e com Kant, o espaço – eram suficientemente grandes para uma análise imediata, e ao geógrafo foi dada a incumbência de fracionar o mundo conhecido para melhor compreendê-lo. Aos poucos, o espaço geográfico tornava-se a categoria chave para o estudioso da ciência geográfica refletir sobre as transformações ocorridas no mundo. Desta forma, vemos prevalecer uma postura de desenvolvimento da disciplina a partir do estudo exaustivo, e

¹⁷ Muito provavelmente a tradução deste termo para o português seja *corometria*, contudo, na ausência deste termo nos livros, compêndios e dicionários na língua portuguesa, optamos pelo uso da palavra na forma como foi encontrada originalmente em espanhol, ou seja, *corometría*.

¹⁸ Cf. MONKHOUSE, 1978.

¹⁹ Tradução livre.

por consequência, da própria definição de seu objeto e, nestes termos encontrávamos, com raras exceções, apenas uma trajetória que previa novas definições e novos rumos para o espaço. Entretanto, o que observamos era justamente uma a permanência de sua essência: mudavam-se os meios e a linguagem para se pensar, via de regra, os mesmos fins.

Somente na década de 1970, com o processo de renovação da Geografia em andamento, é que observamos um caminho que rumava em um sentido diferente daquilo que foi apresentado até então. Segundo Ruy Moreira (2007, p. 21), “o velho modo de olhar preso na apreensão fixa das localizações, as velhas técnicas de descrição e a velha linguagem cartesiana dos mapas perderam seu charme”, ou seja, perdurava até então a relutância do geógrafo em tomar o espaço enquanto um conjunto de localizações fixas.

A revolução tecnológica e o desenvolvimento do modo de produção capitalista reduziam aos poucos este momento estanque da Geografia a um discurso que ficou associado ao trabalho do geógrafo-professor, parafraseando Yves Lacoste em A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra (1988). O desenvolvimento da reflexão acerca das redes, para ficar em um único exemplo, demandava que a Geografia fosse além de seu trabalho meramente enciclopédico, uma vez que a partir das mudanças verificadas no mundo, não cabia mais ao geógrafo acreditar que um lugar responderia sozinho por suas determinações.

Tratava-se agora de entender a realidade local a partir de um nó articulador de uma realidade global complexa. Ou seja, as técnicas e os métodos de estudo da realidade utilizados pela Geografia até então tornaram-se claramente obsoletos. A descrição e a representação dos fenômenos aqui observados e estudados pela ciência geográfica tornaram-se simples e defasados. A organização da realidade demandava um novo olhar e uma nova reflexão da Geografia.

As transformações observadas no mundo certamente foram mais velozes que o processo de renovação daquela ciência que se apresentava

enquanto elemento essencial para leitura e interpretação destas mesmas transformações. Descompasso que, aos poucos, configurou-se num ciclo vicioso de crise epistemológica da Geografia. Os postulados do positivismo – base do processo de consolidação da Geografia enquanto ciência moderna – foram substituídos por novos, uma vez que aos poucos não mais bastava à esta ciência conhecer e apresentar o mundo. Era necessário sua reflexão, base do processo de transformação.

Será neste momento que a Geografia alcançará de fato a qualidade de ser ela uma ciência social, dado que o consagrado espaço geográfico passa a ser observado a partir do seu conteúdo social. Inspirados pelo marxismo, num contexto de forte engajamento político, os geógrafos passaram a afirmar categoricamente ser o homem o principal responsável pela transformação do espaço, transformando a si mesmo neste processo.

Segundo Milton Santos, principal representante brasileiro do movimento de renovação crítica da Geografia com seu livro Por uma Geografia Nova, publicado pela primeira vez em 1978, o espaço seria a categoria fundamental para o geógrafo compreender a realidade, passando a enxergar este mesmo espaço e, sobretudo sua produção e organização, de fato como o objeto da Geografia. Para ele, a produção e a organização do espaço geográfico seriam o ponto de partida para a análise e compreensão da complexidade da sociedade capitalista, uma vez que é ele que ordena as relações entre essa sociedade e organiza, assim, sua história; ou seja, o espaço seria, neste processo, um produto e ao mesmo tempo, a condição para a existência da vida do homem em sociedade.

Não temos aqui a intenção de explorar a obra deste geógrafo, uma vez que tal demanda, apesar de sempre relevante, fugiria do propósito inicial de nosso trabalho. A citação e a lembrança da extensa e complexa obra desse autor servem-nos de momento apenas para apontarmos o contexto do processo de renovação e transformação que a Geografia brasileira direcionou, revelando-nos, pois a mudança da visão dada ao próprio papel da Geografia enquanto ciência.

Neste sentido, podemos perceber que a Geografia buscou, ao longo da construção de sua epistemologia, um recorte que procurava atender a necessidade de discursar e refletir sobre o espaço geográfico. Amparando todo o seu aporte metodológico na reflexão acerca do objeto, os interlocutores do discurso geográfico viam no espaço o elemento chave, e privilegiado, para o diálogo com as demais ciências, sobretudo, aquelas que buscavam compreender o processo de transformação da sociedade em curso.

Dos gregos aos geógrafos que iniciaram todo o processo de renovação crítico nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, o espaço (ou inicialmente, a superfície terrestre), ainda que aparecendo sob diversas roupagens teóricas, sempre esteve envolvido no discurso desta ciência. De receptáculo das ações humanas, em suas primeiras indagações, ao espaço produzido pela sociedade (sendo por isso condição para a existência desta), o espaço foi naturalmente sendo incorporado na Geografia, levando inclusive geógrafos de renome internacional a reconhecerem que esta ciência deveria, antes de qualquer coisa, tratar da análise da formação espacial das sociedades no decurso de sua história, sem que houvesse, todavia, uma unidade de pensamento.

Deste modo, sociedade e espaço na visão dos geógrafos, seriam pares inseparáveis e, sendo assim, a garantia do entendimento do par sujeito-objeto (sociedade-espaço) viria de uma apreensão na qual “o espaço, uma vez criado como objeto pelos sujeitos no processo de criação da sociedade na história, se reverte por sua vez em criador dos próprios sujeitos da sua criação”. (MOREIRA, 2007, p. 33). Ou, para usar as palavras de Milton Santos, em Por uma Geografia Nova, a sociedade faz o espaço ao passo que o espaço faz a sociedade, interagindo de forma recíproca em um movimento contínuo que garantiria a reprodução da sociedade humana.

Nestes termos, novamente Milton Santos, inspirado em Emile Durkheim, indaga se o espaço não poderia ser ele próprio, um *fato social*, uma vez que ele seria fruto do trabalho humano, e concomitantemente,

um *fator social*, ao passo que ele seria o resultado contínuo da acumulação deste mesmo trabalho, num processo que o autor nomeou de “rugosidades²⁰”.

Neste viés do pensamento, o entendimento do mundo pelo campo específico da ciência geográfica partia, então, da construção da recíproca determinação existente entre espaço e sociedade. Para a Geografia, a representação do mundo viria da apreensão deste enquanto espaço geográfico e, sendo assim, definia o conhecimento do mundo a partir do entendimento da organização deste pelo homem, em sociedade. O problema decorrente desta constatação leva-nos a compreender o porquê da escolha de Merleau-Ponty para iniciar a exposição deste capítulo.

O caminho que a Geografia trilhou, ao se deparar com a definição do corpo teórico a partir da constatação de seu objeto, valorizou a construção de diferentes discursos que davam conta da elaboração de um arcabouço teórico-metodológico essencial à linguagem geográfica. Assim, este arcabouço se definiu no limiar do entendimento e da elaboração de definições para aquilo que viria a ser, então, o espaço geográfico, embora concordemos com Douglas Santos (2002, p. 17) quando aponta que a maioria dos geógrafos estavam, de fato, mais preocupados em descrever o espaço à propriamente conceituá-lo.

A indagação da recíproca relação sujeito-objeto, ou seja, sociedade e espaço, e o enquadramento deste último como elemento chave para o entendimento da organização da sociedade, não alcançaram de forma plena, a nosso ver, a colocação do papel do sujeito na Geografia. Assim sendo, a ciência geográfica, mesmo em seu processo de renovação e crítica epistemológica, sempre priorizou a discussão do espaço, tomando por vezes ele mesmo como o sujeito. Embora se colocasse a ênfase na relação e na determinação de ambos, a questão espacial se sobressaiu ao sujeito, ficando este alheio de sua própria condição existencial individual, limitando suas ações no bojo da reprodução da sociedade.

²⁰ Cf. SANTOS, M. 1978.

Se por um lado, evidentemente, não desconsideramos o debate que a Geografia produziu acerca da produção e reprodução do espaço como elemento social, por outro lado, acreditamos que a submissão da ciência a esta categoria limita o caráter subjetivo da própria relação do sujeito (individual) com o seu mundo, dotado de espacialidade, ou ainda da espacialidade da existência humana.

Decorre que do exposto, cria-se na Geografia um paradoxo pouco discutido e, por isso, difícil de ser superado, a saber, aquele que diz respeito ao “problema” elementar da construção de um *pensar o mundo geograficamente*. Estamos falando aqui do princípio essencial à Geografia, presente e hoje, cada vez mais, restrito aos clássicos: a localização e, conseqüentemente, a distribuição.

O hibridismo do pensamento clássico nos permitiu notar, no capítulo anterior, as diferentes posturas adotadas na constituição deste saber, todavia, a dimensão geográfica da realidade nunca se furtou do discurso e, sobretudo, do olhar específico da localização. Parece-nos pertinente neste momento concordar com Douglas Santos (2002), quando coloca que a primeira grande preocupação da Geografia perpassa o conhecimento daquilo que ele chama de *ordem topológica*. Vale ressaltar que os geógrafos clássicos traduziam esta construção topológica como sendo a compreensão da ordenação territorial dos fenômenos²¹, tradição esta, seguida por muito tempo no pensamento geográfico.

Onde? Era esta a pergunta essencial capaz de iniciar a reflexão geográfica, lembra-nos Douglas Santos e antes, Jan Broek.

Certamente, esta construção topológica é, antes de tudo, uma construção individual e dá indícios acerca da mediação entre o mundo e o indivíduo.

Onde? Eis a pergunta central do discurso geográfico. Respondê-la, por sua vez, trará, sempre, as marcas pessoais de quem o faz e, por conseguinte, a dimensão

²¹ SANTOS, 2002, p. 24.

cosmológica em que se insere a construção do questionamento. (SANTOS, 2002, p. 24-25).

A construção desta ordem topológica é, portanto, e inicialmente, individual e, por isso, inerente ao sujeito que percebe o mundo. Num primeiro momento, a obra de Merleau-Ponty em muito nos esclarece e, de certa forma, nos fornece o embasamento necessário para conduzir a discussão do pensamento exposto. O filósofo deixa clara a relação existente entre sujeito e mundo, chegando, por diversos momentos, a afirmar a inseparabilidade entre ambos. A relação entre ambos aqui, certamente não é dicotômica, uma vez que, como lembra Martin Heidegger, “o homem nunca é homem, alguém do mundo” (HEIDEGGER, 1995, p.79).

Dito de outra forma, acreditamos que a dimensão geográfica do *onde* não pode furtar-se de calcar parte das relações e das experiências individuais que tramamos com o mundo. E sendo assim, novamente chegamos a uma nova possibilidade de analisarmos o sentido de localização a partir daquilo que foi exposto por Elvio Martins (2007), quando pressupõe que o conteúdo da localização ultrapassa dados da geometria espacial e nos remete à posição do homem dentro de uma estrutura relacional, tratando portanto, de uma condição existencial do homem.

Mediante o que foi exposto acerca do percurso das definições de seu corpo teórico, vimos que quase sempre, a Geografia atribuiu ao espaço a condição de objeto essencial de seu discurso, dando a ele um caráter de distinção e de protagonista na construção dos fundamentos epistemológicos da ciência geográfica. Sendo assim, salvo raras exceções, voltou seus esforços para análise do espaço geográfico, tendo enraizada uma tradição descritiva, ainda hoje não totalmente superada. Em resumo, formou-se na ciência geográfica um consenso de que a compreensão do espaço seria a própria compreensão da Geografia, confundido muitas vezes a ciência com uma de suas categorias.

Entre o pensamento hegemônico que determinou a consolidação da Geografia e aquilo expresso no início do capítulo – e retomado agora – parece-nos então, haver um abismo que poucos se preocuparam em ultrapassar. Somente mais tarde o discurso proferido por Merleau-Ponty vai ser incorporado no âmbito da Geografia, abrindo as portas para que a concepção fenomenológica²² entrasse nas agendas de discussões dos geógrafos. Estamos falando, principalmente da Geografia Humanista, ramo da Geografia que será brevemente apresentado no capítulo subsequente.

Por ora, a fim de compreender esta incoerência por nós apontada, ressaltaremos então a trajetória da construção do espaço geográfico enquanto objeto da Geografia, buscando mostrar quais foram as concepções adotadas por ela e que deram embasamento para a maioria dos geógrafos construir o corpo desta ciência, legitimando-a na medida em que a subordinava à definição do que viria a ser o espaço geográfico.

2.1. A Geografia: a ciência do espaço

A história do pensamento geográfico mostrou-nos em diversas oportunidades a preocupação intrínseca do seu discurso em buscar sua definição e afirmação no quadro das ciências modernas a partir do entendimento da concepção do espaço geográfico. Ainda hoje, do senso comum ao âmbito escolar, é recorrente a associação imediata entre ciência geográfica e espaço, da mesma forma que se estabelece os vínculos entre história e tempo, entendido a partir de seu caráter elementar (e simplório) da sucessão cronológica dos eventos.

Quando se tenta responder acerca dos objetivos geográficos, logo

²² A Fenomenologia é o movimento filosófico que ganhou destaque com Edmund Husserl. Inicialmente tomada como a ciência das aparências (ou das essências, conforme aparece em algumas traduções), a formulação fenomenológica pretende analisar as estruturas implícitas da experiência humana. Desta forma, pretende acabar com a oposição entre sujeito e objeto consciência e mundo, chegando a revelar que toda consciência é consciência de alguma coisa. Marcel Merleau-Ponty foi o principal seguidor das colocações de Husserl na França, com a obra já citada Fenomenologia da Percepção, que trata da relação do sujeito com o seu mundo.

deslocamos nossos referenciais aos problemas da localização e orientação no espaço, atribuindo inclusive à falta de um sentido de localização ou de senso de direção a uma deficiência de ordem geográfica. A “desorientação no espaço” é justamente o início da incompreensão geográfica do mundo, estabelecendo-se a partir desta constatação, não raras as vezes, uma barreira ao entendimento deste saber, sobretudo, no ambiente escolar.

O discurso proferido pelos clássicos, apesar dos processos de renovação pelo qual a Geografia passou, chegou de forma incipiente ao ambiente da educação básica desta disciplina, fazendo deste ainda hoje um saber fragmentado que pouco guarda relações (apesar da incoerência lógica nesta ressalva) com as discussões acadêmicas. O modelo engessado do livro didático e, antes de tudo, do professor, raramente desloca sua atenção para as discussões epistemológicas da ciência geográfica, prendendo-se quase que sem justificativas, às amarras de uma Geografia tradicional pouco contextualizada com o mundo contemporâneo.

Segue desta forma, uma discussão acadêmica que alcança de maneira ineficaz os outros patamares de difusão e construção desse saber, decorrendo desta ausência de relação um hiato sintomático que revela, dentre outros fatores, o pensamento estanque de parte daqueles envolvidos com esta ciência. Se ainda persiste no ensino da Geografia um discurso que aponta ser esta a disciplina responsável pela localização e descrição dos fenômenos observados na paisagem – que muitas vezes se reduz à forma visível do observador apreender o espaço geográfico, renegando, por vezes, o caráter essencial da própria relação homem-meio – é porque o pensamento geográfico ainda se posiciona de forma ineficaz mediante a própria definição de seu arcabouço teórico.

O discurso ainda hoje adotado em muitos livros didáticos de geografia é o da descrição descontextualizada dos elementos que compõem a paisagem, concebida como mera soma das partes de um fenômeno exterior ao ser humano. Dessa maneira, como afirma Moreira (1994), ocorre o escamoteamento do mutável, das relações que são, para o

autor citado, os fundamentos paradigmáticos que referenciam a construção geográfica das sociedades. (KATUTA, 2004, p. 22).

Para além da importante e relevante discussão que essas sensações nos apontam, achamos necessário no momento esquadriñar nossos principais questionamentos, que de certa forma podem ser entendidos também como a origem desta preocupação com o engessamento do ensino geográfico. Guardemos, portanto, a constatação e parte de nossas insatisfações com as práticas de ensino, e nos dediquemos por ora em entender a quase persistência da Geografia, sobretudo nas proposições mais tradicionais, em adotar um discurso que identificou a ciência como aquela responsável por compreender a organização dos fenômenos em sua dimensão espacial, e partir daí, as implicações deste posicionamento.

Vimos que a identidade da ciência veio, portanto, da apreensão do espaço como elemento que lhe garantia unicidade no trilhar dos saberes institucionalizados. Para além da existência de um espaço geográfico, o espaço *dos* geógrafos foi fundamentado basicamente a partir de uma concepção teórica cartesiana-newtoniana-kantiana de espaço, que Armando Corrêa da Silva qualificou como um impasse, a saber, o *impasse aristotélico-kantiano*²³.

A geografia – entendida sob o ponto de vista tradicional – focalizaria seu próprio estudo em torno de todos os fenômenos organizados de acordo com a dimensão do espaço. Este assunto – de derivação kantiana – combina-se com a concepção do espaço físico, própria dos geógrafos, em termos newtonianos. O espaço representa uma entidade existente em si, independentemente da matéria. O espaço como “caixa”, de extensão ilimitada, em que estão contidos todos os objetos materiais.

A matéria está portanto contida no espaço. (BETTANINI, 1982, p. 58).

Esta breve citação de Bettanini já demonstra a dimensão dos

²³ Cf. SILVA, 1986, p.91.

questionamentos que teremos de nos dedicar no decorrer deste capítulo ao procurarmos indagar (com uma minoria vale lembrar) que essa postura cartesiana-newtoniana-kantiana culminou em uma noção de espaço na Geografia derivada quase que exclusivamente da Física e da Geometria, no qual o positivismo teórico e uma estrutura lógica formal orientaram a construção do espaço geográfico (*dos* geógrafos) e por assim dizer, da própria ciência.

No transcorrer da consolidação da Geografia, o espaço, antes entendido como o palco das ações humanas, passou por uma série de reformulações conceituais até alcançar uma definição que incorporava a ação humana em suas reflexões. Ultrapassar uma definição não significou, porém, a superação de alguns posicionamentos, já que o espaço geográfico não se livrou daquelas amarras que o fundou. A coerência e a lógica de ordenação do pensamento que se constituiu ao longo da construção do *corpus* da disciplina revelam o entendimento de um espaço metrificável e quantificável, que chamaremos aqui de um espaço absoluto e que deriva, sobretudo, de Isaac Newton.

Um espaço metrificável passivo de recortes, que se mostraria enquanto o “maior lugar possível”. Este espaço de extensão ilimitada que contém objetos poderia então ser dividido em regiões, áreas e territórios a serem minuciosamente analisados posteriormente. Daí a necessidade da descrição enquanto método, conforme já apontamos em outras passagens.

O pensamento da Geografia tradicional colocou em evidência o peso institucional da Física e da Matemática, garantindo a ela [a Geografia] a coerência exigida no rigor das ciências. E se encontramos pensamentos que buscaram superar este posicionamento denominado clássico dentro da ciência geográfica, o mesmo não ocorre quando falamos da noção de espaço apreendida e tomada, quase que em sua totalidade, a partir desta postura que chamamos aqui de cartesiana-newtoniana-kantiana.

A origem desta postura assumida (quase que sem

questionamentos do por que da escolha, tornando-se desta forma uma verdade inquestionável), pela Geografia está, portanto, na Física de René Descartes e Isaac Newton e na Filosofia de Immanuel Kant. Com esta influência temos um espaço considerado enquanto uma categoria que contém todas as coisas do universo, e que por isso, é preexistente a estas mesmas coisas, como já apontava Fernanda P. Fonseca (2004, p.36). O espaço absoluto, o receptáculo que contém os objetos, é, portanto, a “caixa” de Tonino Bettanini (1982). Sendo imóvel, alheio às ações humanas, o espaço absoluto torna-se uma “coisa em si mesma” (HARVEY, 1980) e, portanto, independente dos objetos.

O enraizamento desta afirmação explica e justifica o porquê dos primeiros geógrafos assumirem o espaço enquanto espaço da localização das coisas, ou enquanto palco dos acontecimentos, uma vez que, com esta postura, objetos naturais e humanos são tomados inicialmente como objetos contidos no espaço, diferenciados, num primeiro momento, apenas sob o ponto de vista da descrição. Por isso, segue Fernanda P. Fonseca,

É difícil do ponto de vista dessa lógica falar em espaço produzido, espaço humano e econômico, pois como palco ele sempre é externo à sociedade e da própria natureza, já que preexistente ao ser humano e ao que conhecemos como natureza. (FONSECA, 2004, p. 36).

A ideia de espaço enquanto categoria essencial é antiga e tem sua origem já em Aristóteles em duas de suas obras, Categorias e Física. Nelas, o filósofo caminha para a construção desta categoria e a concebe como a soma total de todos os lugares ocupados pelos corpos, ou objetos. Deste modo, já aqui temos a formulação da noção de espaço a partir de sua extensão, dado que o espaço se estabelece neste limiar dos lugares ocupados pelos objetos, influenciando assim, a definição do espaço enquanto um receptáculo que contém objetos.

Todavia, seguindo neste raciocínio centrado em Aristóteles, temos aqui um novo questionamento que posiciona o pensamento do filósofo

sobre o espaço para além da mera identificação deste com a noção de continente. Abbagnano (1982) é responsável pelo questionamento deste elemento quando aponta que, de fato, Aristóteles trata o espaço como uma área preenchida de corpos, porém admite já neste filósofo não bastar puramente saber se esta área está preenchida ou não, apontando-nos então a necessidade de olharmos para essa área preenchida a partir de um referencial, ou seja, outro corpo. E, sendo assim

Com esta definição, Aristóteles trata o espaço como uma "área" preenchida de corpos, neste caso sua visão despreza a necessidade do homem como componente, sua existência se limita unicamente a inexistência do vazio e a condição de um conjunto de pelo menos dois corpos. Para ele não basta que esta "área" esteja preenchida, é necessário que aja [sic] um referencial, um outro corpo que dê ao primeiro uma localização. Implicitamente podemos notar que em Aristóteles já está embutida a questão da localização como algo presente na estrutura do espaço. (DUARTE, M.; MATIAS, V. 2005, p. 191).

Assim, de acordo com as considerações dos autores citados, as ponderações de Aristóteles poderiam já ser consideradas o embrião de um pensamento que coloca a localização no centro da discussão do espaço, servindo então, de referência para os nossos questionamentos que buscam encontrar na localização o cerne da discussão epistemológica da Geografia. Desta forma, as ideias desta citação certamente serão lembradas, analisadas e discutidas em momento oportuno; por ora cabe-nos seguir adiante e enquadrar nossos questionamentos nessa breve constatação que fizemos acerca do espaço geográfico.

Vimos que a Geografia elaborou sua tradição científica tendo como base a localização e a descrição dos fenômenos na superfície terrestre, construindo seu viés epistemológico e consolidando-se então como a ciência responsável por responder, primeiramente, pelo *onde* destes fenômenos. Neste caminho, a Geografia trabalhou no sentido de renovar seu objeto, deixando aos poucos esta postura clássica da maioria dos

geógrafos que tratavam da superfície terrestre, para então qualificar seu trabalho a partir da dimensão especial.

Conforme já colocamos, Jan Broek deixou claro que o trabalho do geógrafo se iniciava com uma pergunta elementar: *onde?* – e, sendo assim, o entendimento da realidade, do ponto de vista da Geografia, pressupunha a existência de princípios, como a localização e a distribuição. Temos, portanto, um elemento-chave que a distinguia, desde o início de sua fundamentação, das demais ciências. Ao passo que a ciência geográfica se consolidava, renovavam-se teorias e postulações que estabeleciam que a ordenação do pensamento geográfico deveria partir do pressuposto da localização das coisas na superfície terrestre, ou no espaço.

Restava, portanto, à Geografia elaborar uma matriz coerente no seu pensamento que incorporasse e justificasse seu raciocínio espacial. Essa faceta do discurso geográfico – ou seja, sua influência cartesiana-newtoniana-kantiana – encontrou sustentação em uma matriz espacial antiga, herdeira da Geometria. Foi neste sentido que o espaço, sob o viés da Geografia, incorporou a localização, distribuição e também a orientação no espaço, a partir de um sistema referenciado na Geometria euclidiana. Apesar dos primeiros registros darem conta da existência de uma Geometria já no ano 3000 a.C., Euclides (300 a.C.) é considerado o seu fundador. A característica principal do espaço geométrico euclidiano, vale destacar desde já, está no fato dele ser contínuo e infinito.

As coisas estão localizadas no espaço e, para que elas se relacionem, o geógrafo Jaques Lévy (1994, 1999) enfatizou a relevância da métrica espacial adotada no momento da reflexão e entendimento desta abordagem no cerne da ciência geográfica. A métrica diz respeito, segundo ele, ao modo de medir as distâncias espaciais²⁴ e, neste sentido, a métrica euclidiana incorporada pela Geografia e, também pela Cartografia, dava conta de uma concepção de espaço absoluto, pré-

²⁴ Cf. FONSECA, 2004.

existente às coisas, sendo explicitada enquanto um sistema de medidas do espaço.

Tendo como referência o conceito puro de espaço, a métrica é um de seus aspectos constituintes, pois dá as medidas das distâncias. A questão da métrica do espaço, na concepção de espaço absoluto é equacionada pelo uso da geometria euclidiana, e essa se transportou para a Geografia e principalmente para a Cartografia, como de resto para muitos outros planos da vida. Trata-se de um sistema universalizado de medida do espaço. (FONSECA, 2004, p. 40).

O senso comum nos permite dizer que o espaço ainda hoje é tomado, por parte das pessoas e mesmo que inconscientemente, como o plano de fundo onde os objetos se localizam. Desta forma, é nesta perspectiva que destacamos que este senso comum pode ser considerado o resultado que deriva do pensamento enraizado pela própria ciência geográfica e ironicamente, ainda pouco discutido por ela. Fundamentando-se nas concepções de Euclides, Newton e Descartes, a construção do espaço geográfico restringiu-se a uma concepção de espaço proveniente das ciências exatas e, sendo assim, procurou entender que os fenômenos e os objetos do mundo estão dispostos e ordenados em um espaço de extensão geométrica que, ainda que infinito, permite a localização destes objetos a partir da mensuração das coordenadas geográficas, em um espaço estático.

Os pilares da ciência geográfica certamente estão na afirmação de suas categorias, e neste sentido, o espaço ganhou notoriedade. Trata-se, sem grandes contestações, do principal elemento da constituição deste saber sendo, não raramente, o ponto de partida da esmagadora maioria dos trabalhos acadêmicos em Geografia.

O que pensamos ser Geografia ou geográfico é fundamentado, via de regra, no estabelecimento de uma relação espacial. Vale ressaltar, contudo, que a forma como a ciência geográfica incorporou o espaço em seu discurso, limitou a própria definição dessa categoria, que tomada sob

a lógica da matemática, deixa para segundo plano uma rica discussão para a própria epistemologia da ciência.

É notório destacar que a conceituação e a reflexão acerca do espaço na Geografia não permaneceram estagnadas até os dias atuais. Quando assumimos que os geógrafos utilizam como pilar uma construção proveniente da Matemática, não queremos dizer que a categoria dentro do pensamento geográfico não sofreu alterações, permanecendo a mesma daquela designada pelos autores clássicos. O que achamos necessário e relevante afirmar é justamente o fato de que, ainda que se tenha criado condições para se discutir essa categoria, o fundamento para se pensá-la não se desvinculou, com raras exceções, de uma elaboração que dissocia esta categoria ao homem, ou seja, nas palavras de Elvio Martins²⁵, falávamos sempre de algo visível e externo aos indivíduos.

Evidentemente, o que se busca é encontrar embasamento em autores que extrapolaram esta noção já pré-estabelecida pela maioria dos geógrafos. O empirismo verificado nas reflexões que se fazem na Geografia revela e tem como fundamento esta posição de assumir o espaço geográfico enquanto um dado geométrico. Podemos inclusive lembrar aqui o já citado estudo das diferenciações de áreas de Hettner e Hartshorne, quando apontam ser esta a nuance da ciência geográfica. As áreas seriam apenas recortes de um espaço de localização cartesiana, conforme citado anteriormente.

Somar novos elementos de ordem qualitativa ao sentido que damos à localização envolve, antes de qualquer coisa, levar também à concepção de espaço outra roupagem, que certamente não se encerra neste trabalho. Quando falamos de localização em Geografia e, sobretudo em Cartografia, logo nos remetemos a uma noção pontual, que se configurou mediante uma concepção mais ampla e enraizada que a Geografia estruturou acerca do espaço geográfico. Vale destacar que não queremos dizer que a Geografia tenha assumido uma concepção errada de espaço e, sendo assim, concordamos novamente com Elvio Martins

²⁵ MARTINS, 2007, p. 36.

quando aponta que não existem, propriamente, concepções errôneas de espaço haja vista que estas concepções são coerentes com o que se quer ver do mundo²⁶.

O entendimento do que vinha a ser o espaço para a Geografia embasou-se na Matemática e na Física conforme já adiantamos e, sendo assim, esbarrou na estruturação e na ordenação de um pensamento que se fundamentou em um sistema lógico formal, ou de uma lógica clássica fundada por Aristóteles e encabeçada por A. N. Whitehead e B. Russel, já na transição para o século XX. Segue então, que todo pensamento é fundado a partir de uma ordenação lógica, que fundamenta e organiza o conhecimento. Neste contexto, vale destacar que o sistema lógico formal mencionado previa três princípios básicos: o da identidade, o da contradição, e o princípio do terceiro excluído.

Na lógica clássica encontramos três princípios igualmente tradicionais, que são tomados como imprescindíveis para que haja pensamento racional e logicamente concatenado: a) o princípio da identidade, onde todo objeto é idêntico a si mesmo ($A=A$); b) o princípio da contradição, onde entre duas proposições contraditórias uma delas é falsa, dado o fato de uma ser a negação da outra; c) o princípio do terceiro excluído, onde verifica-se que entre as proposições contraditórias uma necessariamente deverá ser verdadeira. (MARTINS, 1996, p. 15).

Desta forma, a validade do pensamento enraizado no sistema lógico formal, deveria obedecer a esses princípios básicos de identidade, contradição e terceiro excluído. E a Geografia, de acordo com Elvio Martins, se estruturou nesse sistema, revelando suas práticas que, grosso modo, não escapavam da compreensão da realidade diante do que foi exposto acima. A tradição descritiva desta ciência, já revelada no primeiro capítulo, é uma pista de que sua fundamentação se configurou mediante estas proposições, dado que raramente a Geografia escapava às amarras da descrição e se detinha a uma abordagem analítica.

²⁶ *Ibidem.* p. 37.

O pensamento organizado a partir do sistema lógico formal previa que o pensamento deveria ser coerente, baseado na objetividade e, em certa medida, uma universalidade que poderia, inclusive, denominar de incoerente o pensamento que se distinguia de sua racionalidade. Armando Correa da Silva (1986) quando revela a existência do já mencionado impasse aristotélico-kantiano em Geografia está também revelando que os fundamentos desta ciência estão, de fato, enraizados na lógica formal. Sendo assim, sua constatação serve de mote para a reflexão de Elvio Martins, quando busca revelar e compreender a origem deste impasse.

Parece lógico - e formalmente o é - que o espaço seja uma dimensão universal; o lugar, uma dimensão particular; a área, a região, o território, uma dimensão singular. A reflexão sugere que na geografia o universal, o particular e o singular têm essa conotação categorial. Além disso, verifica-se que - relacionando o universal, o particular e o singular - o espaço contém o lugar, e este contém a área, a região, o território. Inversamente, como se disse antes, a área, a região, o território, expressam o lugar, e este o espaço.

Constata-se que é feita uma classificação na qual existe uma hierarquia lógica que, associada às categorias gerais do entendimento humano, como o universal, o particular e o singular - é tratada do ponto de vista de uma lógica interna à dimensão espacial.

Este não é um caminho dialético: a Geografia tem vivido este impasse aristotélico-kantiano desde suas origens. (SILVA, 1986, p. 91).

Não nos cabe neste trabalho verificar a extensão que esta discussão alcançou quando constatou a origem deste impasse, atingindo, portanto, os dois pilares essenciais da discussão, a saber, Aristóteles e Kant. Tal propósito novamente desviar-se-ia de nossos objetivos propostos, todavia, a partir do momento que revelamos ser a Geografia herdeira de uma tradição lógico formal, queremos com isto dizer que a categoria espaço, também se configurou mediante estes termos, e sendo assim, a localização - nossa preocupação - também se estruturou enquanto um princípio que se deteve neste patamar de pensamento.

Nesta estruturação do sistema lógico formal, o espaço seria concebido como a soma dos lugares e, por conseguinte, obedecendo a uma classificação hierárquica dos conceitos dentro de uma estruturação que caminha do geral ao individual. O espaço seria o universal – a totalidade – e a área, região, território seriam as singularidades deste espaço, com características determinadas. Desta forma, o espaço é o *todo*, enquanto a área (ou região) são as *partes* desse todo. Vale lembrar, assim, que desta forma a parte não se confunde com o todo; muitas vezes operando de modo independente, sem qualquer relação e, sendo assim, fundamentando apenas uma relação de contido/continente.

O recorte que precede os estudos na Geografia parece evidente nestes termos, dado que, o espaço geográfico pode e deve ser passível de reduções para melhor ser compreendido. Segue a descrição e as medidas quantitativas do plano cartesiano definindo o arcabouço do princípio da localização, necessitando para tanto de uma noção de espaço equivalente aos seus métodos.

Destaca-se, contudo a possibilidade da Geografia em seguir adiante: avançar, sem negar, seus posicionamentos, e assim, inferir que esta se trata apenas de uma concepção e de um entendimento de mundo, e que necessita, pois, como toda ciência de um processo constante de renovação. Maximilian Sorre, conforme já apontamos no capítulo anterior, discorre que o início da discussão em Geografia pressupõe a existência, justamente, de um espaço geodésico – de referências mensuráveis. Sendo assim, o espaço da Matemática de localização cartesiana e da descrição revela e consagra a busca da questão essencial em Geografia, ou seja, o *onde?* O ponto de partida em Geografia, ou a corologia inicial, conforme nos aponta Elvio Martins (2009, p. 29) define os aspectos quantitativos da realidade, e desta forma, faz prevalecer uma epistemologia calcada e arraigada na definição e nos limites da construção do que os geógrafos assumem como sendo o espaço geográfico.

Assim, a Geografia embasou a construção de seu pensamento amparado em uma compreensão de realidade em que predomina uma

ordenação lógica de entendimento desta. E neste sentido, o fundamento corológico assumiu o papel de sistematizar e abrigar as discussões epistemológicas desta ciência. Não seria um exagero pensar que a epistemologia da Geografia estava justamente nesta distinção que a ela cabia – ou seja, a definição do *onde* dos fenômenos.

Os procedimentos da ciência geográfica foram, assim, definidos mediante o princípio da corologia, orientando, senão exclusivamente, grande parte dos conteúdos geográficos. Ressalta-se assim que este princípio também obedeceu, e em certa medida esbarrou, na consolidação (consciente ou não) de uma definição específica de espaço.

Esta constatação certamente não nos leva a concluir precipitadamente que a concepção de espaço em Geografia é errada, e que desta forma o princípio da corologia, da maneira como foi posta até então, é insuficiente para o pensamento geográfico. Acreditamos, pois, ser justamente este princípio o fundamento que prescinde à Geografia, uma vez que é a partir dele que nosso pensamento e percepção revelam uma perspectiva espacial de um dado momento, conforme nos aponta Elvio Martins (2007, 2009). Sendo assim, acreditamos que para o contínuo processo de desenvolvimento do saber geográfico, é preciso ir além; olhar para o conhecimento que fundou este pensamento e levantar os alcances e os limites desta discussão.

Em verdade, apontamos por diversas vezes que a pergunta *onde?* foi a responsável pela distinção que a Geografia obteve no rol das ciências modernas. Desta forma, poderíamos questionar se não nos cabe aqui admitir ser a resposta que a Geografia buscou dar para esta pergunta justamente o princípio epistemológico que fundamenta e organiza tal ciência. Sendo assim, o que nos cabe refletir é justamente se, de fato, a epistemologia da Geografia está no *onde?* e a partir de então, questionarmos qual a extensão que esta pergunta pode alcançar na Geografia.

Até o momento, a Geografia deixou claro o limite que esta simples pergunta pode impor ao seu pensamento. A reflexão da e na

ciência geográfica implícita ou explicitamente exigiu a pergunta *onde estão localizados e distribuídos determinados fenômenos?*. A resposta, quase sempre resultou no mesmo ponto: no espaço geográfico. Deste modo, fica-nos a pergunta, *qual espaço?*

A origem desta questão, para nós, está em Immanuel Kant.

2.2. As contribuições de Immanuel Kant e a Geografia Física

A Geografia que conhecemos hoje é herdeira direta do filósofo Immanuel Kant. Ou, para usar as palavras de Douglas Santos “Kant é a marca da institucionalização do discurso geográfico enquanto tal”. (2002, p. 174).

Ministrando seu curso de Geografia na Faculdade de Königsberg por quarenta anos seguidos durante os verões, Kant foi o grande responsável por inserir a discussão do espaço em Geografia. E ainda que sob a forma de cursos livres, o filósofo foi o primeiro a introduzir essa disciplina na Academia, antes mesmo que a primeira cátedra fosse criada por Karl Ritter em 1820, na cidade de Berlim.

Em uma de suas obras mais completas, a Crítica da Razão Pura, ou Estética Transcendental, publicada pela primeira vez em 1781, Kant expõe toda sua concepção daquilo que para ele se configura ser o *tempo* e o *espaço*.

Espaço era um dado *a priori* da percepção; um plano de extensão infinita, imóvel, que ele vai resgatar do pensamento newtoniano. Para ele, o espaço existe enquanto extensão geométrica, sendo uma realidade externa, ou seja, “os objetos são vistos no espaço e é justamente por isso que podemos afirmar algo sobre sua distribuição” (*Op. cit.*, p. 180). Ao possuir uma realidade externa, Kant admite não haver representação alheia ao espaço, e sendo assim, este torna-se “condição de possibilidades dos fenômenos”, ou seja “é uma representação *a priori*, que fundamenta necessariamente todos os fenômenos externos”. (KANT, 1989, p. 64-65).

Em substância, espaço e tempo são as fontes que organizam toda a experiência sensível e delas podem ser hauridos, *a priori*, vários conhecimentos sintéticos, como é demonstrado, de maneira particular, pela matemática pura, no que concerne ao conhecimento do espaço e suas relações. Mas estas duas fontes *a priori* do conhecimento são *a priori* simples condições da sensibilidade e não determinações reais dos objetos, os quais nos são, aliás, desconhecidos em sua realidade em si, e só são conhecidos em sua fenomenicidade. (GALEFFI, 1986, p. 70 apud MARTINS, 2003, p. 50).

Para o filósofo tanto espaço como tempo não são dados empíricos originados da experiência; em verdade, são eles elementos necessários para que a própria experiência seja possível. Desta forma, não existe representação em que não haja tempo e espaço. E por esta condição Kant denomina espaço e tempo de *intuições puras*²⁷, a forma dos fenômenos, que independe da experiência e do empirismo. Espaço dando ordem aos sentidos externos; tempo, aos sentidos internos, aponta o autor.

Chamo puras (no sentido transcendental) todas as representações em que nada se encontra que pertença à sensação. Por conseqüência, deverá encontrar-se absolutamente *a priori* no espírito a forma pura das intuições sensíveis em geral, na qual todo o diverso dos fenômenos se intui em determinadas condições. Essa forma pura da sensibilidade chamar-se-á também *intuição pura*. [...] Nesta investigação se apurará que há duas formas puras de intuição sensível, como princípios de conhecimento *a priori*, a saber, o espaço e o tempo, de cujo exame nos vamos ocupar. (KANT, 1989, p. 62-63).

Assim, o entendimento do mundo, para ele, pressupunha uma matriz espacial. Não pretendemos aqui, por razões óbvias, esgotar o pensamento de Kant. Desta forma, a grandiosidade desta obra será apenas superficialmente citada no sentido de introduzirmos seu pensamento no contexto deste trabalho, mostrando-nos apenas o fio condutor de suas reflexões, e que nos leva, certamente, ao entendimento da influência que este filósofo deixou não só à Geografia como em todo o

²⁷ Cf. KANT, 1989.

pensamento científico desde então. Pretendemos, portanto, levantar os principais aspectos que nos garantam compreender o compromisso que Kant tinha em construir uma definição para o espaço, influenciando o discurso geográfico institucionalizado no auge da discussão acadêmica no qual este filósofo fez parte.

Já observamos em outras passagens deste trabalho que Kant inaugura o debate espacial na Geografia e, o ponto de partida para entendermos a definição do que viria a ser o espaço está, evidentemente, na Crítica da Razão Pura, sua obra mais notória. Para ele, o espaço não era um conceito empírico extraído de experiências, e sim um dado *a priori* que as fundamentavam, sendo por isso uma condição de possibilidade dos fenômenos, dando ordem aos sentidos externos, como já apresentamos (1989, p. 64-65). Kant busca com isso dar ordem ao pensamento, deixando arraigado ao espaço (e ao tempo) uma noção que nos remete imediatamente ao espaço newtoniano, como receptáculo, conforme aponta Douglas Santos (2002, p. 180).

Em 1785, Kant publica Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza, escrito justamente no momento em que se dedicava à segunda edição de Crítica da Razão Pura. Novamente, sem ter a intenção de esgotar a inestimável importância desta obra, nos fazemos valer de alguns pontos centrais que nos ajudam a compreender seu pensamento diante da formulação do pensamento geográfico enquanto ciência. Sendo assim, não pretendemos aprofundar as reflexões expostas neste trabalho, contudo, achamos necessária uma breve exposição do texto uma vez que acreditamos ser ele o diálogo que aproximará o pensamento exposto em Crítica da Razão Pura e àqueles escritos acerca da Geografia Física.

Neste trabalho, o filósofo considera a relação entre a realidade empírica dos fenômenos e o caráter *a priori* do espaço. Para além deste caráter exposto em Crítica da Razão Pura, Kant considera o movimento da matéria em relação ao espaço e, sobretudo, a existência de um espaço passível de ser verificado empiricamente. Espaço este, vale ressaltar, denominado de *espaço relativo*, ou ainda espaço empírico, no qual se

configuraria o movimento da matéria. Assim, o espaço era relativo em seu movimento, a outro "maior" onde este se daria, denominado, *espaço absoluto*, ou puro. Ou seja, "temos que o espaço absoluto é a condição a priori necessária para que possamos verificar pela experiência (e, portanto, a posteriori) o espaço relativo". (MARTINS, 1996, p. 59).

Desta forma, diante do espaço absoluto, puro e imóvel é que poderíamos considerar os espaços relativos. Ou seja, este espaço puro e a priori (e uno) engloba os espaços relativos. Diante do exposto, segue Elvio Martins,

Não é necessário que nos alonguemos, para considerar acerca das concepções kantianas sobre o espaço, nesta obra *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*. O que já é lícito afirmar, é o fato de termos uma relação entre experiência e entendimento estabelecida mediante a suposição de um espaço empírico, dotado de materialidade, que é tomado como *relativo*. De outro lado, referente às prerrogativas sensíveis do entendimento, temos um espaço imaterial, infinito, e, portanto, absoluto. O primeiro trata-se de um elemento *a posteriori* revelado a nós pela experiência, sendo, entretanto, possível tê-lo uma vez que possuímos aprioristicamente, independente da experiência, um espaço como forma das intuições puras. (MARTINS, 1996, p. 61).

No limiar destas duas obras aparecem as notas do curso de Geografia Física ministrado pelo filósofo em Königsberg. Desta forma, ressaltamos que o espaço que Kant traz para a Geografia é justamente aquele que denomina de espaço relativo, ou empírico. Ou seja, o espaço puro e *a priori* tratado em Crítica da Razão Pura é uma condição necessária para que Kant pudesse dar conta e explicar a extensão do significado deste espaço relativo. Assim, em suas notas introdutórias sobre a Geografia Física, somos levados a olhar para um espaço empírico, passível de experiência e, portanto, que nos é revelado *a posteriori*.

A rigor, o pensamento de Kant sobre o espaço ganha notoriedade com a Crítica da Razão Pura, mas a herança por ele deixada à Geografia está, antes, presente nos transcritos feitos para o curso de Geografia

Física e, por isso, alvo de nosso estudo. Vale ressaltar que, apesar dos quarenta anos dedicando-se à Geografia, Kant nunca escreveu um livro sobre a disciplina. O pouco material que encontramos e temos acesso diz respeito aos transcritos ou as anotações de aula de seus alunos durante estes cursos, publicado pela primeira vez em 1802. Trata-se, portanto, de um pensamento introdutório, e por isso sem a pretensão de ser conclusivo acerca daquilo que ele chama de a *primeira parte do conhecimento do mundo*, infelizmente não sistematizado por ele.

Justamente pela ausência de textos escritos por Kant sobre a Geografia é que nos dedicaremos a este único material e, neste sentido, serão usadas algumas traduções feitas dos transcritos dessas aulas sobre a Geografia Física, entretanto será usada como base uma tradução francesa de Michèle Cohen-Halimi, Max Marcuzzi e Valérie Seroussi, publicada em 1999. Neste livro, além da versão completa obtida pelas aulas de Geografia, os organizadores da obra apresentam notas introdutórias sobre o pensamento de Kant, sendo, portanto, de extrema relevância para o trabalho que aqui apresentamos.

A Geografia Física foi o segundo curso mais ministrado pelo filósofo no vasto âmbito de suas aulas. Dos 267 ciclos de cursos, 49 foram dedicados à Geografia Física, logo após dos 54 dedicados à Lógica e à Metafísica²⁸. Para além da importância numérica, a dedicação de Kant à Geografia deixou-nos um legado importante justamente por ser ele o primeiro filósofo a se interessar e ensinar Geografia, antes mesmo de sua institucionalização, conforme já apontamos. Levando-o inclusive, a redigir um manual com esta finalidade.

Vale por ora ressaltar que algumas das questões presentes neste curso livre estão também em Crítica da Razão Pura, incluindo a ideia acima exposta de que espaço ordenaria os sentidos externos e o tempo os sentidos internos. O filósofo procura desenvolver a necessidade de pensarmos o mundo em sua totalidade, eliminando-se assim uma leitura

²⁸ COHEN-HALIMI, 1999, p. 11.

desconexa das partes desta totalidade. E neste sentido, todas as ciências devem caminhar no sentido de arquitetar este conhecimento.

Os escritos se iniciam com uma introdução na qual Kant busca oferecer uma definição da Geografia Física e, por isso, o principal alvo de nossas explanações. O restante da publicação está dividido em três partes. A primeira tratando, nas palavras de Kant, da *parte geral*, no qual examina a Terra a partir de seus componentes e seus elementos; ou seja, dividindo esta primeira parte em seções, o filósofo analisa a água e a hidrografia, a atmosfera, o Sol, dentre outros elementos.

Já na segunda parte, que denomina de *especial*, Kant estabelece um exame particular do que contém a Terra, fazendo um exame detalhado do reino mineral, vegetal e animal e também dos seres humanos, onde analisa, sobretudo, a relação entre a cor da pele dos grupos humanos e a zona climática onde habitam. Nesta seção dedicada aos homens, Kant não foge, inclusive, de alguns pré-julgamentos e que, mais tarde, alguns na Geografia chamariam de *determinismo geográfico*, ao acreditar que a espécie humana se desenvolve ao se adaptar às condições climáticas de onde habitam, originando de certa forma as diferenças entre as nações.

Por fim, Kant reserva na terceira parte um pequeno tratado com as principais observações sobre as principais curiosidades naturais de todos os países conhecidos até então, de acordo com uma ordem geográfica. Neste momento, o filósofo divide o planeta a partir da divisão dos continentes asiático, africano, europeu e americano, descrevendo-os de acordo com os costumes dos povos, hábitos alimentares, culturais e religiosos, por exemplo.

Como já apontamos, a parte introdutória do manual kantiano acerca das definições da Geografia Física é o nosso principal objeto de estudo no contexto da obra. Kant mostra, logo de início, o significado e os objetivos da Geografia Física, tratando-a enquanto a primeira parte do conhecimento do mundo, e sendo assim, a propedêutica do conhecimento do mundo. Vale a ressalva que *mundo* é tomado aqui a partir de sua

totalidade, ou seja, o solo (substrato ou cenário) onde nosso conhecimento é adquirido e aplicado. Diante desta constatação, Kant ressalva que sua perspectiva de mundo, e do conhecimento que temos dele, não se constitui de um mero agregado, mas sim de um conhecimento sistêmico, onde o todo prevalece as partes. O todo é o mundo onde os homens realizam suas experiências.

Pensar o mundo em sua totalidade envolve a ampliação das experiências do homem neste mundo, ainda que estas sejam limitadas pela curta duração da vida humana. Esta limitação da vida do indivíduo levaria os homens a recorrer às narrativas e descrições de épocas distintas e lugares distantes, ampliando, pois, o conhecimento dos homens como se nós mesmos vivêssemos estas experiências. Neste sentido cada experiência exterior se apresentaria ora como narrativa ora com descrição. A primeira seria uma *história*; a segunda, uma *geografia*. Segue Kant que a descrição de um lugar singular da Terra se denominaria *topografia*, enquanto que a descrição de uma região e suas especificidades seria uma *corografia*.

Viver o mundo, para Kant, envolve, antes de qualquer coisa, uma reflexão sobre este, e a Geografia e a História (ou Antropologia como apontam algumas traduções) seriam as ciências responsáveis por organizar este conhecimento. Para Kant, a fonte do nosso conhecimento provém da razão, como elementos que ele denomina de puros, ou então da experiência que nos é dada pelos sentidos internos e externos.

[...] a geografia faz parte, segundo Kant, das ciências empíricas, isto é, fundamentadas na *experiência* (distintas, portanto, das ciências racionais fundamentadas na *razão*), tendo como finalidade "a erudição *real* (real porque os objetos da nossa experiência nos aparecem no *espaço*, um ao lado do outro, ou no *tempo*, um após o outro), a qual compreende, em parte, a descrição dos objetos: a *descrição do mundo*; em parte, a narração de suas mudanças: a *história do mundo*". (QUAINI, 1979, p. 27).

Kant observa a necessidade de designar como conhecimento o lugar que lhe é próprio e para isso estabelece o ordenamento dos conhecimentos empíricos diante de uma classificação *lógica* que leva em consideração a classificação a partir dos conceitos, e uma classificação ou divisão *física* que é estabelecida de acordo com o tempo e o espaço.

A classificação física proposta pelo filósofo expõe um ordenamento segundo o tempo, a História, e segundo o espaço, a Geografia. A primeira seria uma narração, e a segunda uma descrição. (KANT, 1999). Esta classificação nos permitiria considerar as coisas de acordo com os lugares que elas ocupam na Terra e, nestes termos, Kant faz da Geografia o conjunto de conhecimentos empíricos que nos garantiria dispor da classificação taxonômica do mundo. Dessa classificação e taxonomia, o filósofo propõe o recorte do espaço que, sendo ele passível de ser tomado a partir de sua extensão geométrica, ordena as coisas do mundo de acordo com a localização e a distribuição que os fenômenos acontecem. Assim sendo, a Geografia kantiana nada mais é que uma descrição racional de tudo que é visível na superfície terrestre (COHEN-HALIMI, 1999, p. 17), ou seja, tratava a Geografia enquanto um *inventário do mundo*, sendo, pois, imprescindível a descrição.

Kant insiste em considerar as coisas de acordo com os lugares em que elas ocupam neste cenário ou substrato e sendo assim, acaba por criar um sistema de classificação da realidade de acordo com uma distribuição espacial. Alguns geógrafos, dentre eles o já citado Richard Hartshorne, considerava Kant um dos fundadores da Geografia enquanto uma ciência espacial, haja vista suas reflexões sobre o espaço delineadas em artigo publicado inicialmente em 1768, Do primeiro fundamento da distinção das regiões no espaço, bem como suas aulas ministradas de 1756 a 1796 em Königsberg. Esta distribuição espacial, neste caso, obedece e condiz àquilo que ele mesmo classifica enquanto espaço – ou seja, em seu sentido geométrico de localização e distribuição.

Além disso, salienta a necessidade de sempre sabermos os lugares em que as coisas acontecem, sendo assim, para ele, a Geografia vai

abordar fenômenos que, em consideração ao espaço, acontecem em um mesmo tempo. Para exemplificar, o filósofo lança-nos que a única nuance que diferencia os crocodilos e os lagartos, a despeito do tamanho de cada um deles, é justamente o lugar que cada um ocupa na superfície terrestre, a saber, o crocodilo no Nilo, e o lagarto na terra.

C'est ainsi par exemple que le crocodile et le lézard ne sont au fond qu'un seul et même animal. Le crocodile n'est qu'un lézard prodigieusement grand. Mais l'un et l'autre se trouvent à des endroits différents de la Terre. Le crocodile vit dans le Nil, le lézard sur la terre ferme, et ce meme chez nous. D'une manière générale, nous prenons ici en considération le théâtre de la nature, la Terre elle-même et les régions où se trouvent réellement les choses. (KANT, 1999, p. 69).

Esta seria a classificação física que considera as coisas a partir do lugar que elas ocupam. Daí a denominação *geografia física* e que em nada diz respeito àquela que discutimos hoje.

A Geografia que Kant conhece é um agregado de conhecimentos empíricos de todos os âmbitos, organizados em grupos de classificação, uma taxonomia do mundo físico no sentido aristotélico do termo, e por isso designada Geografia Física. Essa taxonomia é traduzida na forma de grandes paisagens da superfície terrestre, recortando-a em pedaços de espaço que fazem dela uma ampla corografia. De modo que são seus atributos a relação de apreensão sensível dos dados do mundo circundante e o olhar corográfico sobre a superfície terrestre, a que Kant, ao longo dos quarenta anos que irá lecioná-la, de 1756 a 1796, acrescenta o enfoque do espaço. (MOREIRA, 2008, p. 14).

Para ele a descrição geográfica da natureza indica os lugares nos quais as coisas podem realmente ser encontradas na Terra. Ou seja, a Geografia nos seria indispensável ao passo que nos forneceria o conhecimento de como os acontecimentos ocorrem nos lugares e, sendo assim, a Geografia, herdada do filósofo, é um saber corológico.

Do ponto de vista de seu ordenamento, para o filósofo tanto História e Geografia poderiam ser consideradas ciências descritivas, sendo

Geografia uma ciência corológica uma vez que pressupunha uma descrição no espaço. Ou seja, aos olhos de Kant a Geografia se portava enquanto uma ciência que cuidaria da descrição sistemática e ordenada das coisas que se encontram na superfície.

La géographie est donc la description de la distribution des corps à la surface de la Terre et l'explication de la forme et la constitution de ces corps pour autant que celles-ci sont déterminées par leur situation. Elle n'est donc pas une simple description, mais une description jointe aux causes immédiates des effets de surface qu'elle décrit. (MARCUIZZI, 1999, p. 45).

A Geografia assim exerce um papel fundamental ao garantir a ampliação do conhecimento do mundo, através de suas descrições, que se convertem em *corografia* quando designam a descrição de uma região. Segundo o próprio filósofo, o conhecimento do mundo é, portanto, uma descrição do conjunto da Terra. Esta passagem revela que a descrição se faz mediante uma concepção de espaço em Kant, que não escapa daquela definição que nos remete a um espaço de extensão geométrica, dando à própria corografia um sentido geométrico da localização dos fenômenos.

Desta forma, observamos o fato de que Kant, em seus cursos de verão, estabelece a importância e a finalidade da Geografia, dando a ela o encargo de fornecer um panorama geral da natureza e dos seus efeitos e, neste contexto, buscando na Geografia as bases para organizar todo o conhecimento relativo à natureza. Da mesma forma, garante à História a incumbência de tratar do conhecimento relativo aos homens. Posto o conhecimento nos termos de Kant, a Geografia vai se definir enquanto um saber indispensável (ou ainda, a primeira parte do conhecimento) e, por isso, uma parte de ideia preliminar que se tem do mundo. Assim, Kant deixa claro o objetivo da Geografia, ao apresentar seu caráter descritivo e taxonômico. As coisas do mundo deveriam ser localizadas e classificadas. Eis a função da Geografia, já amplamente explorada até o momento.

Não restam dúvidas de que Immanuel Kant inaugura o debate espacial na Geografia, além disso, influencia os geógrafos responsáveis

pela sistematização da ciência e ordenação no âmbito das ciências modernas ao classificá-la como uma ciência que desenvolve seus conceitos básicos a partir dos princípios corológicos. Kant é o responsável por esta longa tradição que se fez na ciência geográfica de examinar os fatos e os acontecimentos a partir dos lugares onde eles ocorrem, ou seja, a partir de um princípio de organização dos fenômenos tendo em vista a distribuição deles pela superfície, decorrendo desta a própria diferenciação dos lugares. Sendo assim, um dos pilares da fundamentação epistemológica da Geografia é justamente um pensamento kantiano pouco conhecido e discutido nas academias.

O século XVIII legou-nos uma leitura do mundo e Kant a sintetiza, magistralmente, em uma única proposição: o mundo como cenário. A geografia como descrição do cenário e, nesse sentido, ela é física, nesse sentido absorve completamente o que está pressuposto na *Estética transcendental*: a noção de espaço é aquela que nos permite dar ordem à externalidade, identificando cada coisa em seu lugar. (SANTOS, 2002, p. 185).

Desta forma, a construção do pensamento geográfico teve como um de seus pilares a atribuição das características dos fenômenos ocorridos no mundo via uma associação direta e inerente entre estas mesmas características com suas localizações. Tratava-se, assim, de associar um atributo ao seu princípio de localização, reconhecendo neste uma identificação entre a localização e a distribuição e o significado destes fenômenos. Ou seja, por cuidar da distribuição espacial das coisas, a Geografia permitiria o estabelecimento de uma *ordem tópica*, identificando cada coisa em seu lugar.

Sendo assim, para Kant a Geografia deveria fornecer as bases para compreendermos como os acontecimentos ocorriam nos lugares. Sob a influência newtoniana, neste momento, o filósofo admitia a existência de um espaço empírico derivado de um pensamento que o concebia enquanto extensão geométrica. Ou seja, os fenômenos ocorridos na superfície, e descritos pela Geografia Física, estavam localizados e distribuídos *no*

espaço, obedecendo a uma disposição e um ordenamento geométrico. E justamente, por estarem situadas no espaço que a classificação da realidade deveria ser tomada a partir de sua distribuição espacial.

Desta forma, podemos afirmar que Kant instaura o debate espacial na Geografia de forma plena à medida que a concebe enquanto a responsável por responder pelo *onde* dos fenômenos, fazendo amadurecer na Geografia o seu caráter corológico. Kant deixa-nos como legado a ideia de que para se viver no mundo é necessário refletir sobre ele. Sabemos aqui que o mundo para a Geografia era tomado como substrato (ou cenário), sendo ela justamente a descrição deste cenário. Neste sentido, o filósofo influencia de forma direta a própria institucionalização do saber geográfico enquanto ciência, mas antes, identifica e pressupõe um corpo teórico e metodológico que garantia à própria Geografia o seu estatuto de ciência moderna, com um quadro epistemológico próprio.

Podemos dizer que a consolidação deste quadro se iniciou a partir do questionamento essencial às indagações desta ciência. Olhar para o *onde* das coisas significava dizer que as mesmas possuíam uma localização que não era aleatória e, pelo fato de estar em relação com as outras coisas, possuíam também uma distribuição. Entretanto, já destacamos por várias vezes que no discurso geográfico, por muito tempo, este princípio da localização esbarrou na extensão quantitativa da pergunta *onde?* Arraigada à Matemática, sobretudo à Geometria, a Geografia desenvolveu seu discurso tomando a superfície, e mais tarde o espaço, enquanto um dado estático, sendo que a localização era o princípio que determinava a posição os objetos neste espaço, amparado, todavia, à descrição enquanto principal método explicativo dos fenômenos que se pretendia analisar.

Sob influência da Cartografia, a Geografia construía um olhar próprio de compreensão da realidade que perpassava e ganhava embasamento teórico na consolidação da linguagem matemática (geométrica) como paradigma de efetivação de um corpo científico. Todavia, o discurso que pretendemos alcançar na direção de avançar

neste debate diz respeito à possibilidade de pensarmos, conforme já assinalamos, um patamar diferenciado para a concepção que a Geografia deu para a noção de localização inerente ao seu discurso e, sendo assim, possibilitarmos novas discussões mediante a forma como a ciência fez prevalecer o princípio que nós chamamos aqui de corológico.

Acreditamos que, para além de um discurso engessado em tempos progressos, a Geografia necessite de outro olhar para este princípio, o que nos coloca de antemão diante de novas perguntas e novos olhares para tal discussão. Sendo assim, acreditamos que, para além do *onde?* a Geografia é capaz de nos dar respostas ao considerar a localização enquanto a realização imediata do homem com o seu meio geográfico, ou ainda, para ser mais específico, uma localização que revela a realização imediata do indivíduo inserido em seu *habitat*. (MARTINS, 2007, p. 47-48). Nestes termos, tais considerações e as possíveis respostas encontradas, garantiriam à Geografia a possibilidade de extrapolar uma condição, certamente necessária, mas que há tempos atrela a localização à mera circunstância de algo estar posicionado em um cruzamento de dois referenciais no plano.

Desta forma, até o momento nos atentamos, sobretudo, a um resgate que nos revelou ser esta a base fundamental de uma localização tomada enquanto um conceito enraizado e mesmo inerente ao discurso geográfico e, talvez por esse motivo, pouco discutido. Todavia, para além da conceituação do termo e de seu significado vinculado por vezes ao senso comum, buscamos aqui encontrar algumas reflexões que nos permitam afirmar e, antes problematizar, ser a localização um fundamento essencial à ciência geográfica. Desdobra-se dessa questão a possibilidade de olharmos para a localização de um dado elemento e nela enxergarmos uma *trama de relações*, e não apenas o cruzamento de pontos que respeitam o espaço analítico das localizações cartesianas, e sendo assim, um espaço majoritariamente capaz de dar conta de aspectos essencialmente quantitativos da realidade (uma vez que abarca

localizações, medidas e descrições que respeitam essa noção de espaço por ela sistematizada).

Já vimos que, por influência de Kant, a Geografia se caracterizou por ser a ciência chamada a dar conta da elaboração minuciosa do quadro da natureza de um dado lugar, sendo, portanto, a descrição essencial à sua elaboração. No entanto, para além da constatação de uma ciência descritiva e carregada de empiricismo, nos colocamos diante de um dado sumamente importante para a continuidade das nossas indagações e que diz respeito ao entendimento da realidade mediante a elaboração da complexidade de um olhar geográfico capaz de superar essa leitura de realidade pautada explicitamente num sistema lógico, objetivo e tradicional. Sistema esse ancorado nas definições que a própria Geografia deu para o espaço e que, conseqüentemente, teve a ele atrelado um significado equivalente de localização, ou seja, tomado a partir de uma noção puramente geodésica dos objetos, onde a descrição se revela enquanto método possível.

Mediante essas observações, pretendemos nas páginas subsequentes verificar justamente esse conteúdo do significado da localização, quando apontamos que esta não deve limitar-se ao seu aspecto quantitativo das coordenadas geográficas. Para Elvio Martins (2007) a localização remete-nos a posição do homem dentro de uma estrutura relacional ou de co-habitações, onde as distâncias desta localização não se limitam a seus termos métricos, mas sim à um caráter qualitativo.

O ente entre entes, inserido numa estrutura de co-habitações, presente portanto, num contexto de uma *Distribuição*, que coloca uma localização específica numa trama escalar, de *Extensão* determinada. E assim o sentido da localização se definirá pela intensidade qualitativa da relação e pela extensão a que se vê inserido o ente. *Extensão* e *intensidade qualitativa* numa relação variam em função de aspectos que vão a afetividade (identidade, sentimento de pertencimento etc.) até o caráter técnico estabelecido na relação, e neste último caso sugere

observar no limite até mesmo seu conteúdo tecnológico). (MARTINS, 2007, p. 48).

Acreditamos, pois que a pergunta *onde?* remete-nos ao entendimento de uma Geografia pautada na compreensão do sujeito mediante a relação que ele estabelece com as outras coisas que estão no mundo. Para além da mera constatação da posição que o sujeito ocupa, nos interessamos aqui em encontrar questionamentos que nos levem a compreender a extensão do significado que o *ocupar determinada posição* possui. As localizações, para nós, não são aleatórias e, por isso, a questão que pretendemos nos ocupar é fundamental para que possamos entender o sujeito inserido nesta trama que o cerca. O homem em seu meio geográfico vislumbra uma *consciência de si determinado por uma específica geografia*. Acreditamos que o *estar* (amparados nas proposições vistas até o momento) dos homens e das coisas por si só não são capazes de nos oferecer uma leitura concreta da realidade e, por essa razão, orientamos nosso entendimento sobre o sentido de localização em um viés que o toma a partir de uma trama de relações, ou seja, para nós o *aqui* de uma localização só é mediante um *aí* e um *ali*.

A extensão dessas colocações expostas, ainda que de forma inconclusa, leva-nos a Martin Heidegger.

2.3. O Dasein de Heidegger enquanto ser espacial

O ponto de partida da complexa obra de Martin Heidegger é a análise do *ser no mundo*. Importante pensador da filosofia contemporânea, Heidegger foi, e ainda é referência para os mais diversos campos de reflexão e das formulações postas em debate atualmente. A riqueza das colocações que a filosofia heideggeriana conduz, torna o diálogo com seu pensamento um valioso instrumento de análise para aqueles que se debruçam na Filosofia, sobretudo, no campo da Fenomenologia (sendo considerada por muitos um dos pensadores precursores deste método filosófico).

O caminho único trilhado por ele lhe garantiu, por vezes, momentos de dúvidas e questionamentos sobre seu pensamento, colocando em xeque a sustentação de sua filosofia. Influenciado por Edmund Husserl, Immanuel Kant e Aristóteles, teve sua vida e sua obra, por vezes, associada ao nazismo, período que de fato marcou sua formação acadêmica e atuação política.

Ser e Tempo, sua obra mais importante, publicada pela primeira vez em 1927 na Alemanha, é um manual imprescindível para aqueles que se dedicam ao árduo (e sempre incompleto) projeto de desvendar a essência do ser. É com este controverso livro que Martin Heidegger desponta como importante pensador do século XX. O ponto de partida da obra (ou de um de seus caminhos, como ele mesmo gostava de ponderar) é justamente a pergunta *qual o sentido do ser?* A busca pela resposta parte do *Dasein*²⁹ [ser-aí], uma vez que esse é o ser capaz de fazer tal pergunta e que nos conduzirá as possíveis respostas.

Ser e tempo inicia-se, em outras palavras, com a constatação de que o problema central de toda ontologia, o significado daquilo que é, do ser, do ser do ente, não foi resolvido no interior da história da ontologia. (CASANOVA, 2009, p. 76).

A primeira seção da obra é dedicada á análise deste ser. A temporalidade do *Dasein* foi incluída em uma segunda seção. Nesta última, baseado no pensamento de Aristóteles e Platão, Heidegger apresenta o verdadeiro projeto de Ser e Tempo – a relação do ser e do tempo, ou seja, o ser determinado diante de um momento do tempo, a saber, o tempo presente. Desta forma, baseado no pensamento dos gregos, o filósofo enquadra a determinação do ser dentro de um plano temporal específico.

²⁹ O termo original utilizado por Heidegger, *dasein*, apresenta inúmeras traduções dentre os seus comentadores. A palavra *Da* em alemão significa aí, aqui e *Sein*, ser. O verbo *dasein* significa *existir, estar aí, estar aqui*. A tradução mais utilizada, no entanto, é justamente a apresentada neste trabalho, a saber, *ser-aí*. Neste sentido, será este o termo utilizado quando julgarmos necessária sua tradução.

A essência do ser funda-se em sua existência³⁰, e seu pressuposto inicial é que o *Dasein* é *no mundo*, ou seja, ele é junto ao mundo. Daí apontar que o *Dasein* é um ente mundano. Assim, a essência do ser pressupõe sua existência, e justamente essa existência presume sua "mundaneidade". O ser-aí é um ser-no-mundo, "um ente que funda todos os seus comportamentos em relação aos entes em geral em um comportamento originário em relação ao mundo". (CASANOVA, 2009, p. 92). O próprio termo ser-no-mundo pretende mostrar a unidade existente entre o ser e o mundo, quase que inviabilizando sua dissociação.

As possibilidades de determinação deste ser-aí se dão justamente na relação deste ente com o seu mundo circundante. Mundo esse que não se restringe como veremos adiante, ao lugar em que ele ocupa. E sendo assim, o *Dasein* se diferencia na medida em que ele não é uma mera coisa entre tantas outras coisas. O *Dasein* ao contrário, tem consciência do mundo, enxergando nestas coisas alguma utilidade para si mesmo. Neste sentido, a ideia de mundo em Martin Heidegger não é exterior ao sujeito, sendo, portanto, uma condição para a própria existência desse *Dasein*.

Justamente pelo fato de não considerar o mundo como uma realidade exterior e independente ao sujeito é que tratamos de trazê-lo para o debate. A afirmativa do filósofo em atribuir ao seu ser uma condição espacial, leva-nos diretamente à raiz de nossas proposições, uma vez que afirma ser o mundo, para além do *lugar onde* estamos, a *maneira como* estamos.

Certamente, tal afirmação toca diretamente as considerações feitas pela ciência geográfica até então e explanadas neste trabalho. Definitivamente não estamos falando aqui do mundo entendido enquanto um espaço amparado sob a influência cartesiana, no qual a Geografia amplamente se apoiou. A contraposição entre estes "dois mundos" (de Heidegger e o da Geografia) no qual o homem parece habitar é justamente, a nosso ver, o elo que permite apontar para a possibilidade de falarmos de um sentido de localização que não envolva somente

³⁰ Cf. HEIDEGGER, 2006.

elementos de ordem quantitativa, uma vez que o existir do *Dasein* de Martin Heidegger envolve, de certa forma, uma estrutura relacional que novamente nos remete à consciência geográfica e ao sentido de localização apontado por Elvio Martins.

A contribuição de Heidegger aparece, então, como elemento chave para o entendimento do debate que se estabelece em torno deste sentido de localização por nós apresentado. Acreditamos com isso que poderemos neste momento, começar a sair das amarras que a ciência geográfica impôs à localização, considerando-a enquanto um elemento esvaziado de significado, dado seu caráter simplório de pura localização de peças em um tabuleiro de xadrez.

[...] o mundo do *Dasein* é, acentua Heidegger, um mundo espacial. Não no sentido em que é espacial o mundo de Descartes e Newton (ou mesmo de Leibniz), um mundo de coordenadas frias e neutras. [...] Trata-se de um mundo em que as coisas estão próximas ou distantes, mas no qual as distâncias não são medidas somente em milhas e quilômetros [...] (INWOOD, 2004, p. 51).

É inegável que a problemática do espaço transpassa toda a obra do filósofo, direta ou indiretamente, fazendo assim, transpassar também elementos como o *lugar*, por exemplo. O entendimento dos elementos que perpassam a compreensão do mundo e da espacialidade de Heidegger é bastante complexo e por vários momentos, denota-nos uma estranheza, sobretudo quando pretendemos criar um diálogo com a Geografia. Assim, a compreensão do espaço na obra de Heidegger decorre de uma análise crítica profunda que compreende tal noção mediante o enquadramento deste espaço inserido em questões que envolvem uma análise da poética, da linguagem, além de uma imersão na compreensão de sua definição no contexto das obras de artes, denotando, assim, uma contextualização densa e complexa ao longo da obra deste filósofo.

Todavia, tal desconforto com sua obra não deve ser apreendido enquanto um obstáculo para que tal intento seja alcançado. Assim, diante do momento em que a reflexão se encontra, levantaremos apenas alguns

dos aspectos pontuados pelo filósofo como forma de embasarmos nossas proposições acerca do sentido de localização. Sabemos, pois, que sua questão espacial apresenta o entendimento do mundo inserido em uma estrutura de sentidos e significações para o Dasein e, neste sentido, o mundo, para ele, não deve jamais ser confundido enquanto o receptáculo das coisas que existem, escapando assim, logo de início, daquela tradição apresentada pela ciência geográfica.

O Dasein, enquanto ser espacial, o é justamente porque está em relação com as coisas do mundo, em uma gama de significações complexas que ele cria e recria. Ou seja, mergulhado em seu cotidiano, o Dasein, transforma as coisas que o cercam em referenciais fundamentais para sua existência e para a configuração do seu mundo. A familiaridade com as coisas é, portanto, um ponto essencial para a vida do Dasein, ao passo em que o mundo é "ao nosso redor" (*Umwelt*). Vejamos o exemplo da mesa,

O que vejo não é simplesmente uma mesa, mas *a* mesa, a mesa que se acha nesta sala. A mesa serve para escrever ou para comer. Eu a vejo como sendo *para* alguma coisa. Não a vejo primeiro como um objeto extenso e só depois como sendo um para alguma coisa. Mal me dou conta das dimensões geométricas da mesa ou de sua localização espacial com relação aos pontos da bússola. Eu a vejo como bem ou mal posicionada, como, digamos, longe demais da luz para a leitura. (*Op. cit.*, p. 45).

Aqui, de forma clara, vemos Heidegger deixando para segundo plano a posição fria das coordenadas que um objeto ocupa no mundo. Sendo assim, sua importância dá-se antes, pela necessidade que essa coisa possui para o Dasein. A ideia de espaço em Heidegger deve ser compreendida, então, enquanto a espacialidade do mundo, que a vincula exatamente a essa questão da familiaridade e de utilidade dos objetos mediante o Dasein e, sendo assim, é impossível compreendermos o mundo fora desta contextualização de referencialidade.

Na perspectiva colocada por *Ser e Tempo*, tanto os entes intramundanos quanto o próprio espaço permanecerão regidos pela *instrumentalidade*. Esta só pode ocorrer numa rede de pertencimentos mútuos entre diferentes instrumentos ou objetos que, em sua serventia, dependem uns dos outros para alcançar sua própria razão de ser. Desta forma, uma coisa jamais se mostra apenas por si: o que se mostra à circunvisão³¹ é o todo significativo e utilizável. (SARAMAGO, 2008, p. 73).

Nestes termos, vemos antes em Heidegger a preocupação inicial de Merleau-Ponty em garantir que não exista uma existência propriamente humana sem o mundo em que ele vive. E, assim sendo, denotamos que o Dasein não estabelece uma relação espacial de apenas estar contido em algum lugar. O Dasein, segundo Heidegger, é o elemento essencial para a própria configuração dos lugares.

A linguagem heideggeriana, apesar das incertezas que ainda perpassam seu entendimento, a nosso ver exclui claramente uma teoria de espaço calcada nas noções consagradas pela Física e pela Matemática, já apresentadas neste capítulo. O Dasein, pelo simples fato de existir, segundo Heidegger, cria um espaço para seu campo de ação, e sendo assim, não pode ser compreendido enquanto um simples estar presente em algum lugar (aqui). O Dasein, nestes termos, configura novos lugares, ou seja, *ele espacializa*.

Dessa forma, enquanto facticidade mesma, o Dasein jamais poderia estabelecer com aquilo que o cerca qualquer relação – espacial, no caso – do tipo continente-contido, ou seja, o Dasein jamais se encontra “dentro” ou “fora” de algum lugar, mas ele mesmo contribui para a configuração de lugares, ele *espacializa*. (*Op. cit.*, p. 31-32).

O Dasein enquanto ser-no-mundo atribui valores às coisas em seu cotidiano e, sendo assim, como ele mesmo afirma *a referencialidade prevalece sobre a materialidade das coisas*, dado que essa mesma

³¹ Conceito criado por Heidegger (Umsicht, no original) e que corresponde à apreensão do mundo a partir do conhecimento de um instrumento, seu uso, além do material utilizado e da própria relação com o Dasein. (Nota nossa).

referencialidade é o elemento que garante ao Dasein a compreensão e a descoberta das coisas. A espacialidade configura como um elemento inerente ao ser, enquanto elemento elementar de seu agir no mundo.

Essa compreensão do mundo – por assim dizer, amparada nas concepções heideggerianas de espaço, não obstante as ressalvas já feitas acerca da complexidade de sua apreensão – nos mostra que este não se configura como um emaranhado de coisas isoladas pré-dispostas em localizações aleatórias, ou seja, não é pura extensão. Assim sendo, o existir e o estar localizado indiscutivelmente ultrapassam qualquer sentido dado por aqueles geógrafos apontados no capítulo anterior.

As distâncias formais ou métricas não expressam as possibilidades de revelação do Dasein; ao contrário, a espacialidade do ser-no-mundo implica a compreensão de um mundo que se determina impreterivelmente por seus envolvimento e *aproximação*. Novamente aqui a aproximação não é revelada pela distância mensurável entre as coisas. Vejamos, novamente em uma passagem de Ligia Saramago, questão do *estar no mundo* do Dasein.

A compreensão daquilo que Heidegger designa como a "*espacialidade originária*" do ser no mundo constitui uma etapa essencial para qualquer abordagem mais aprofundada da relação entre o *Dasein* e o espaço. Nesse sentido, o ser-no-mundo apresenta dois caracteres constitutivos: o *distanciamento* (*Ent-fernung*), aqui compreendido como poder de aproximação, e o *direcionamento* (*Ausrichtung*). Esses dois traços essenciais da espacialidade do Dasein não foram indicados de forma arbitrária: eles refletem não apenas sua tendência genuína para a proximidade – identificado que é com um mundo que se determina basicamente por seus envolvimento –, mas refletem também o "*para onde*" inerente ao seu estar permanentemente lançado para fora de si. (*Op. cit.*, p. 91-92).

O estar no mundo, em Heidegger em nada diz respeito às distâncias geométricas, cartesianas e mensuráveis, ao contrário, elas tornam-se inclusive deficientes para se apreender a espacialidade do Dasein. A aproximação não implica necessariamente uma proximidade

física das coisas, posto que o “aqui” não envolve uma localização simplesmente dada; o “aqui” do Dasein significa antes *estar junto de*.

Em resumo, Heidegger busca reconhecer o *sentido do ser*, revelando este a partir de sua existência. Ser é *ser-no-mundo*, e o mundo é, em primeiro lugar, um mundo *das coisas*. (ABBAGNANO, 1970, p. 198). Neste sentido, as coisas são para o homem, quando ele reconhece nelas sua *utilizabilidade*, revelando, pois, a *espacialidade* do mundo.

A utilizabilidade não é, segundo Heidegger, uma qualidade das coisas, distinta da sua existência: é o próprio ser em si das coisas do mundo (*Sein und Zeit*, § 15). O ser das coisas está, por isso, subordinado e corresponde ao ser do homem; dado que para o homem, o encontrar-se no mundo significa cuidar das coisas, e para as coisas *ser* significa *ser utilizadas* pelo homem. O fim último da utilizabilidade é, pois, a satisfação (*Ib.*, § 18). E a satisfação implica a *proximidade* das coisas ao homem, implica que elas estejam “a mão”, que possam alcançar-se. Nesta determinação baseia-se a *espacialidade* do mundo. (*Op. cit.*, p. 198).

Assim, a relação do homem com as coisas do mundo e com os outros homens, envolve uma apropriação dessas mesmas coisas, contudo, emergindo o homem, vale ressaltar, em uma *existência inautêntica*³².

O cuidado (no sentido latino do vocábulo) é a estrutura fundamental da existência. Viu-se que ser no mundo significa para o homem “cuidar das coisas” e “cuidar dos outros”. O cuidado exprime assim a condição fundamental de ser que, lan-caia [*sic*] na existência anônima quotidiana. [...] a esta existência anônima, que como tal é inautêntica, Heidegger atribui uma boa parte da existência humana. Não só espaço e a palavra, como também o conhecer científico e o conhecer mundano em geral pertencem à existência quotidiana inautêntica. (*Op. cit.*, p. 203).

A espacialidade está assim, fora da possibilidade de se alcançar uma *existência autêntica*, ou seja, uma existência própria do ser do homem como tal. Neste sentido, segundo Heidegger, cabe ao *tempo* o primado de sua existência. Assim, o filósofo leva-nos a compreender que

³² Cf. HEIDEGGER, 2006.

é na relação com a temporalidade que o ser revela sua existência. Assim, o Dasein é temporal, uma vez que ele não se limita a sua consciência do momento presente; ele se projeta no futuro e retrocede no passado. (INWOOD, 2004, p. 85). Para Heidegger, seguindo as proposições de Michael Inwood, a vida do Dasein envolve o tempo de uma forma mais decisiva do que o espaço, ou seja, o Dasein leva sua vida num sentido mais profundo no tempo do que a leva no espaço.

Por que então é o tempo especial? Uma resposta é que o *Dasein* leva sua vida no tempo num sentido mais profundo do que a leva no espaço. Ele nasce num lugar particular, num momento particular, e não escolhe esse lugar nem esse momento. O lugar *onde* venho à luz pode com efeito ser importante e determina minha subsequente educação e aculturação, o fato de, digamos, eu ter o inglês ou o japonês como língua materna. Porém, meu lugar de nascimento tem pouca importância *intrínseca*. Mesmo que afete o começo de minha educação, posso se quiser reduzir os efeitos disso por meio de viagens e de estudos. Mas *quando* nasci tem efeitos a que não me posso contrapor com essa mesma facilidade. Se nasci em 1800, não posso ler *Ser e Tempo*, supondo que o tempo máximo de uma vida humana alcance cerca de 115 anos. A data de meu nascimento limita minha posição no tempo e, em consequência, os possíveis cursos de ação que se abrem a mim – de uma maneira que o lugar de meu nascimento não limita minha posição no espaço. (INWOOD, 2004, p. 83).

A nosso ver, temos aqui uma interpretação de tempo e de espaço que os limitam e os relacionam, respectivamente, a um *período* e a um *lugar*. Restringindo, portanto, a própria dimensão de tempo e espaço na definição da existência do Dasein. Na contramão desse pensamento – de acreditar na inautenticidade da espacialidade e na primazia do tempo sobre o espaço –, acreditamos que as ideias de Heidegger são cruciais para o entendimento do Dasein enquanto ser-no-mundo e, portanto, fundamentais para nosso trabalho.

A despeito desta constituição inautêntica, a concepção heideggeriana do Dasein nos insere exatamente no hiato existente entre a localização posta pelo pensamento clássico e arraigada às concepções que

ainda operam na Geografia e aquilo que designamos enquanto o sentido de localização. Compreendendo, este último, enquanto o caminho necessário para que possamos ter a consciência da geografia que circunda este ser-aí posto no mundo. A extensão das tramas de relações as quais este ser está envolvido revela, por fim, o homem e sua relação com o seu meio específico. Meio este que se concebe mediante a realização e a objetivação do homem, dotado, pois, de uma específica Geografia. (MARTINS, 2007).

Falamos aqui de uma estrutura de relações que nos leva diretamente à influência heideggeriana do espaço e, sobretudo, da existência do Dasein.

É aí nesse meio geográfico que o homem encontra o seu *sentido de localização*. Onde estou, e onde estão as outras coisas que compõe minha alteridade, qual sua distribuição, qual a distância que estão de mim, enfim, qual a Geografia que me cerca em sua extensão e que representação tenho dela: essa representação equivale ao *sentido de localização*, ou à *consciência geográfica*. (MARTINS, 2007, p. 49).

Diferentemente do exposto, a Geografia seguiu a dimensão formal de compreensão do espaço e, nesse sentido, apesar das variações conceituais, sob o crivo da Matemática e da Geometria sugeriu uma epistemologia amparada no entendimento da realidade via a reflexão de seu objeto. Sustentada pelo viés da quantificação, a ciência geográfica viu enraizar em seu pensamento a ordenação da reflexão mediante uma *ordem tópica*. Nestes termos, criou-se uma ordenação arraigada numa noção de localização (e igualmente de espaço) puramente consolidada enquanto um arranjo das coisas na superfície, e mais tarde, no espaço já sob influência de Kant.

Diante disso, a epistemologia da ciência sustentou seus alicerces inicialmente nos escritores clássicos e também na filosofia pré-crítica de Immanuel Kant. Mais tarde, e apesar dos processos de renovação em curso na ciência – sobretudo quanto à definição do espaço geográfico enquanto um elemento fundador das transformações ocorridas em

sociedade – pouco enxergamos a preocupação daqueles engajados neste pensamento em sobrelevar a discussão epistemológica em Geografia para além da definição de seu objeto. E sendo assim, fica para nós a sensação de que a ciência olha para mundo e não enxerga a própria Geografia no sujeito igualmente posto neste mundo.

Fazer Geografia diz respeito, antes de qualquer coisa, olhar para o objeto e nele descortinar o fenômeno geográfico. Ainda que sempre se assuma (muitas vezes de forma quase casual) que a Geografia cuida da relação sociedade-natureza, o elemento definidor da epistemologia excluiu, ou no limite, colocou o Dasein em segundo plano. Heidegger nos lembra da condição inerente do sujeito que está no mundo, mediante a relação que estabelece com as coisas e com os outros seres-aí. E nestes termos, falamos de uma localização enquanto uma trama de relações.

Localizar-se, portanto, ultrapassa, mas não elimina, qualquer identificação de cunho meramente geométrico. Construir o jogo simbólico que representa esse processo pressupõe um “diálogo” direto não só com um cruzamento de linhas e pontos, mas, igualmente, com a subjetividade de quem se localiza, não apenas no plano da individualidade, mas sim também como sujeito historicamente identificável. (SANTOS, 2002, p. 28).

Ainda que se concorde de forma plena que o início da Geografia recaia na pergunta *onde?*, ou seja, em seus princípios corográficos e corológicos fundamentais, soa-nos impraticável pensar uma Geografia que não veja nessa simples pergunta o fio condutor para o início do entendimento da apreensão do mundo pelo sujeito, e não apenas um fim em si mesmo e que só é capaz de revelar um dado mensurável da realidade.

O discurso geográfico, a nosso ver, é privilegiado ao evidenciar justamente que o *estar* é uma condição inerente ao sujeito, exprimindo uma ordem topológica, conforme aponta Douglas Santos (2002, p. 24), e que ordena o pensamento e a própria constituição e representação que o sujeito faz do mundo.

Ruy Moreira aponta que todo ente para ser geográfico precisa, necessariamente, estar localizado e situado em uma distribuição de localizações (2007, p. 157). Dito de outra forma, o geográfico se estabelece, segundo ele, a partir de localizações e distribuições. Assim, acreditamos que somente no momento em que considerarmos tais redes de localizações e distribuições também como relações qualitativas é que poderemos avançar em um debate que diga respeito, de fato, ao sentido de localização enquanto tomada de consciência geográfica do ser. Por influência de Martin Heidegger, acreditamos que estar no mundo é uma condição inescapável do homem, e sob esses termos, podemos concordar com Ruy Moreira quando aponta que *estar é ser-no-mundo*.

Desta forma encerramos os principais apontamentos deste capítulo na certeza de que, longe de resolvermos problemas, procuramos levantar alguns questionamentos e necessários para o encaminhamento da discussão. Assim, a partir das colocações aqui apresentadas, temos como intento o esforço de pensarmos a importância do sentido de localização para a Geografia, chegando assim, ao terceiro e último capítulo.

Capítulo III

GEOGRAFIA E O SENTIDO DE LOCALIZAÇÃO

Os capítulos anteriores trataram de explicitar a maneira como a ciência geográfica buscou compreender e validar as discussões em torno do entendimento da localização enquanto um fundamento essencial para sua efetivação. Desta forma, buscava-se inferir essencialmente sobre o juízo dado à Geografia acerca das proposições apontadas e, sendo assim, cuidou-se, sobretudo, do levantamento e de um esforço de entendimento das respostas, suas qualidades e limites que a Geografia aplicou a estas mesmas apreciações.

Partindo da célebre frase de Paul Vidal de La Blache (1913), *a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens*, constatamos que, de fato, tal ciência surgiu e despontou no limiar das investigações relativas às preocupações com o entendimento dos fenômenos ocorridos do mundo. Neste cenário, cabia à ciência geográfica o encargo de dar conta de tais fenômenos, observando-os, localizando-os, descrevendo-os e comparando-os.

Tais procedimentos delineavam-se, pois, enquanto a fonte do conhecimento geográfico, ou seja, a base fundamental que se enquadrava à exatidão deste pensamento. Sob influência de Immanuel Kant, especialmente em seu período de consolidação, a Geografia fez valer os princípios já consagrados da corografia e da corologia para satisfazer seu propósito de buscar causas, relações e explicações para os fenômenos. Conforme vimos, o filósofo foi um dos principais responsáveis por delimitar a ciência geográfica em um campo que dava conta da *primeira parte do mundo*, sendo considerada por ele enquanto uma classificação

física das coisas encontradas na Terra. Deste modo, era preciso ordenar os fenômenos ocorridos no mundo de acordo com a região onde elas eram efetivamente encontradas. Eis o papel principal da Geografia.

Nota-se na maioria dos autores clássicos do pensamento geográfico a ideia de que a leitura do mundo deve tomar por ponto de partida a localização. Responder pelo *onde?* dos fenômenos significava declarar com solidez que a partir daí outros aspectos surgiriam e culminariam no estabelecimento do “geográfico” da realidade. E assim, da localização à distribuição vimos prevalecer os princípios da corografia e corologia no processo contínuo de consolidação deste saber.

[...] seja a partir da tradição regionalista vidaliana e seja da diferencial de áreas hetteriana, ler a paisagem sempre significou para o senso público apreender-se em Geografia o fenômeno ali onde ele se encontra em toda sua complexidade: a superfície terrestre. (MOREIRA, 2009, p. 133).

Neste sentido, novamente reforçando a influência de Kant no processo de condução e fortalecimento deste pensamento, vimos persistir o caráter geográfico de classificar as coisas mediante sua localização na Terra. E, neste contexto, ganhava destaque o enfoque dado à ciência de interpretar os diferentes fenômenos na superfície terrestre, afirmando-se então, os já mencionados princípios da corologia e corografia. Enfatizamos assim, aquilo que já foi explicitado no primeiro capítulo deste trabalho, ou seja, ainda que os autores por muitas vezes não estivessem preocupados em estabelecer uma real distinção entre esses dois termos, acreditamos que a maioria deles – mesmo que de forma indireta – partia desses princípios para supor a localização, descrição e análise dos fenômenos ocorridos na superfície terrestre.

Desta forma, procuramos realizar um esforço de apreensão destes enquanto dois princípios essenciais para a Geografia, reforçando então, que a relevância desses certamente não se encontra na mera conceituação e distinção entre ambos. Em um primeiro momento,

acreditamos inclusive que para além de uma mera diferenciação, devemos partir do pressuposto de que se trata antes de dois conceitos complementares e que, portanto, não podem ser pensados separadamente ou ainda conforme um pensamento linear de superação de um sobre o outro. Nesse sentido, apenas corroboramos com a ideia de que os enfoques corográfico e corológico – ora se confundindo, ora se complementando – permitiram, e ainda permitem, à ciência a validade e a consolidação de sua epistemologia e de seus métodos.

Por este motivo, e por acreditar na relevância destes princípios mediante a fundamentação e ordenação do pensamento geográfico, é que partimos para a busca de outras possibilidades para a pergunta *onde estão as coisas?* Para nós, esta ordinária pergunta revela mais do que a mera posição cartesiana das coisas e dos fenômenos, ou seja, aqui nos pautamos na ideia de que estar localizado nos coloca diante da plena realização do ser em seu mundo e envolve-o em uma trama de relações que garantem inclusive sua consciência geográfica. Por esta razão recorreremos ao Dasein de Martin Heidegger, em uma tentativa de mostrar que tais princípios indicados podem ultrapassar sem, portanto, recusar a postura do tradicional pensamento consolidado na ciência geográfica.

O filósofo, a despeito da preocupação e ênfase dada ao *tempo* na definição do ser, garante, em passagens de sua obra, a preocupação com o primado espacial deste e, justamente por esta preocupação, é que procuramos enquadrar suas proposições em nosso debate, uma vez que acreditamos ser este o ponto de partida para compreendermos o real motivo de falarmos de um sentido de localização em Geografia.

Notadamente, o espaço de Martin Heidegger, bem como todas suas ponderações que derivam deste, não condiz com a definição consagrada em Geografia. Vimos assim, que esta noção quase sempre delineou-se, conforme já apontamos, a partir de uma estruturação que ordena o pensamento assentado na lógica formal³³ (ainda que existisse e exista um debate amplo e rico acerca da importância deste para a ciência geográfica

³³ Cf. MARTINS, 1996.

uma vez que é ele, com raras exceções de alguns geógrafos destoantes, seu objeto privilegiado). Nestes termos, e apesar das ressalvas feitas por alguns geógrafos, a ideia de espaço que prevaleceu na ciência geográfica calcou-se, sobretudo a partir da influência aceita das ciências matemáticas, onde o espaço é tomado enquanto um vazio pré-existente a todas as coisas, ou seja, um *todo* – e por essa razão, a soma das *partes*, traduzidas para a linguagem geográfica como os diferentes lugares. E desta forma, poderíamos dizer que o espaço geográfico era equivalente ao espaço absoluto.

O espaço tal qual o entendemos é a extensão, o todo antes de mais nada isotrópico cujos lugares são localizações e postos na forma de uma trama reticular de distribuição que impõe aos fenômenos que os ocupam o constrangimento da distância. Esta rede de distâncias faz então do espaço uma estrutura matemática que do espaço se transfere como estrutura e organização para os fenômenos, servindo de base seja para o seu tratamento científico e seja para atuar como o fundamento da lei científica que o rege. A localização pré-determina os termos do arranjo e movimento espacial dos fenômenos e, como num modelo quantitativo natural, a lei como uma trama de constantes matemáticas que à ciência cabe descobrir. (*Op. cit.*, p. 126).

Diante desta postura, e indo de encontro a essa ideia, Elvio Martins (1996) nos apresenta a contraposição ao espaço absoluto, a saber, a “monadologia³⁴” e o espaço relativo de Gottfried Leibniz. Nesta concepção, recusa-se a assumir o espaço enquanto um dado absoluto, colocando-o assim a partir da relação com as coisas que coexistem no mundo. O espaço é, portanto, derivado da *relação*. Seus princípios que formularam a concepção de espaço partem, portanto, de uma proposição oposta à cartesiana. Contrária a uma noção geométrica, a noção de espaço em Leibniz é dinâmica e posterior as coisas que o ocupam. (PRADO, 2000).

Na Geografia tal proposição aparece enquanto a possibilidade de superação de um espaço pautado nas noções já consagradas no

³⁴ Para Leibniz o universo é formado por *mônadas*, unidades de força indivisíveis, finitas e únicas e que, por assim dizer, representam as coisas do universo.

pensamento tradicional. Sendo pré-existente, o espaço absoluto apareceria, por assim dizer, externo ao homem, independente das coisas e, por isso, vazio de conteúdo, podendo quase ser considerado apenas o “palco” das ações humanas (como de fato, foi qualificado por alguns geógrafos).

Os autores que se situam no centro de uma Geografia que vem renovando seus paradigmas epistemológicos e que dão centralidade ao conceito de espaço geográfico, formulam sua conceituação de espaço geográfico a partir de uma raiz comum, que é concepção de espaço relativo, que rivaliza na história do pensamento com a concepção de espaço absoluto. Trata-se de uma noção que encontra respaldo, por exemplo, na filosofia de Leibniz e na física de Albert Einstein. O espaço não é um vazio preexistente, mas sim constituído pelas coisas (ou objetos) em relação. Cada elemento tem valor relacionado a outros elementos. Assim as coisas não estão no espaço, mas são, elas mesmas em relação, as constituidoras do espaço. Nos termos da Geografia trabalhar com a noção de espaço relativo nos leva a entender os objetos geográficos em relação como constitutivos do espaço geográfico. Portanto, uma cidade não *está* no espaço, ela *é* espaço geográfico. Essa visão de espaço relativo contém diferenças essenciais em relação à idéia de espaço absoluto. (FONSECA, 2004, p. 36).

De acordo com Elvio Martins (1996), as proposições que pautam as diferentes teorias acerca do espaço enquadram-se em um sistema lógico de compreensão da realidade. Assim, mostra-nos determinadas noções mediante um pensamento ordenado, coerente, além de uma linguagem específica que nos remete a uma compreensão de mundo que determinada lógica pretende-nos revelar.

A noção da localização não poderia, portanto, ser alheia a tal concepção. O espaço absoluto, relacionado preponderantemente à Geometria, toma assim, o sistema de localizações a partir da métrica matemática e, nestes termos, pouco diz respeito às redes de relações que envolvem o homem enquanto um ser-no-mundo.

Nesse contexto de disseminação da concepção do espaço absoluto, também a Cartografia desenvolveu seus paradigmas e suas principais

fundamentações, fazendo do mapa quase sempre um elemento estático da realidade que se pretendia representar³⁵.

Nestes termos, mediante o ponto de vista consagrado na Geografia, pautado na ótica do espaço tomado enquanto absoluto, o homem poderia ser considerado um mero espectador. Dito de outra forma, ele pode ser considerado apenas mais um elemento inserido no espaço, uma vez que, dado sua natureza exterior, o espaço deveria apenas conter coisas. Sendo assim, segue Fernanda P. Fonseca, conforme já apresentamos em outras passagens,

[o espaço] É uma categoria preexistente a todas as coisas. Assim as coisas estão no espaço. O uso em Geografia dessa idéia conduz a interpretações que consideram os elementos da natureza e os objetos humanos como coisas que ocupam o espaço, que estão no espaço. Assim, o espaço é palco dos acontecimentos e das intervenções humanas e também, da dinâmica natural. É difícil do ponto de vista dessa lógica falar em espaço produzido, espaço humano e econômico, pois como palco ele sempre é externo à sociedade e da própria natureza, já que preexistente ao ser humano e ao que conhecemos como natureza. (Op. cit., p. 36).

Segue dessa constatação a configuração de uma noção de espaço que toma para si capacidade de absorver o conteúdo geográfico da realidade. Em outras palavras, sendo o espaço o palco dos acontecimentos, sejam eles humanos ou naturais – para usar os termos consagrados – caberia à Geografia apenas a observação destes fenômenos contidos no espaço, e que mais tarde resultariam na descrição, análise e comparação dos mesmos.

Queremos com tais afirmações dizer que tal concepção mina com qualquer possibilidade de pensarmos o espaço enquanto uma ordem de relação das coisas que coexistem no mundo, eliminando assim a possibilidade da ciência geográfica de se fundamentar, justamente, no estabelecimento desta relação (relação entre os homens, dos homens com

³⁵ Cf. FONSECA, 2004.

a natureza, e relação entre os lugares³⁶). No primeiro caso, ainda que se observassem as transformações feitas pelos homens (os fatos geográficos de Jean Brunhes), poderíamos pensar que estes se tornam seres destituídos de uma Geografia, dado que os fenômenos considerados geográficos ocorrem no espaço e, portanto, alheio a ele.

A ontologia remete ao ser, onde o espaço não cumpre função determinante, e sim as determinações provêm daquilo que dá origem à espacialidade, a saber as relações entre as coisas que coexistem. Mais explicitamente diríamos que as categorias de ordem topológica encontram outro lugar no sistema lógico, *mais explicitamente podem designar as dimensionalidades qualitativas e quantitativas que são relativas aos movimentos do ser, em suas determinações*. A trama de relações que compõe a ontologia do ser, é em si mesma produtora da espacialidade constituinte deste ser. As determinações do ser são sua estrutura conceitual, e é esta estrutura conceitual, composta de mútuas relações entre os elementos determinantes, que, na sua síntese, se territorializa numa determinada espacialidade. (MARTINS, 1996, p. 136-137).

Diante da possibilidade de uma “virada” (para assim usarmos o termo de Jacques Lévy³⁷) neste pensamento estanque e amplamente disseminado, temos justamente na elaboração do espaço a partir da acepção de Leibniz, um elemento chave para concebermos a ideia de que a localização faz-se mediante a existência de outro. Ou ainda, um *aí* ao lado de *outros*, que se localiza justamente pela relação que estabelece com eles, para usar as palavras de Elvio Martins (2009). Nestes termos, a teoria leibniziana faz prevalecer a concepção de que o espaço se estabelece mediante as relações entre as coisas que coexistem e, neste sentido, significa assumir que a Geografia pode, portanto, olhar para a relação no processo de constituição de seu pensamento.

Sob outra concepção de espaço, aparecem justamente novas concepções de localização e por assim dizer, da própria Geografia. A relação pode, e deve, ser entendida enquanto um elemento que extrapola

³⁶ Cf. MARTINS, 2009.

³⁷ No original “le tournant géographique” (1999, tradução livre).

a soma das coisas. Ou seja, não estamos mais diante de um pensamento linear que vai agregando um conhecimento acumulativo e quase enciclopédico. Trata-se agora de assumir que a relação entre as coisas não equivale à soma das mesmas e, portanto, não podem ser sustentadas sob um saber que desconsidera o conteúdo criado neste processo relacional.

Neste contexto, Fernanda P. Fonseca, e antes Jacques Lévy, nos apontam inclusive para a possibilidade de figurarmos novas formas de medirmos as distâncias no espaço. Em uma visão de espaço, segue Fernanda P. Fonseca (2004), que pressupõe sua constituição a partir das relações, surge o caráter imprescindível das distâncias, uma vez que elas dão forma ao espaço geográfico. Tais distâncias, tendo a concepção de espaço relativo como fundamento, incorporam múltiplas maneiras de constituição das métricas; ou seja, neste contexto o espaço pode ser compreendido à sombra de métricas distintas.

Nous vivons dans um monde à plusieurs vitesses, et dire cela ne constitue qu'un aspect de la diversification des métriques, c'est-à-dire des manières de mesurer et de gérer la distance. Nous n'assistons pas en effect à la mise en place d'un temps unifié comme étalon universel de la mesure de l'espace. [...] Nous devons admettre qu'il existe une infinité de modalités de mesure de la distance, non seulement parce qu'elles varient selon les acteurs, individuels e collectifs, mais aussi parce que, pour chacun d'entre eux, il s'agit d'un système complexe et mouvant. (LÉVY, 2004, p. 11).

Na concepção do espaço absoluto, a Geometria e as coordenadas geográficas traduzem um sistema consagrado de se medir as distâncias das coisas no espaço. Todavia, segue a autora, em uma noção de espaço geográfico que pretende transcender às métricas euclidianas, consagrando-se sob a concepção do espaço relativo e, estando as coisas em relação, abre-se a possibilidade de "teorizar sobre a ocorrência de diversas métricas, na medida em que essas não existem em absoluto,

mais sim associadas aos meios (objetos) que existem em relação”. (FONSECA, 2004, p. 40).

Neste contexto, e tomando-se a concepção de que o espaço se define a partir das coisas que coexistem, as distâncias passam a ser medidas por métricas que ultrapassam os limites da régua, cabendo, portanto, ao geógrafo desvendá-las. Nestes termos e pensando no mundo contemporâneo, não poderíamos deixar de citar a importância, por exemplo, dos meios de comunicação para o revelar de tal constatação. Levando-nos, assim, a pensar na validade do pensamento que diz que nossa *condição pós-moderna* nos coloca diante da *compressão do tempo-espaço*³⁸.

O incentivo à criação do mercado mundial, para a redução das barreiras espaciais e para a aniquilação do espaço através do tempo, é onipresente, tal como é o incentivo para racionalizar a organização espacial em configurações de produção eficientes [...] As inovações voltadas para a remoção de barreiras espaciais em todos esses aspectos têm tido imensa significação na história do capitalismo, transformando-a numa questão deveras geográfica – as estradas de ferro e o telégrafo, o automóvel, o rádio e o telefone, o avião a jato, e a recente revolução das telecomunicações são casos em tela. (HARVEY, 2005, p. 212).

Assim, ao pautarmos nossas formulações a partir de uma concepção que toma para si a constatação de que *as coisas são por que estão em relação* – ou conforme já apresentamos em outras passagens: a localização das coisas obedece a um motivo e, por isso nos remete a uma distribuição e a uma trama de relações³⁹ – não podemos deixar de pensar na ideia de que as coisas são conhecidas justamente por estarem localizadas, seguindo, portanto, a influência de Merleau-Ponty que nos apresenta que o *ser é ser situado*. Neste sentido, quando apresentamos a ideia de aniquilação do espaço, ou mesmo da compressão do tempo-espaço, não queremos com isso dizer que nesta aniquilação o espaço

³⁸ Cf. HARVEY, 2005.

³⁹ Cf. MARTINS, 2009.

deixa de existir. Todavia, não podemos deixar de pensar que a configuração destas mesmas relações há tempos mudou, indo, portanto, além de uma representação geométrica dos objetos em um espaço absoluto, que grosso modo só atende por suas localizações, também geométricas.

Assim, as distâncias das coisas em relação de fato encurtaram, ainda que preservem, em sua lógica espacial cartesiana, as mesmas distâncias.

Assim, ultrapassar a Geografia euclidiana significa admitir as elaborações renovadas de espaço geográfico que têm como referência a concepção de espaço relativo, que abrem caminho para reflexão e representação de outras métricas espaciais (inclusive métricas construídas socialmente) como meio de superar a visão localizacionista, distributivista e descritivista da Cartografia convencional, suportada rigorosamente pela concepção de espaço absoluto, ou espaço geométrico, algo que está automatizado ou naturalizado. (FONSECA, 2004, p. 43).

Neste contexto, surge na França um nome forte capaz de estabelecer um fértil diálogo com nossas reflexões; trata-se de Eric Dardel. Sua Geografia também foi elaborada a partir de uma ideia de espaço que extrapola o espaço geométrico homogêneo, abstrato e vazio de conteúdo, como ele mesmo classifica. Para ele, o objetivo do conhecimento geográfico, antes de operar sobre o desvendamento dos fenômenos na superfície, diz respeito ao processo de tornar evidentes os sinais que a Terra revela ao destino e a condição humana. Ou seja, Dardel acredita na existência de um vínculo entre o homem e a Terra – uma *geograficidade* do homem enquanto modo de sua existência⁴⁰. Tratando, assim, de observar o mundo a partir da perspectiva de quem o habitava.

Outro autor que não pode ser ignorado é Eric Dardel que produziu uma obra em que a fenomenologia existencialista o suporte teórico. Ele não aceitava que a geografia fosse vista como uma disciplina científica nos moldes positivistas. Para ele a geografia se refere à inserção do homem-no-

⁴⁰ Cf. DARDEL, 1952.

mundo, de modo que não pode lidar apenas com aspectos objetivos ligados a um espaço geometrizado. Ela pressupõe um campo de estudos próprio que se refere à existência humana na Terra, a partir de um objeto fenomenologicamente determinado: o "espaço geográfico", que tem como elemento essencial a "geograficidade", definida como uma "geografia vivida em ato" a partir da exploração do mundo e das ligações de cada homem com sua terra natal. (HOLZER, 2003, p. 114).

Desta forma, definitivamente o espaço deixa de ser considerado o palco dos acontecimentos, tornando-se, como bem apontava Merleau-Ponty, o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível, conforme já citamos no capítulo anterior. A relação do homem com seu meio, nestes termos, é construída a partir das interações cotidianas, levando-se por isso em consideração também as relações intersubjetivas, aproximando-se assim também de uma perspectiva fenomenológica. A relação do homem com o lugar em que ele habita fixa, de alguma forma, segundo Dardel, o lugar de sua existência.

Vale, contudo, ressaltar que tais relações intersubjetivas certamente não podem ser apreendidas no campo da análise de observação do tradicional pensamento geográfico, uma vez que tais interações não podem ser localizadas sobre um espaço absoluto. Desta forma, a construção do mundo não deve ignorar tais pressupostos de caráter subjetivos, uma vez que o mundo nada mais é do que o lugar onde o homem desenrola sua existência. Não se trata assim, de assumir que a Geografia deve substituir o estudo do objeto pelo sujeito, mas, antes, de conceber este mesmo sujeito enquanto um ser-no-mundo; dotado de uma geograficidade – como aponta Dardel –, e que por isso jamais deve ser considerado alheio à relação.

Poderíamos por assim aproximar o pensamento de Eric Dardel com aquele apresentado por Jacques Lévy, quando aponta que para ele a realidade e o espaço geográfico se constituem a partir de diversas métricas nem sempre euclidianas. Do ponto de vista das ponderações do primeiro geógrafo, o espaço geográfico não é considerado apenas a

superfície, ele é um espaço vivo e que se movimenta. No plano da Geografia, a vida do homem se desenrola em um espaço dinâmico, ou seja, em um conjunto de relações e interações, distâncias e direções, que estabelecem o lugar da existência do homem.

La géographie n'est pas en son principe une connaissance; la réalité géographique n'est pas d'abord un "objet"; le espace géographique n'est pas un espace en Blanc à remplir ensuite par coloriage. La science géographique présuppose que le monde soit compris géographiquement, que l'homme se sente e se sache lié a la Terre comme être appelé à se réaliser em sa condition terrestre. (DARDEL, 1952, p. 46).

Certamente aqui, não falamos de um espaço imóvel, tampouco estabelecido sob a ótica de métricas matemáticas. Neste caso, a geograficidade corrobora para a definição simbólica dos movimentos dos homens. Para Dardel, a Geografia faz-se para o homem a partir de seu cotidiano, dos lugares onde ele está, dos lugares da sua infância, ou seja, de um ambiente que convoque sua presença. E sendo assim, constitui-se para o homem enquanto o despertar de sua consciência (1952, p. 50). Elvio Martins aponta para nós que a consciência geográfica se realiza na localização.

Chegamos assim à Fredric Jameson.

3.1. O sentido de localização e os mapas mentais

Em Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio (2004), Fredric Jameson, crítico marxista norteamericano, analisa as transformações culturais, sociais e políticas no pós-modernismo. Em um livro denso e provocante, o crítico revela, dentre vários aspectos observados e discutidos, as mudanças que ocorrem na vida cotidiana das pessoas, sobretudo àquelas que vivem nas grandes cidades do mundo. Para ele, o pós-modernismo – entendido justamente enquanto a fase de disseminação da fase mais recente do modo de produção capitalista – revela-se enquanto um processo de modernização completo em que a

natureza se foi para sempre. Trata-se então do despertar de um mundo onde a cultura se tornou uma "segunda natureza", sendo, ela mesma, um produto ou uma mercadoria. "O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo" (2004, p. 14), com essas palavras Jameson notadamente define o período de difusão que ele chama de terceiro estágio do capitalismo, ou capitalismo tardio, enquanto um processo de enquadramento de um estilo global, todavia específico dos Estados Unidos. Para Jameson, o que ocorre é justamente

[...] uma prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto em que tudo em nossa vida social – do valor econômico e do poder do Estado às práticas e a própria estrutura da psique – pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi, até agora, teorizado. Essa proposição, no entanto, é totalmente consistente com o diagnóstico anterior de uma sociedade da imagem e do simulacro, e da transformação do "real" em uma série de pseudo-eventos. (JAMESON, 2004, p. 74).

Em um cenário amplamente explicitado pelo crítico literário, surgem então novas concepções e ideias, que por vezes acabam por revelar apenas uma nova roupagem para cenários já presenciados e analisados em momentos anteriores. A principal característica do período pós-moderno é justamente a disseminação de uma cultura global calcada, sobretudo, naquilo que ele vai chamar de "onipresença do pastiche". Seguindo a influência de Guy Debord, em A Sociedade do Espetáculo, Jameson qualifica a fase de disseminação do pós-modernismo enquanto o despertar de uma cultura do simulacro, o que faz os homens desta época viver sob a ótica de um eterno presente.

Neste contexto, e em tom desafiador, Fredric Jameson aponta que pós-modernismo passa a ser visto também enquanto um período onde se desenrola a crise da historicidade, dado que presente, passado e futuro se confundem e se esvaecem. Tal crise se inscreve em um contexto no qual a sociedade perde, portanto, a capacidade de organizar o seu passado e seu futuro mediante um complexo temporal, restando como referência

uma cultura cada vez mais dominada pela lógica espacial (2004, p. 52). Justamente nestas circunstâncias, de reorganização da concepção de espaço, é que Jameson chega à estética do mapeamento cognitivo, inspirado em Kevin Lynch, em A Imagem da Cidade (2006).

Neste contexto delimitado e qualificado enquanto pós-moderno, Jameson já apontava que a vida cotidiana nas grandes cidades envolveria uma série de novos problemas, enquadrados por ele enquanto a configuração de uma confusão social e espacial que tirariam dos sujeitos a possibilidade de possuírem uma representação sobre o seu lugar no sistema global, perdendo com isto a capacidade de agir e lutar. Jameson aponta justamente que as ações dos sujeitos seriam neutralizadas por essas confusões.

Fredric Jameson trata exatamente aqui do processo de perda da capacidade dos sujeitos de mapearem em suas mentes suas posições ou a totalidade urbana na qual estão inseridos, justamente porque o caráter alienado destas cidades lhe tira esta condição. Jameson chama então, para a discussão o trabalho elaborado por Kevin Lynch, apresentando-o como possibilidade de elaboração de um viés que superaria tal alienação por ele apresentada.

Para ele, a estética do mapeamento cognitivo⁴¹ formulada por Kevin Lynch teria como principal função, em seu contexto de análise, permitir a representação situacional por parte do sujeito individual em relação àquela totalidade mais vasta e verdadeiramente irrepresentável que é o conjunto das estruturas da sociedade como um todo. Com isso, Jameson acredita que a questão da representação que o sujeito elabora do mundo envolveria uma reconquista de um sentido de localização. Retomemos, então, a já citada passagem de seu livro.

⁴¹ Não iremos neste trabalho apresentar uma distinção entre "mapeamento cognitivo" e "mapeamento mental". Acreditamos que a diferenciação entre os dois termos, para o nosso trabalho, é quase imperceptível, tratando-se antes, para nós, de uma distinção ocorrida no momento da tradução das obras analisadas. Sendo assim, quando citarmos determinados autores, utilizaremos o termo escolhido por eles, de acordo com a tradução. Quando se tratar de um comentário nosso, por uma questão de escolha e para organizar nossa redação iremos utilizar o termo "mapeamento mental", como o subtítulo deste capítulo já sugeriu.

A desalienação na cidade tradicional envolve, então, a reconquista prática de um sentido de localização e de reconstrução de um conjunto articulado que pode ser retido na memória e que o sujeito individual pode mapear e remapear, a cada momento das trajetórias variáveis e opcionais. (*Op. cit.*, p. 77).

Para além da questão empírica abordada por Kevin Lynch – quando apresenta seu mapeamento como possibilidade de criação de uma releitura e de construção de uma imagem verdadeiramente produzida pelos habitantes das cidades estudadas⁴² – Jameson pondera que tais mapeamentos colocariam em evidência a própria condição de existência do sujeito. Não se tratava assim, de estabelecer novos itinerários, delinear marcos e pontos de referência relevantes como sugeria Kevin Lynch; ao contrário, Jameson estava disposto em encontrar um sentido mais aguçado – como ele mesmo aponta – do lugar do sujeito individual no sistema global.

Possivelmente aqui, Jameson estava ponderando sobre as possíveis variáveis do agir, do ser e do pensar (e as impossibilidades de representação) que as transformações do mundo contemporâneo possivelmente causariam no homem. A instantaneidade, a efemeridade dos acontecimentos, dentre outras transformações, certamente enraizariam no homem marcas na sua própria individualidade. Ou seja,

A dinâmica de uma sociedade “do descarte”, como a apelidaram escritores como Alvin Toffler (1970), começou a ficar evidente durante os anos 60. Ela significa mais do que jogar fora bens produzidos (criando um monumental problema sobre o que fazer com o lixo); significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser. (HARVEY, 2005, p. 258).

Sendo assim, Fredric Jameson extrapola o enfoque de Kevin Lynch, uma vez que este último se refere sobremaneira aos elementos

⁴² Neste trabalho, Kevin Lynch estudou as cidades de Boston, Nova Jersey e Los Angeles.

iconográficos da cidade possíveis de serem representados em mapas a partir do resgate da memória e do imaginário do sujeito individual. Neste sentido, antes da conformação de um mapa que recupera a imagem de uma cidade, Jameson já propunha que a própria realidade era inacessível ao sujeito, sendo, portanto, irrepresentável⁴³.

[...] a nova arte política (se ela for de fato possível) terá que se ater à verdade do pós-modernismo, isto é, a seu objeto fundamental – o espaço mundial do capital multinacional –, ao mesmo tempo que terá que realizar a façanha de chegar a uma nova modalidade, que ainda não somos capazes de imaginar, de representá-lo, de tal modo que nós possamos começar novamente a entender nosso posicionamento como sujeitos individuais e coletivos e recuperar nossa capacidade de agir e lutar, que está, hoje, neutralizada pela nossa confusão espacial e social. A forma política do pós-modernismo, se houver uma, terá como vocação a invenção e a projeção do mapeamento cognitivo global, em uma escala social e espacial. (JAMESON, 2004, p. 79).

Assim, o crítico pressupõe que devemos alcançar, com os mapeamentos cognitivos, uma situação que extrapole os limites de uma cartografia tradicional, encabeçada pelos limites das latitudes e longitudes. Tal mapeamento com o intuito por ele apresentado, exige a coordenação de dados da existência do sujeito individual, com concepções não vividas, abstratas, da totalidade geográfica e que fogem, portanto, dos conhecimentos cartográficos e geográficos, como ele mesmo apresenta (2004, p. 78). Desta forma, o mapeamento cognitivo não se trata (como alguns podem querer pressupor) da elaboração de um mapa conforme conhecemos, sendo inclusive apresentado como algo totalmente diferente.

Sem eliminar a importância da linguagem cartográfica enquanto um dos elementos essenciais para a leitura e interpretação do mundo, Jameson apresenta-nos, assim, novos parâmetros para essa mesma representação. Ao apontar que o mapeamento cognitivo é um instrumento

⁴³ Cf. DEL RIO, V., DUARTE, C., RHEINGANTZ, P., 2002.

privilegiado que nos garante a possibilidade de compreender a posição do sujeito individual em um mundo em constante transformação, o crítico marxista nos faz lembrar a questão da experiência individual do sujeito, apresentando-nos que cada consciência subjetiva faz-se um mundo fechado, colocando em xeque as discussões sobre uma representação verdadeiramente coletiva. Sem resolver tais questões, Jameson deixa uma dúvida, compartilhada também por nós, a saber, como representar um modelo local único para pessoas em situações diferentes?⁴⁴

A ausência da resposta a essa dúvida certamente não nos impede de estabelecer um debate com sua obra, sobretudo, quando tenta extrapolar os limites apresentados por Kevin Lynch e procura, para além do mapeamento da experiência urbana, pensar na posição que o sujeito individual ocupa no mundo.

A concepção de mapeamento cognitivo proposta aqui envolve, portanto, a extrapolação da análise espacial de Lynch para o domínio da estrutura social, isto é, em nosso momento histórico, para a totalidade das relações de classe em uma escala global (ou, talvez eu deveria dizer, multinacional). [...] Um novo sentido da estrutura social global deveria assumir a figuração e deslocar o substituto puramente perceptivo da figura geográfica: o mapeamento cognitivo, que deveria ter um valor de oximoro e transcender de vez os limites do mapeamento, é, como conceito, atraído pela força de gravidade do buraco negro do próprio mapa (um dos mais poderosos de todos os instrumentos conceituais humanos), cancelando assim sua originalidade impossível. (*Op. cit.*, p. 411).

Para Jameson, o mapeamento cognitivo poderia ser até mesmo traduzido como a “consciência de classe” do sujeito, e que certamente envolveria uma discussão de uma nova espacialidade como ele mesmo aponta. Contudo, Jameson, não deixa explícito se tal discussão pode ser tratada e resolvida no âmbito da Geografia (ainda que cite na última página de seu livro a obra Geografias Pós-Modernas de Edward Soja) uma

⁴⁴ Cf. JAMESON, 2004, p. 409.

vez que para ele, a Geografia limitaria o entendimento do mapeamento relacionando-o ao uso comum que se tem de um mapa.

Na contramão deste pensamento, acreditamos ser justamente a Geografia uma ciência privilegiada no campo desta discussão. Ao trazermos figuras como Martin Heidegger e Fredric Jameson para o nosso debate, pretendíamos antes de qualquer outra coisa, revelar a possibilidade de compreender a localização enquanto um princípio de fundamental importância para a ciência, mas que não se limitava a um caráter quantitativo restrito, porém consagrado no pensamento geográfico.

Estamos aqui pressupondo um vínculo entre o pensamento deste crítico e a ideia de Elvio Martins que denota que a consciência geográfica se realiza na localização, encarando-a, portanto, a partir do pressuposto de que *estar localizado* nos remeteria diretamente a uma discussão sobre a posição do homem dentro de uma estrutura relacional. E desta forma, inserindo novos elementos no debate, e assim, fazendo-nos assumir outra postura daquela apontada pelos clássicos do pensamento geográfico.

Assim, o *Sentido de Localização* representa para o ente sua "porta de entrada" para a Geografia a qual este pertence, ou qual a Geografia que lhe é presente, ou enfim qual a geograficidade que lhe é fundante e pertence na constituição da essência do seu ser. É o seu fundamento existencial.

Mediante isso, ter *consciência geográfica* é ter compreensão do *Sentido de Localização*, é ter para si a trama de relações de distâncias qualitativas de extensão variada a qual o ser está inserido, em quais nexos de ritmos está envolvido, ou seja, em quais tempos geográficos seu cotidiano está mergulhado. Em que contexto geográfico se insere seu *Habitat*. Representa a consciência das sucessivas geografias derivadas do processo histórico. (MARTINS, 2007, p. 48).

Neste contexto, ao procurarmos extrapolar os limites que o espaço cartesiano e as coordenadas geográficas impõem à localização, a questão que envolve tal princípio ganha uma nova acepção na Geografia. Para nós, falarmos de um sentido de localização diz respeito também ao

entendimento da pergunta *onde?* e, sendo assim, não foge do princípio da corografia e corologia que dão sustentação à organização de um pensamento pautado em um conteúdo geográfico. Todavia, a resposta a essa pergunta nos leva a um caminho distinto: responder pela posição que as coisas ocupam no mundo envolve-nos em uma discussão que insere o sujeito em uma estrutura relacional com as coisas do mundo e, sendo assim, de pertencimento a este mundo.

Neste sentido, para além das métricas euclidianas que separam as coisas por distâncias, tal estrutura relacional nos envolve diretamente a pensarmos que elementos como a afetividade, o sentimento de identidade e mesmo as novas tecnologias dos meios de comunicação respondem pela localização das coisas no mundo e, portanto, pela relação que o homem estabelece com seu meio geográfico. Ainda que supostamente Jameson possa ter arraigado em seu pensamento uma noção de Geografia muito próxima daquela apresentada por nós no início deste trabalho⁴⁵ e, desta forma, não consiga enxergar nela uma possibilidade de entendimento e de efetivação da concepção que faz sobre o mapeamento cognitivo, acreditamos ser exatamente a Geografia a ciência capaz de dar corpo teórico a estes questionamentos que ainda caminham, para Jameson, a nosso ver, no campo das hipóteses.

Em um debate que também envolve as ponderações de Fredric Jameson acerca do pós-modernismo, Edward Soja, no já citado Geografias Pós-Modernas (1997), busca criar elementos para se estabelecer uma teoria social crítica que envolva também a primazia do espaço (e sendo assim de acordo com suas explicações, que envolva a Geografia),

⁴⁵ Em nenhum momento de sua obra Fredric Jameson chama a Geografia para o debate, mesmo quando fala das novas concepções de espaço nos diferentes estágios do capitalismo. Tal fato nos leva a entender que Jameson não associa a ciência geográfica como uma ciência privilegiada na discussão espacial, como muitos outros já fizeram. Da mesma forma, olhando exclusivamente para a obra citada, Jameson nos leva a pressupor que tais questionamentos sugeridos por ele não tratam de uma questão que deve ser resolvida no campo da Geografia. Neste sentido e, analisando a forma como o crítico se refere à ideia de "geográfico" é que acreditamos que sua postura, em certa medida, ainda esbarre em uma concepção de Geografia que também a entende enquanto a ciência responsável pelo entendimento e representação dos fenômenos ocorridos na superfície terrestre, ou para assim dizer, no espaço geográfico.

vislumbrando então, garantir à espacialidade o mesmo status dado à temporalidade na definição de tal teoria. Soja constata a legitimação de um historicismo desespacializante no transcorrer das mudanças observadas na sociedade ocidental, que trata o espaço enquanto um elemento morto, fixo e imóvel e não-dialético. Nestes termos, Soja evoca a necessidade de pensarmos uma Geografia pós-moderna vislumbrando o entendimento de um espaço capaz de definir e, por assim dizer, conceituar a vida social.

Neste contexto, Soja elabora uma construção materialista da espacialidade, compreendendo-a enquanto um elemento socialmente produzido e que, portanto, extrapola uma perspectiva míope e uma definição isolada de *espaço físico*, de qualidades absolutas ou ainda como uma coletânea de coisas; Soja procura também, ir além de uma definição simplificada do *espaço mental*, reduzido ao entendimento de uma representação simbólica individual. Trata-se, antes, para ele, de se realizar uma investigação que caminhe na superposição e inter-relação entre estes.

Por essa perspectiva míope, a espacialidade só é compreendida como aparências objetivamente mensuráveis, apreendidas mediante alguma combinação de percepção de base sensorial, [...] abstrações matemático-geométricas cartesianas (estendidas a múltiplas variações não-euclidianas) e o materialismo mecânico de uma física social pós-newtoniana, ou de uma sociobiologia pós-darwinista. [...]

Em todas essas abordagens, a espacialidade reduz-se a objetos e formas físicos e volta a ser naturalizada numa primeira natureza, de modo a se tornar susceptível à explicação científica vigente, sob a forma de uma descrição ordenada e reprodutível e da descoberta de regularidades empíricas (principalmente na covariação espacial das aparências fenomenais). Essa abordagem míope do espaço revelou-se produtiva, na acumulação de informações geográficas precisas, e sedutora, como legitimação de uma suposta ciência da geografia. Torna-se ilusória, entretanto, quando a descrição geográfica substitui a explicação da produção social do espaço e da organização espacial da sociedade, ou, em outras palavras, quando as aparências

geográficas são afirmadas como a fonte de uma epistemologia da espacialidade. (SOJA, 1997, p. 150-151).

Esta longa citação de Edward Soja corrobora para confirmar nossas exposições acerca do papel que a Geografia deu para a questão do espaço, e antes disso, a forma como ela assumiu qualificar tal abordagem, baseada, sobretudo nas abstrações matemático-geométricas cartesianas, para usar o termo de Soja. Nesta obra, o geógrafo não nos apresenta de forma direta elementos que nos garantam discutir o sentido de localização em Geografia, contudo, ao tratar das evidências como a ciência cuidou de sua teoria espacial, indiretamente coloca em questão as origens de nossos questionamentos e de nossas insatisfações.

A discussão com Edward Soja torna-se ainda extremamente relevante no momento em que ele aponta que também o espaço mental não pode sozinho dar conta das questões que envolvem a Geografia, uma vez que a representação do espaço, reduzido unicamente a um constructo mental individual não passam de pura subjetividade, se não forem inseridos em um plano maior de fundamentação do espaço enquanto um elemento produzido socialmente.

Por conseguinte, procurar interpretar a espacialidade a partir da visão de processos socialmente independentes de representação semiótica é também impróprio e enganador, pois tende a sepultar as origens sociais e a transformação social potencial sob uma capa deturpadora de idealismo e psicologismo, de uma natureza humana universalizada e paradisíaca, pavoneando-se por um mundo a-espacial e intemporal. (*Op. cit.*, p. 149).

Sem entrarmos na discussão acerca da interpretação materialista da espacialidade, ou mesmo do materialismo histórico-geográfico que Soja propõe em seu livro, vemo-nos aqui novamente na possibilidade de pensarmos em um corpo teórico que sustente nossas afirmações e que caminhem para o entendimento da localização como um princípio fundamental do pensamento geográfico, mas que supere a ideia de que essa se constitui fundamentalmente na objetividade do pensamento

científico tradicional. Trata-se, portanto, de criarmos condições de superar, sem negar, as noções que permeiam e constituem os princípios da corografia e da corologia e, assim, somar conteúdo a este debate.

Desta forma, mesmo que com intuito diferente, buscando meios para se alcançar uma ontologia espacializada, Soja chega ao mesmo ponto de referência que nós assumimos para falar do sentido de localização. Trata-se do existencialismo de Martin Heidegger e de sua concepção de ser-no-mundo que ele chama de Dasein. O geógrafo, baseado na obra deste filósofo, apresenta-nos que a espacialidade está presente na consciência humana sendo, pois, o elemento fundamental que estabelece, cria e recria as relações do homem com o seu mundo. Estar no mundo é, portanto, um estado de realização do sujeito através das relações que este estabelece com o mundo e que nos permite, com isso, assumirmos um ponto de vista deste mesmo mundo. A identidade do sujeito com seu meio se faz, portanto, desta relação.

O “cartesianismo” assumido pela Geografia pode a nosso ver ser superado quando tomamos a localização mediante um entendimento de caráter relacional, que a concebe a partir do entendimento das tramas e relações que envolvem a vida cotidiana, em seu sentido mais amplo de tramas qualitativas. Posto que o ser no mundo é um constante “sendo”, e portanto, mutável e dinâmico, assumir que suas relações se pautam sob um plano de fundo imutável e fixo seria por demais simples e reducionista. A Geografia não pode e não deve somente se expressar pela concepção de espaço absoluto, uma vez que, conforme já apresentamos baseado nas ponderações de Fernanda P. Fonseca, o espaço e as próprias relações se estruturam sob diversas métricas.

A localização do homem no mundo, bem como a coexistência das coisas, são capazes de nos oferecer fundamentos para pensar a concepção de espaço relativo que se estabelece justamente mediante esta relação. Todavia, não podemos deixar de pensar, neste caso, que a própria relação é fundadora e definidora desta mesma localização que o homem ocupa; muito próximo daquilo que pretendia Fredric Jameson. Ou seja, a posição

que o homem ocupa na totalidade global também é produzida pelas relações nas quais ele está inserido; dito de outra forma, o homem produz a relação, que conseqüentemente também o modifica.

Nestes termos, fica-nos o questionamento se os próprios mapeamentos mentais produzidos por Kevin Lynch, e seus seguidores, não são capazes de nos oferecer meios para compreendermos a trama de relações a qual o homem está envolvido. Neste sentido e olhando para a obra de Kevin Lynch de uma forma mais direta podemos nos questionar se tais mapas podem, enfim, sinalizar – por parte de uma das linguagens de representação da ciência: a Cartografia – uma possibilidade de reflexão sobre a localização, em seus termos que vão além da mera representação em um espaço inflexível.

Lynch considera importante a imaginabilidade, ou seja, a qualidade da cidade de evocar imagens fortes em seus observadores. Tais imagens seriam compostas de identidade (reconhecimento da individualidade do objeto perante outros), estrutura (a relação do objeto com o observador e outros objetos) e significado (finalidade, função do objeto), estando as duas primeiras mais relacionadas à configuração física de elementos, categorizados em vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos. É através da relação entre tais elementos, que se pode alcançar um alto grau de imaginabilidade e de legibilidade, ou seja, aumentar a facilidade com que as partes da cidade podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente. (MIOSSI, 2005, p. 27).

Para Lynch a imagem pública da cidade seria constituída de uma sobreposição das imagens individuais reconhecidas a partir dos objetos percebidos. Neste sentido, a percepção individual não poderia jamais ser eliminada na elaboração da imagem da cidade propriamente dita. A Cartografia, enquanto linguagem privilegiada de representação da Geografia, vê nos mapas mentais a possibilidade de expressar o ser-no-mundo por meio destes mesmos mapas. Trata-se assim de acenar que a consciência deste mesmo ser-no-mundo e sua representação também se fazem por meio de uma Cartografia que o coloque enquanto elemento

central e fundamental no processo de representação. Desta forma, acreditamos ser um erro deixar de lado esta apreensão subjetiva e individual da realidade que esses mapas mentais são capazes de produzir, contudo, levando em consideração as mesmas ressalvas reveladas por Edward Soja.

A infinidade de obras analisadas, sobretudo nos campos da Arquitetura e Psicologia, leva-nos inicialmente a destacar a relevância da obra de Kevin Lynch, sobretudo no âmbito dos estudos que se pautaram na Fenomenologia, e que buscavam encontrar formas para se refletir sobre a percepção ambiental. Quase sempre se pautando fielmente na metodologia dos mapas mentais exposta por Kevin Lynch em A Imagem da Cidade, os trabalhos analisados buscavam procurar elementos para se alcançar uma representação social e coletiva do lugar em questão. Não vamos aqui reproduzir tais trabalhos, mas apenas destacar que todos eles, de uma maneira ou de outra, buscavam tratar das relações do homem com o seu meio, sempre com o intuito de se captar a percepção da paisagem ou do lugar.

O mapeamento cognitivo, portanto, é uma tarefa para quem já percebeu que a verdadeira geografia não está na superfície topológica, mas sim nos valores invisíveis do lugar e que a verdadeira informação contida em um mapa cognitivo não está naquilo que apresenta, e sim naquilo que traduz. (DEL RIO, V., DUARTE, C., RHEINGANTZ, P., 2002, p. 326).

A ideia central destes trabalhos é mostrar que a representação que se cria com os mapeamentos é resultado também da subjetividade e da percepção individual do homem em relação ao lugar que ele habita. Sendo assim, tais trabalhos sempre se depararam com reflexões e considerações que buscavam dar conta do comportamento do homem diante do seu meio.

Ou seja, para eles, tais considerações poderiam, portanto, manifestar por meio de distintas formas uma imagem mental reveladora de elementos significativos inclusive para possíveis intervenções no

desenho da cidade. Deste modo, abriu-se uma série de estudos que levaram em consideração a observação da paisagem, manifestações afetivas, aspectos fenomenológicos, elementos da cognição, percepção e mesmo comportamento do homem diante de seu meio, quase todos inspirados na metodologia do mapeamento mental proposto por Kevin Lynch.

Antes de tecermos juízos, acreditamos que esses trabalhos, por levarem em consideração muito da subjetividade humana, constituem-se como elementos que nos ajudam nesta busca do revelar do sentido de localização e, por assim dizer, servem também de inspiração para este trabalho à medida que aparecem como possibilidade de reflexão que nos leva à superação do entendimento da Geografia como “a ciência dos lugares e não dos homens”.

Para nós, trata-se de uma rua de mão dupla, onde o enfoque deve ser dado à relação.

Distante da Cartografia, a Geografia Humanista⁴⁶ – principalmente nas vozes de Carl Sauer, Anne Buttimer, Yi-Fu Tuan, David Lowenthal e Edward Relph – buscava (e busca) construir uma Geografia que não se fundamentava em uma concepção positivista de apreensão da ciência. Os geógrafos acima citados procuravam apresentar elementos que enfatizavam o mundo vivido do homem, levando em consideração então suas inter-relações com o mundo, numa perspectiva muito próxima àquela apresentada por Eric Dardel.

Todos eles, em certa medida, buscavam revelar seu inconformismo com a maneira de se fazer Geografia até então, sobretudo naquilo que diz respeito à influência do empirismo e positivismo herdeiro da Matemática. Neste sentido, sob influência da fenomenologia existencialista, a subjetividade das ações humanas era posta em discussão, uma vez que caberia à Geografia incorporar em suas agendas

⁴⁶ Alguns autores, por influência da Geografia alemã, preferem utilizar o termo *Geografia Humanística*.

de discussão elementos da experiência imediata e da vida cotidiana dos indivíduos.

O existencialismo, segundo a autora [*Anne Buttimer, 1974*], aborda os valores que permeiam todos os aspectos de nossa vivência e pensamento, chegando até nós como conhecimento adquirido através de nossa experiência pessoal. (HOLZER, 1993, p. 125).

Nestes termos, a Geografia Humanista chama atenção para o fato de que a produção do conhecimento também envolve necessariamente dados subjetivos, na mesma medida que se fundamenta em dados objetivos. A experiência particular de cada um não deve jamais ser eliminada em prol de um cientificismo que exclui o sujeito da elaboração do conhecimento do qual ele faz parte. Nesse sentido, a isenção ou mesmo a ausência das ponderações do sujeito em nenhum momento corroboram para a neutralidade e a veracidade do pensamento científico.

Além da base filosófica fenomenológico-existencialista, o conceito de lugar também chamou a atenção nas discussões destes geógrafos, ganhando destaque, neste contexto, o estudo feito por Yi-Fu Tuan, sobretudo em *Topofilia*, publicado pela primeira vez em 1974. Nele o geógrafo discute a relação do homem com o meio em que ele vive, assumindo o conceito de topofilia enquanto o elo de afeto que relaciona o homem com o seu meio. Neste sentido trata-se de um estudo da experiência humana e dos sentimentos espaciais, onde a topofilia constitui-se enquanto "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal" (1980, p. 05). Assim, o termo topofilia, como o próprio autor destacava, associava o sentimento, a proximidade e a relação do homem à definição de lugar.

Neste contexto, o lugar, para Tuan extrapola seu significado locacional, não podendo ser classificado a partir de um conceito definido ou pré-estabelecido, mas sim enquanto uma experiência contínua das pessoas que o definem. Novamente Tuan reforça que a ênfase, nesta

perspectiva, deve ser dada à relação do homem com o meio no qual ele vive, corroborando para refutar a ideia de que a Geografia deve se pautar exclusivamente no estudo dos lugares em seus termos locais.

A Geografia Humanista, sob a ótica de suas proposições, busca incorporar discussões de outras disciplinas tais como a Filosofia, Antropologia, Arquitetura e Psicologia, tendo por objetivo a busca de novas possibilidades e novos meios para a elaboração de uma epistemologia para a Geografia, levando em consideração justamente a ideia de que a subjetividade da percepção individual não deve ser descartada da construção do pensamento geográfico.

Concordamos com estes geógrafos quando assumem que o papel da Geografia extrapola o estudo dos lugares. Neste contexto, assim como os geógrafos humanistas, refutamos a ideia daqueles que acreditam que o trabalho do geógrafo deve antes direcionar seu olhar para o estudo do lugar e não do fenômeno propriamente dito, como já expunha Immanuel Kant.

Para nós, fazer a Geografia e, antes, ter uma visão geográfica da realidade, envolve, principalmente, assumir que a Geografia se constitui justamente na relação do homem com o seu meio, cabendo à ciência desvendar os desdobramentos que abrangem tal relação. Assim, o lugar não é mera localização, e esta deve ser entendida enquanto um elemento que envolve e revela toda a trama de relações na qual o homem está inserido. Neste sentido, acreditamos que a existência do homem só é uma existência, pois coloca este em relação com as outras coisas no mundo e, sendo assim, é capaz de criar neste mesmo homem, um sentido de pertencimento no meio em que ele está inserido.

A localização mostra-nos, portanto, uma relação de co-determinação, ou seja, acreditamos que as coisas só se localizam mediante as outras coisas. E, neste contexto, o sentido de localização aparece-nos enquanto um elemento derivado de uma relação. Assim, a partir desta constatação, buscamos mostrar que a localização não deve se limitar a um ponto no espaço absoluto, ou mesmo, a um ponto no mapa.

Sem eliminar a importância que a localização, classificação, taxonomia e descrição das coisas exigem – e, portanto, resguardando a relevância dos princípios da corografia e da corologia – nos vemos aqui na condição de transcender tal lógica de ordenação do mundo, chegando assim, a ideia de que a compreensão do sentido de localização leva-nos ao revelar da consciência geográfica do indivíduo, inserindo-o em uma trama de relações direta com seu meio. Em resumo, a própria Geografia se constitui a partir desta trama de relações.

O ponto de partida de nossas reflexões apontava-nos para a constatação de que *estamos no mundo* e, neste sentido, buscamos encontrar meios para apreender tal discussão em um patamar que buscava superar, sem negar, o entendimento da localização para além de sua compreensão que a restringe ao plano cartesiano.

Estamos no mundo porque estamos em relação com as coisas e com outros *seres-aí*. Pertencemos ao mundo. Eis a localização.

Considerações Finais

UM SENTIDO PARA A LOCALIZAÇÃO

O trabalho apresentado buscou fornecer meios para embasar a nossa constatação inicial de que *estamos no mundo*. Partindo das reflexões de Fredric Jameson, quando aponta que a alienação urbana é proporcional à impossibilidade de mapeamento das paisagens, buscamos realizar um esforço de reflexão que garantiria o entendimento desta afirmação a partir da compreensão do que chamamos aqui de **sentido de localização**.

A colocação posta por Fredric Jameson serviu, pois de inspiração para alcançar a compreensão exposta por Elvio Martins quando apresentava uma concepção que escapava da tradição do pensamento geográfico. As problematizações incitadas pelas questões apresentadas por ambos levaram-nos assim, a elaboração de um trabalho que buscou, antes de qualquer outra coisa, resgatar a localização como um fundamento da ciência geográfica, buscando enquadrá-lo em um debate mais amplo e sempre necessário acerca da fundamentação epistemológica de uma ciência.

Logo de início, constatamos que o “fazer Geografia” envolvia um trabalho meticuloso que dava conta da localização e da descrição dos fenômenos encontrados na superfície terrestre.

Fenômenos considerados, por excelência, geográficos.

Além deste, a Geografia dividia seus esforços com a tarefa de precisar sobre fenômenos astronômicos passíveis de aplicações de leis gerais e generalizações. Contudo, na delimitação de seu arcabouço teórico, ganhou destaque a figura de Immanuel Kant, filósofo responsável

por trazer à Geografia o debate espacial.

Nestes termos, e sob influência dos princípios da corografia e da corologia, a Geografia buscava dar conta de responder especialmente sobre *onde estavam determinados fenômenos?*, fazendo desta pergunta seu ponto inicial. Tal fato criou uma tradição no pensamento geográfico que fazia dela a “ciência dos lugares”, à medida que dava conta de fenômenos distintos, se diferenciando das outras justamente pelo seu olhar direcionado aos lugares.

Assim, o papel elementar da Geografia enquadrava-se justamente no revelar do “onde” dos fenômenos, todavia, restringindo a resposta desta crucial pergunta aos limites de uma definição própria de espaço. Nestes termos, convencionou-se e consagrou-se uma tradição advinda da Matemática e da Física de relacionar o espaço geográfico ao espaço absoluto. Dispondo a definição e o entendimento da localização de acordo com os critérios de representação de um sistema cartesiano, ou seja, da métrica das coordenadas x e y .

Todavia, encontrávamos aqui um hiato que distanciava as noções consagradas da ciência geográfica e nossa proposição inicial. Assim, o *estar no mundo* evocava-nos uma discussão que iria além do entendimento de uma localização que se pautava no plano cartesiano. E desta constatação, tratamos de mostrar que essa também dizia respeito à posição do homem dentro de uma estrutura relacional.

Assim, extrapolar a localização do plano cartesiano e, com isso, a noção de que o espaço geográfico é equivalente ao espaço absoluto, significou abrir a possibilidade de assumirmos que a Geografia se funda a partir da relação do homem com o seu meio. A localização, não é mera extensão, e pode (e deve) ser entendida enquanto um elemento que envolve e revela toda a trama de relações na qual o homem está inserido.

Buscando estabelecer um diálogo com filósofos e outros geógrafos, tratamos de encontrar outras possíveis respostas para o entendimento que a ciência geográfica formulou sobre tais considerações. Acreditamos assim, que os limites encontrados pelos autores clássicos do pensamento

geográfico podem ser superados à medida que acrescentamos um conteúdo que supere as barreiras da quantificação neste debate.

A Geografia, por muito tempo inviabilizou qualquer formulação que extrapolasse o significado locacional recorrente e, neste sentido, procuramos apresentar novas ponderações que buscassem dar *um sentido para a localização*. Para além do cruzamento de dados na superfície – revelados no estabelecimento de uma coordenada geográfica – acreditamos que esta revela-nos uma relação de co-determinação, ou seja, baseado nas afirmações de Elvio Martins, acreditamos que as coisas só se localizam mediante [e em relação] as outras coisas.

As coisas são conhecidas porque estão localizadas. E, mediante tais ponderações, o sentido de localização aparece-nos enquanto um elemento derivado de uma relação. E se as coisas só são conhecidas porque estão localizadas, da mesma forma *o homem só sabe o que é se está localizado*. Assim, seguindo as ponderações do autor supracitado (e que fundamentaram todo este trabalho) cremos que a própria existência do homem só é uma existência, pois coloca este em relação com as outras coisas no mundo, criando neste, então, um sentido de pertencimento.

As coisas e os homens se localizam e se distribuem *uns em relação aos outros*. Localizar é se relacionar e, portanto, pertencer.

Nestes termos, trajetos, distâncias e direções não podem ser medidas por métricas matemáticas convencionais, em um espaço reduzido à simples extensão e, da mesma forma, as “unidades de medidas” de tais relações também devem exigir novas ponderações, inclusive subjetivas.

Novamente reforçamos e resguardamos a relevância dos princípios da corografia e da corologia para o desvelar do trabalho do geógrafo. Em verdade, localizar, observar, classificar e descrever fizeram (e fazem) parte da constituição e da fundamentação desta ciência. Todavia, quando pretendemos pensar o sentido de localização a partir da proposição de que estamos no mundo, certamente esbarramos nos limites apresentados pela própria ciência geográfica.

A tradição do pensamento geográfico ajudou a definir o espaço como o objeto de sua ciência e, desta forma, praticamente minou qualquer possibilidade (com raras exceções) de olhar para o homem e ver nele uma condição geográfica. Assim, formulou-se e consagrou-se uma tradição que mostrava que a Geografia era *a ciência dos lugares e não dos homens*.

Deste modo, a resposta para o *onde?* recaía nos lugares. E ainda que se concorde que este seja o início do pensamento em Geografia (a corologia inicial), reforçamos a ideia de que nos parece impensável olhar para tal pergunta e não enxergar nas possíveis respostas a compreensão de um sentido de localização e, que envolva também, a apreensão do mundo pelo sujeito.

A localização reporta-nos à trama de relações as quais o homem está envolvido.

São as coordenadas geográficas de um ser-no-mundo.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicolau. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

_____. **História da Filosofia**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

ARAÚJO, Renata F. S. *A cotidianidade do Dasein*. **Revista Ética e Filosofia Política. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora**, 2007, Vol. 10 n. 2. Disponível em: http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/11/10_2_renata.pdf Acesso em Março de 2009.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Tradição e Inovação no Pensamento Geográfico: reflexões e aplicações**. Tese de Livre Docência. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 2004.

BETTANINI, Tonino. **Espaço e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Geografia e Sociedade; v.2)

BRASIL, Luciano F. **A Espacialidade do Dasein: um estudo sobre o § 24 de Ser e Tempo**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica RS – Faculdade de Filosofia, 2005.

BRITO, Thiago M. A. **Região: leituras possíveis de Milton Santos**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Instituto de Geociências – UFMG, 2007.

BROEK, Jan. **Iniciação ao Estudo da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

BUTTIMER, Anne. *Apreendendo o dinamismo do mundo vivido*. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. 2ª Edição.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporânea: una introducción a la Geografía.** Barcelona: Barcanova, 1988. 3ª Edição.

CASANOVA, Marco Antônio. **Compreender Heidegger.** Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. *As perspectivas dos estudos geográficos.* In: _____. (Org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1985. 2ª Edição.

COHEN-HALIMI, Michele. *Introduction: le géographe de Königsberg.* In: KANT, Immanuel. **Géographie: physique géographie.** Paris: AUBIER, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia Cultural: um século (2).** Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.

_____. (Org.). **Trajetórias Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DARDEL, Eric. **L'Homme et la Terre: nature de la réalité géographique.** Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

DEL RIO, V., OLIVEIRA, L. (org.) **Percepção Ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DEL RIO, V., DUARTE, C., RHEINGANTZ, P. (org.) **Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ, 2002.

DEMANGEON, Albert. **Problemas de Geografía Humana.** Barcelona: Ediciones Omega, 1963.

DOLLFUS, Olivier. **A Análise Geográfica.** São Paulo: Difel, 1973. (Coleção Saber Atual).

_____. **O espaço geográfico.** São Paulo: Difel, 1982. 4ª Edição.

DUARTE, Matusalém de Brito; MATIAS, Vandeir Róbson da Silva. *Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia.* **Caminhos da Geografia.** Uberlândia: Instituto de Geografia, 2005. V. 17, n.16, p. 190-196.

FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. **A evolução do pensamento geográfico.** Edição: Lisboa: Gradiva, 1986.

FONSECA, Fernanda P. **A Inflexibilidade do Espaço Cartográfico, uma**

questão para a Geografia: análise da discussão sobre o papel da Cartografia. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 2004.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia.** Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1969.

GOMES, P. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUIMARÃES, Humberto Goulart. *Ensaio sobre o espaço como modalidade ontológica do ser: nos caminhos de Armando Corrêa da Silva.* **Revista Discente Expressões Geográficas.** Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Ano V, n. 05, p. 31-48. Disponível em: www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed05/art01ed05.pdf Acesso em Janeiro de 2010.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e Naturaza da Geografia.** São Paulo: Ed. Hucitec; Edusp, 1978.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo, Edições Loyola, 2005. 14ª. Edição.

_____. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre o Humanismo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. **Ser e Tempo.** Petrópolis: Vozes, 2006.

HOLZER, Werther. *A Geografia Humanista anglo-saxônica: de suas origens aos anos 90.* **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1993. V. 55, n. 1, p. 90-109, jan/dez.

_____. *O lugar na Geografia Humanista.* **Revista Território.** Rio de Janeiro: Laboratório de Gestão do Território da UFRJ, 1999, Ano IV, nº 7.

_____. *O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia contemporânea.* **Revista GEOgraphia.** Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2003, Ano V, n. 10.

INWOOD, Michael. **Heidegger.** São Paulo: Edições Loyola, 2004. (Coleção Mestres do Pensar).

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo**

tardio. São Paulo: Editora Ática, 2004.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza.** Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. **Géographie: physische geographie.** Paris: AUBIER, 1999.

_____. *Introdução à Geografia Física.* **Revista GEOgraphia.** Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2007, Ano IX, n. 17. Tradução: Leonardo Arantes.

_____. **Descrição Física da Terra.** s/d.

KATUTA, Ângela M. **O Estrangeiro no Mundo da Geografia.** Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia FFLCH/USP, 2004.

LA BLACHE, Paul Vidal. *As características Próprias da Geografia.* In: _____. (Org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1985. 2ª Edição.

LACOSTE, Yves - **A Geografia- Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra.** São Paulo: Ed. Papyrus, 1988.

LEFÈBVRE, Henri. **Lógica Forma, Lógica Dialética.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *A Monadologia.* **Coleção Os Pensadores.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000. p. 61-73. Tradução de Luís João Baraúna.

LENCIONI. Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Edusp, 2003.

LÉVY, Jacques. **L'espace légitime: sur la dimension géographique de la fonction politique.** Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

_____. **Le tournant géographique: penser l'espace pour lire le monde.** Paris: Belin, 1999. (Mappemonde 8)

_____. *Le point sur. La cartographie, enjeu contemporain.* **La Carte, Enjeu Contemporain.** Paris, 2004. Disponível em: <http://sciences-po.macrocosme.net/lectures/LevyCarteEnjeu.pdf> Acesso em Setembro de 2009.

LOWENTHAL, David. *Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica*. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. 2ª Edição.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
 MARCUZZI, Max. *Introduction: la "géographie kantienne" – delimitation de la discipline*. In: KANT, Immanuel. **Géographie: physique géographique**. Paris: AUBIER, 1999.

MARTINS, Elvio R. **Da Geografia à Ciência Geográfica e o Discurso Lógico**. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia - FFLCH/USP, 1996.

_____. *Lógica e espaço na obra de Immanuel Kant e suas implicações na ciência geográfica*. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2003, Ano V, n. 9.

_____. *Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser*. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2007. n.. 21. pp. 33-51.

_____. *Pensamento Geográfico é a Geografia em Pensamento*. In: KATUTA, Ângela [et. al]. **Geografia e Mídia Impressa**. Londrina: Moriá, 2009.

MEGALE, Januário (Org.). **Max Sorre: Geografia**. São Paulo: Ed. Ática, 1984 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIOSSI, Emilene. **Percepção e identidade visual: uma proposta para o Centro de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2005.

MLODINOW, Leonard. **A Janela de Euclides: a história da geometria – das linhas paralelas ao hiperespaço**. São Paulo: Geração Editorial, 2008. 4ª Edição. Tradução: Enézio E. de Almeida Filho

MONKHOUSE, F. J. **Diccionario de términos geográficos**. Barcelona: Oikos - Tau, Editores, 1978.

MORAES, Antonio C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfica**. São Paulo: Editora

Contexto, 2007.

_____. **O Pensamento Geográfico Brasileiro, vol. 01: as matrizes clássicas originárias.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

_____. *Da espacialidade ao espaço real: o problema da teoria geral a propósito do simples e do complexo em Geografia.* In: MENDONÇA, F., LOWEN-SAHR, C., SILVA, M. (Org.). **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico.** Curitiba: ADEMADAN, 2009. VII Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE).

NOGUEIRA, Amélia R. B. **Mapa Mental: recurso didático no ensino de Geografia no 1º grau.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 1994.

_____. **Percepção e Representação Gráfica: a “geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas.** Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 2001.

OLIVA, Jaime T. *O espaço geográfico como componente social.* **Revista Terra Livre.** São Paulo: Associação Brasileira de Geógrafos – AGB, 2001. 2º semestre, n. 17.

PRADO, Lúcio L. **Monadologia e Espaço Relativo: o jovem Kant recepcionando Leibniz.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RIVLIN, Leanne G.. *Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente.* **Estudos de Psicologia.** Natal: Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003. V. 8, n. 2 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X200300200003&lng=en&nrm=iso Acesso em Março de 2008.

SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SARAMAGO, Lúgia. **A Topologia do Ser: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

SILVA, Armando Corrêa da. **Cinco Paralelos e um Meridiano**. Tese de Livre Docência. São Paulo: Departamento de Geografia - FFLCH/USP, 1979.

_____. **De quem é o Pedaco?** São Paulo: Hucitec, 1986.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SOMMER, Robert. **Espaço pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos**. São Paulo: EPU (Editora Pedagógica e Universitária Ltda.), 1973. Coleção Ciências do Comportamento.

SOUZA, Carlos L. **Cognição Ambiental & Desenho Urbano: APO de um espaço urbano com enfoque dos aspectos perceptivos – o caso da nova Av. Faria Lima**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1997.

TATHAM, G. *As Geografias no Século XIX*. In: **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, 1960, 157.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel - Difusão Editorial S.A., 1980.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel - Difusão Editorial S.A., 1983.

_____. *Geografia Humanística*. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. 2ª Edição.

VARENIUS, Bernard. In: CAPEL, H. (Ed.). **Geografia General: en la que se explican las propiedades generales de la Tierra**. Barcelona, Ed. De la Universidad de Barcelona, 1974.

VITTE, Antonio Carlos. *A terceira crítica kantiana e sua influência no moderno conceito de Geografia Física*. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2006. n. 19.